

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIRIO**

CARLA SILVA DO NASCIMENTO

O PARTIDO CONSERVADOR E A CRISE DO IMPÉRIO

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Salles

**Rio de Janeiro
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIRIO**

CARLA SILVA DO NASCIMENTO

O PARTIDO CONSERVADOR E A CRISE DO IMPÉRIO

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Salles

**Rio de Janeiro
2019**

Agradecimentos

O processo de pesquisa e elaboração de uma tese tende a se tornar facilmente um momento bastante introspectivo e mesmo solitário. Entretanto, nesse percurso por vezes bastante individualizado, tive o prazer, a honra e o privilégio de poder contar com o apoio de pessoas que, cada uma a sua maneira, contribuíram de forma imensurável para a conclusão desse trabalho.

Agradeço aos meus pais, Alexandre e Fátima, por todo amor e carinho incondicionais reafirmados dia após dia.

À minha irmã, Carolina, com quem por inúmeras vezes pude compartilhar as dores e as delícias de estar na pós-graduação. Que essa tese sirva de inspiração e te faça acreditar nos seus inúmeros trabalhos que ainda virão.

Ao professor Ricardo Salles, grande referência intelectual, mestre e interlocutor, por quem tive a honra de ser orientada. Obrigada por toda generosidade e força durante todos os momentos do doutorado. Sua influência foi decisiva desde a concepção dessa pesquisa ainda durante o mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO (PPGH/UNIRIO) agradeço pelo apoio material e intelectual de que pude dispor nesses anos. Registro, em especial, a importância da professora Mariana Muaze, cujas aulas e a participação na banca de qualificação tiveram enorme importância nessa trajetória.

Agradeço ao professor Ilmar Rohloff de Mattos pela enorme ajuda na elaboração do projeto e por sempre apostar e acreditar no meu trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa recebida durante grande parte do tempo de desenvolvimento do estudo.

Ao meu companheiro Leonardo, obrigada por dividir comigo esse período final da tese. Sua presença foi sempre inspiradora e decisiva no incentivo e no amor únicos que você sempre foi capaz de me dar. Finalizar esse trabalho foi, sem dúvida, muito mais fácil ao seu lado.

Dedico essa tese à minha mãe, Fátima, cuja força, além de grande inspiração, me permitiu chegar até aqui.

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Partido Conservador na crise da monarquia e seu papel na queda do regime. Buscaremos reconstituir e avaliar a percepção que os dirigentes do regime construíram acerca do processo político que viveram e encaminharam; como pensaram a crise da monarquia; se foram capazes de aquilatar, e em que medida, as conturbações políticas em que estavam inseridos e até que ponto suas atuações nesses processos foram decisivas para o desfecho da história da monarquia no Brasil. Pensando especificamente no Partido Conservador, propusemos as questões de como seus dirigentes buscaram equacionar os elementos da crise e formularam políticas para enfrentá-la de forma a preservar, ou não, o regime monárquico, e em que medida sua atuação política contribuiu para a dinâmica da crise do Império e para o seu desfecho sem resistência?

Para responder a essas questões, perseguimos, por meio principalmente de seus arquivos pessoais, as trajetórias de duas proeminentes lideranças conservadoras: João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe e Antônio da Silva Prado, o conselheiro Prado. Em nossa análise privilegiamos o período de maior ebulição política da crise, no qual os conservadores atuaram diretamente por meio do gabinete 20 de agosto de 1885, presidido pelo barão de Cotegipe. Nesses anos, pressionados pelo recrudescimento do movimento abolicionista, pela expansão do movimento republicano e pela crescente oposição entre governo e parcelas militares, os conservadores precisaram equacionar politicamente tais questões num contexto de crise hegemônica da sociedade escravista instaurada desde 1871 com a aprovação da lei que garantia a libertação dos escravos nascidos a partir de então, colocando no horizonte o fim da escravidão.

Palavras-chave: Partido Conservador; Crise do Império; Segundo Reinado.

Abstract

This work aims to analyze how the Conservative Party (*Partido Conservador*) performed during the crisis of monarchy, and its role in the fall of that regime. We will try to recreate and evaluate the perception the leaders of the regime built on the political process they lived and ran; we will also try to understand how they thought the monarchy crisis; if they were able to assess, and to what extent, the political disturbances in which they were, and to what extent their actions in these processes were decisive for the outcome of the history of monarchy in Brazil. Thinking more specifically about the Conservative Party, we propose questions on how its leaders tried to equate the elements of that crisis, and on how they formulated policies to face it in order to preserve (or not) the monarchic regime, and to what extent their political actions contributed to the dynamics of the crisis of the Empire and to its outcome without any resistance.

In order to answer these questions, we pursued, primarily through personal files, the trajectories of two prominent conservative leaders: João Maurício Wanderley, the Barão de Cotegipe (“Baron of Cotegipe”), and Antônio da Silva Prado, the conselheiro Prado (“counselor Prado”). We have favored, in this analysis, the period of greatest political boiling of the crisis, in which the conservative leaders acted directly from the cabinet in August 20th 1855, chaired by the Barão de Cotegipe. In those years, the conservative groups were pressured by the resurgence of the abolitionist movement, by the expansion of the republican movement and by the growing opposition between the government and military groups, and for these reasons the conservative leaders had to solve politically such issues in a context of hegemonic crisis of that slave society which had been established since 1850 with the approval of the law that guaranteed the release of the slaves who were born from that moment and on, putting the end of slavery on the horizon.

Keywords: Conservative Party, Crisis of Monarchy, Second Reign.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução | 9 |
| Capítulo 1 – A crise de hegemonia do Império | 16 |
| Crise do Império: uma análise historiográfica | 22 |
| Uma outra perspectiva | 29 |
| Crise orgânica | 33 |
| Crises políticas | 37 |
| Capítulo 2 – A Lei do Ventre Livre e a cisão conservadora: um marco orgânico para a crise do Império. | 43 |
| Um intelectual na crise | 54 |
| João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe | 58 |
| Cotegipe e a Lei do Ventre Livre | 64 |
| Capítulo 3 – O barão de Cotegipe e a tentativa de direção da crise | 71 |
| Dantas e Saraiva: o abolicionismo chega ao Parlamento | 73 |
| A ascensão de Cotegipe e a aprovação da Lei de 1885 | 82 |
| Quando as crises políticas encontram a crise hegemônica | 90 |
| Execução e interpretações da Lei de 1885 – O “Regulamento Negro” | 90 |
| A radicalização do movimento abolicionista e a fuga em massa de escravos | 93 |
| A Questão Militar | 97 |
| Capítulo 4 – Antônio Prado e o emancipacionismo paulista: a cisão conservadora e o fim do Império | 102 |
| Os Prado e o Império | 110 |
| O emancipacionismo paulista | 114 |
| Quando a ordem é garantida pela força: o caráter repressivo do ministério Cotegipe | 119 |
| Cotegipe e a crise do Império | 122 |

| | |
|-------------------------------|-----|
| A queda do gabinete Cotegipe | 132 |
| Cotegipe e o fim de seu tempo | 139 |
| Considerações finais | 145 |
| Fontes e bibliografia | 149 |

Introdução

O Império do Brasil se estendeu por quase todo o século XIX. Nos anos que se seguiram à Independência, o regime monárquico de governo foi responsável por garantir que da ruptura com Portugal não se originassem transformações estruturais que abalasses a ordem fundada ainda sob as relações coloniais.

Ao longo dos diferentes períodos do regime, um Estado Nacional centralizado foi sendo construído, tendo na mão de obra escrava seu principal alicerce. No topo da hierarquia do poder estava o imperador, cuja legitimidade dependia da classe senhorial, forjada no âmbito de construção do Estado.

Nas fazendas de café do Vale do Paraíba, a escravidão construía a pujança econômica da região, que, a partir da expansão cafeeira no início do século XIX, passou a se confundir com a própria pujança econômica imperial. Nesse contexto, o trabalho escravo, assim como sua manutenção e expansão enquanto elemento de perpetuação de uma hierarquia social de continuidade colonial foram o elo entre as regiões economicamente dinâmicas de outrora que ainda ostentavam importância e poder político, e o novo coração econômico sobre o qual o Império foi construído.

Em torno do trabalho escravo se fundaram todas as instituições políticas do Império.

Em 15 de novembro de 1889, um movimento militar pouco organizado e desprovido de participação popular pôs fim ao regime político constituído no Brasil após a Independência. Na ocasião, um propagandista republicano se apressou em declarar que o povo assistiu a tudo “bestializado”, julgando estar diante de uma parada militar.¹

Não nos interessa aqui discutir a representatividade, em meio às camadas populares, do movimento republicano e do regime instaurado com a queda do Império. No entanto, a frase de Aristides Lobo, já bastante disseminada, chama a atenção do observador para a fragilidade do regime imperial quando de sua queda. Para derrubá-lo, foi suficiente um

¹ A célebre frase foi dita por Aristides Lobo em carta ao *Diário Popular*, de São Paulo, em 18/11/1889. Sobre a relação entre Estado, cidadão e sistema político na transição do Império para a República, cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007.

ato militar talvez igualmente fraco e desarticulado, mas que encontrou receptividade para suas ações na completa ausência de quem pela defesa do Império se apresentasse.

Foi exatamente essa vulnerabilidade experimentada pela monarquia o fator que despertou a curiosidade motivadora deste trabalho. Pensando no episódio que marcou o fim do reinado de D. Pedro II, surgiu o interesse pela percepção que os atores políticos à frente do processo histórico - os dirigentes conservadores - foram capazes de desenvolver acerca da crise do regime. De que forma esses homens, intelectuais do regime, assimilaram o momento que viviam? Até que ponto puderam traçar diretrizes para encaminhar a crise do Império? Assumindo a premissa de que, a partir de certo momento, o regime teria começado a perder prestígio em meio aos seus dirigentes, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção que uma parcela dos dirigentes imperiais – aquela que esteve à frente do governo nos anos cruciais da crise do regime, entre 1885 e 1888 – teve sobre a crise que viviam e quais caminhos deveriam ser trilhados para superá-la?

Responsáveis pela forma do Estado imperial, os intelectuais do regime tinham como *locus* o Partido Conservador. Disputando a direção política do Império com os liberais, foram eles que, a partir do Regresso Conservador, conseguiram impor, com base em um acordo tácito, a direção saquarema, que estabilizaria politicamente o regime no início do Segundo Reinado (1840-1889). A consolidação da monarquia centralizada serviu para afastar a instabilidade política da Regência (1831-1840), garantindo que os interesses relativos à propriedade, em especial da terra e dos escravos, pudessem se expandir. Surgia, assim, uma ordem social hierarquizada, cujo topo era ocupado pelo imperador e pelos dirigentes imperiais, moldando um Estado capaz de assegurar os interesses em torno de uma principal questão: a escravidão². Isso permitiu que, independentemente do projeto e das disputas pelo poder, esses interesses pudessem ser partilhados por todos os grupos políticos ligados organicamente à sua classe de origem, a classe senhorial. Talvez aqui coubesse uma pequena explicação, no texto ou em nota, no sentido de que, por escravidão, você está entendendo não só as formas de preservá-la, como aconteceu durante a maior parte do período, como também a maneira mais segura de superá-la e, ao mesmo tempo, manter o que fosse possível daquilo que dela derivava

² Estamos entendendo por escravidão não só as formas de preservá-la, como aconteceu durante a maior parte do período, como também a maneira mais segura de superá-la e, ao mesmo tempo, manter o que fosse possível daquilo que dela derivava ou do que a acompanhava. Como exemplo é possível citar o controle sobre a mão de obra, a propriedade da terra, o prestígio social e político, influência sobre o governo etc.

ou a acompanhava (p. ex., controle sobre a mão de obra, propriedade da terra, prestígio social e político, influência sobre o governo, etc.).

Nesse processo, que teve início nas primeiras décadas do século XIX e se estendeu até meados de 1850, aproximadamente, um grupo conservador ligado à cafeicultura fluminense assumiu a proeminência política. Foram os *Saquaremas* os responsáveis pela direção que se impôs após as derrotas liberais, sacramentando assim seu papel de destaque, através do seu partido, na manutenção da hegemonia escravista da classe senhorial.

O apogeu imperial seria seguido de um processo de crise orgânica, estrutural, que colocaria em xeque a hegemonia construída. Nesse sentido, analisar a crise do Império significa, necessariamente, examinar o papel do Partido Conservador na composição da correlação de forças que se mostraria incapaz de salvaguardar o regime. Haveria entre os dirigentes a percepção de que, do encaminhamento da questão da escravidão e dos desdobramentos das crises políticas da década de 1880, dependia também a sorte do Império?

Naturalmente, não se tem a pretensão de desenvolver uma explicação cabal do problema. Apostando no potencial explicativo da percepção da fração dirigente do regime – construída em meio à dinâmica política – para o entendimento da crise do Império, elegemos como objeto central da pesquisa aquela que buscaremos demonstrar ter sido a ruptura decisiva para a configuração do fim do regime imperial. Trata-se da divisão do Partido Conservador entre aqueles que, por inúmeros fatores, eram mais arraigados à forma de trabalho escravo, e a parcela que não só concebia mudança na forma de trabalho, como passou a advogar em favor do fim da escravidão após a aprovação da Lei dos Sexagenários. Os líderes emblemáticos dessa divisão eram João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, e o conselheiro Antônio da Silva Prado. O primeiro foi um político baiano, membro da parcela conservadora que defendeu a escravidão até o apagar das luzes. Cotegipe foi presidente do Conselho de Ministros durante o período de maior ebulição do movimento abolicionista (1885-1888), e sua atuação como chefe proeminente do Partido Conservador nos ajuda a lançar luz sobre a questão da perda de legitimidade do regime em meio à classe social que o sustentava – a classe senhorial. Antônio Prado foi um político paulista ligado à cafeicultura em expansão do Novo Oeste Paulista. Ainda que ligado aos interesses escravistas, sua trajetória se construiu de maneira independente, permitindo que, ao longo da década de 1880, seus interesses passassem pouco a pouco a

conflitar com os daqueles contrários a qualquer tipo de reforma. A análise da ruptura entre as duas lideranças mais expressivas do Partido Conservador nos permitirá analisar a tentativa de direção da crise do Império levada a cabo durante o gabinete Cotegipe.

Na historiografia sobre o período, é possível encontrar quem já tenha questionado a falta de defesa do Império face à mudança de regime. Analisando a queda da monarquia, Pedro Calmon chamou a atenção para o fato de que

“(…) a monarquia representativa sacrificou à sua doutrina a segurança, à coerência o próprio destino. Não se defendeu; deixou-se arrastar, ao léu dos acontecimentos, até a crise final, que a destruiu. Não formou castas, não estratificou uma classe, intimamente vinculada com a sua existência, dela dependente; não se apoiou a princípios imutáveis, interesses persistentes.”³

Na mesma linha, Oliveira Lima entendeu que “a instituição monárquica sentia-se esgotada e, sobretudo, abandonada. Os elementos com os quais poderia contar, não somente lhe faltavam, mais ainda não cessavam de invocar seus motivos e de expor suas queixas”.⁴

O fato de tal ideia estar presente nas obras dos autores citados anteriormente é significativo. Ambos foram, em diferentes épocas, expoentes do pensamento social brasileiro e contribuíram para a formação de nosso conhecimento histórico. No entanto, o que diferencia a proposta desta pesquisa desses autores é exatamente a maneira de abordar o problema. Tanto para Calmon quanto para Lima, a questão da falta de defesa do Império surge como uma consequência da crise da instituição monárquica. Explicando a queda do regime através da clássica trindade composta pelas “questões” militar e religiosa e pela Abolição, os dois autores levantam o problema da desafeição ao regime como resultado das principais crises políticas que abalaram o Império. Tais crises teriam levado a uma atmosfera de descrédito e abandono. No caminho exatamente inverso, este trabalho parte do princípio de que a falta de resistência oferecida pelos dirigentes imperiais deve ser tomada como fator explicativo para a queda do trono.

A concepção inicial da pesquisa tinha o objetivo de confrontar dois grandes corpos documentais para desenvolver a questão proposta. Se a ideia era perseguir a atuação e a percepção dos intelectuais da classe acerca da crise do regime, o barão de Cotegipe e

³ CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. t. 2. Espírito da sociedade imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 358.

⁴ LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 230.

Antônio Prado se apresentavam como as duas grandes lideranças a ocuparem o foco do trabalho. Consequentemente, os documentos integrantes de seus arquivos pessoais foram escolhidos como as fontes principais para a construção da tese. Seriam privilegiadas as cartas pessoais, trocadas entre ambos, e com demais dirigentes políticos. Nelas, buscaríamos as entranhas das articulações políticas e parlamentares em torno de questões como as reformas da escravidão e as inúmeras crises políticas da década de 1880, tais como o surgimento do Movimento Republicano, as chamadas Questões Militares e explosão do Movimento Abolicionista.

O arquivo do barão de Cotegipe pôde ser amplamente utilizado e já havia integrado a pesquisa feita por esta autora ainda durante o mestrado. Entretanto, os documentos pessoais do conselheiro Antônio Prado não puderam ser localizados, mesmo após incessantes buscas nos principais arquivos públicos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e também após diversas tentativas de contato com familiares do conselheiro.⁵

Não poder contar com o arquivo pessoal do conselheiro Prado significou uma grande limitação à pesquisa. Originalmente, o projeto foi pensado como um desdobramento da dissertação, na qual foi analisada a atuação de Cotegipe na crise do Império. Após a conclusão do trabalho, os resultados obtidos na investigação não deixaram dúvidas quanto à necessidade de aprimoramento do que já havia sido feito. Seria necessário ampliar o foco da análise para tratar não apenas de uma vertente conservadora, mas da ruptura entre essas duas grandes lideranças do partido, chegando-se, assim, a uma peça valiosa e pouco explorada para explicarmos o fim da monarquia no Brasil. Para tanto, parte dos avanços da pesquisa estavam condicionados à análise do corpo documental não encontrado. Isso não significa, contudo, que a pesquisa estivesse inviabilizada.

Parte dos documentos do barão de Cotegipe ainda precisavam ser melhor trabalhados, assim como inúmeras fontes secundárias. Nesse sentido, além da análise de documentos pessoais do barão de Cotegipe, contidos em sua coleção particular, depositada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), nossa questão também

⁵ Em trabalho clássico sobre a família Prado, é possível concluir que o americanista Darell Levi teve amplo acesso à documentação em questão, na década de 1960, por intermédio do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Antônio Prado foi tio-avô de Caio Prado Júnior, outro grande historiador brasileiro em atividade no período. É provável que esses contatos tenham facilitado o acesso de Levi aos documentos particulares do conselheiro Prado.

foi pensada primordialmente através dos anais da Câmara de Deputados e do Senado do Império, das atas do Conselho de Estado do Império e de documentos contidos no arquivo do Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, depositado no arquivo da Universidade Federal de Pernambuco

Percebendo a crise do Império como uma crise de hegemonia escravista consolidada no período da Conciliação, partimos da premissa de que a crise orgânica do regime significou uma quebra na capacidade da classe dominante de se manter também como dirigente. Foi uma crise hegemônica escravista, no sentido de a própria natureza da sociedade estar em pauta a partir do surgimento, no cenário político internacional e nacional, da crise do sistema de trabalho escravo. Tendo se consolidado sobre bases escravistas, a vitalidade da organização imperial dependia da força da classe senhorial, que surgiu concomitantemente ao processo de formação do Estado imperial, identificando seus interesses antagônicos e passando a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe.⁶

Nesse contexto, essa classe, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, criou para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe deram homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.⁷ No Brasil do século XIX, a classe senhorial, formada historicamente, consolidou sua hegemonia através da ação de seus intelectuais, grupo no qual Cotegipe se inseria, e que tinha a função de homogeneizar e conscientizar a classe da qual eram orgânicos no campo social e político, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo político e econômico.

No primeiro capítulo, busca-se discutir a crise do Império enquanto uma crise hegemônica. Perseguindo a medida entre seus fatores orgânicos e conjunturais, apresentamos a crise do regime como uma crise orgânica escravista, desencadeada com a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), com a qual os dirigentes imperiais buscaram se antecipar aos possíveis desdobramentos da crise do sistema de produção escravista. À crise hegemônica se somaram, principalmente na década de 1880, crises políticas que, ao encontrarem um terreno já minado pela questão da escravidão, ditaram o ritmo dos acontecimentos que levaram à queda do regime.

⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

⁷ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Aqui, o termo “intelectual” não se aplica como sinônimo de “letrado”, daquele que possui vasta erudição.

O segundo capítulo trata da crise da escravidão buscando apresentá-la como um marco orgânico da crise do Império, discutindo como a conjuntura de aprovação da Lei do Ventre Livre se diferencia das circunstâncias das demais reformas sofridas pela escravidão ao longo do século XIX. O objetivo do capítulo é apresentar as diferentes naturezas das quatro reformas referentes ao trabalho escravo, desde o fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, até a Lei Áurea, em 1888.

A atmosfera política da década final do Império é apresentada no terceiro capítulo. A eficácia da antecipação dirigente à crise da escravidão havia funcionado muito bem até esse momento, quando, com a intensificação do movimento abolicionista, o Império precisou agir novamente. O capítulo apresenta um panorama da evolução da questão a partir do gabinete liberal de Manuel Dantas, quando foi lançada a proposta da segunda reforma da escravidão – na forma da libertação dos escravos sexagenários –, passando pela gestão do também liberal Saraiva, até a ascensão conservadora, personificada na figura do barão de Cotegipe, quando, finalmente, a reforma foi aprovada. Após uma grande descaracterização do projeto original de Dantas, a Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, como ficou conhecida, surgiu numa roupagem moldada de acordo com os interesses escravistas, e sob as bênçãos dos conservadores, capitaneados por Cotegipe. A escolha do barão para encaminhar o processo final de aprovação da Lei dos Sexagenários não se deu por acaso. A fim de perceber a importância da ascensão do conservador, o referido capítulo apresenta também uma análise de sua formação enquanto intelectual da classe senhorial.

No quarto capítulo, finalmente, discutimos a tentativa de direção da crise empreendida por Cotegipe e a dissidência paulista em torno do conselheiro Prado. Após a aprovação da libertação dos sexagenários, Cotegipe demonstrou entender que bastava de reformas. Em meio a um contexto de forte ebulição política, sua gestão foi marcada como um período de forte repressão. De posse de uma percepção privilegiada do momento que vivia, Cotegipe tentou a todo custo impedir a divisão do Partido Conservador, acreditando ser esse o único caminho para a salvação do regime. No entanto, com o crescimento do dissenso dentro do próprio partido, viu sua tentativa de direção da crise fracassar e, com ela, seu tempo, o tempo do Império, terminar.

Capítulo 1 – A crise de hegemonia do Império

Analisar a queda da monarquia é analisar um momento de crise. Toda crise é uma ruptura no funcionamento de um sistema, uma mudança qualitativa no sentido positivo ou no sentido negativo, uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. Todo sistema se funda num conjunto de elementos mais ou menos interligados entre os vários componentes, sendo que a mudança de um gera mudança em todos os demais. Para avaliar a incidência de uma crise em um sistema político, é preciso, antes de mais nada, definir o seu estado de equilíbrio. Ele pode encontrar-se em equilíbrio estável, de tal maneira que tende a voltar à mesma posição, ou em equilíbrio instável, rompendo e alcançando nova forma de organização após as transformações pelas quais passou.⁸

Em situações como essa, é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um certo período e determinar a relação entre elas. Para tanto, é necessário mover-se no âmbito de dois princípios como explicaremos mais adiante. Primeiramente, o de que nenhuma sociedade se põe desafios para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver. Em segundo lugar, o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização.

Da reflexão sobre esses dois cânones pode-se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica. Todavia, no estudo de uma

⁸ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 303.

estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjunturais (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder.

O objetivo deste capítulo é discutir a crise do regime imperial. Tendo o Estado imperial brasileiro se consolidado sobre bases escravistas, cuja experiência de formação fomentou a constituição de uma classe senhorial, com a crise do sistema de escravatura, os esforços dessa classe, até então direcionados para o crescimento e a expansão daquele modelo de sociedade, precisaram ser reencaminhados no sentido de dirigir a crise da hegemonia construída, a fim de que a mudança do tipo de mão de obra fosse implementada com o menor prejuízo possível para aquela classe. O processo de antecipação e encaminhamento dessa questão por seus dirigentes marcou a crise de hegemonia do regime. E é por meio desse processo que buscamos explicar o colapso do Império. Com a abertura da crise escravista, a organicidade da classe senhorial – e do próprio regime –, assim como sua capacidade dirigente, entraram em questão. Nesse contexto, defender a ordem – evitando que acontecessem no Brasil, a exemplo de outros países, revoltas escravas e guerras civis – e, ao mesmo tempo, garantir os interesses dos proprietários de escravos, foram o tônus da política imperial até meados da década de 1880, quando, à crise orgânica, passaram a se somar crises políticas de cunho conjuntural, que ajudaram a minar, gradativamente, o consenso previamente consolidado.

O Estado Nacional Brasileiro, inicialmente na forma de um Estado Imperial centralizado, constituiu-se com base em uma íntima relação com a formação social escravista moderna, que, estendendo sua presença estruturante sobre todo o território, exigia uma organização estatal capaz de assegurar as condições impostas pela dinâmica da inserção internacional, relativas à garantia da moeda, à administração de pressões externas – como o empenho britânico no fim do tráfico de escravos – etc. Nesse processo, que no Brasil se consolidou sob o regime monárquico instituído após a independência de Portugal, a classe senhorial –cuja formação ocorreu de forma concomitante ao próprio processo de construção do Estado Imperial, e que se fez dominante se impondo, muitas

vezes, a partir do emprego da força por meio do Estado centralizado – expandiu-se como estilo de vida no Brasil do século XIX.⁹

Essa expansão se deu a partir de um núcleo integrado por proprietários de terras e de escravos, cujo poder se reafirmou com a expansão cafeeira na região do Vale do Paraíba a partir da década de 1830. Expansão que, contudo, não deixou de envolver os proprietários de outras regiões, e incorporou outros grupos – burocratas, professores, médicos, jornalistas, literatos – em torno da identificação com o mesmo projeto político-ideológico, baseado nos princípios de Ordem e de Civilização. Ela significou a gestação de identidades e valores socialmente compartilhados, e a adesão a práticas administrativas públicas, políticas e institucionalizadas, não ficando restrita aos grupos de grandes proprietários e comerciantes escravistas. Sua extensão abarcou também setores sociais subalternos, que se espelharam naqueles que se expandiam economicamente, buscando aderir ao seu estilo de vida. A generalização do emprego de mão de obra escravizada de origem africana por todo o território, em diferentes ramos de atividade e por quase todos os setores sociais livres que podiam dispor de recursos para tanto, forneceu a sustentação deste processo de expansão.¹⁰

Foi em torno das relações produtivas escravistas que a classe senhorial pôde ganhar unidade, identificando interesses antagônicos aos seus e passando a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe. Assim, seu processo de formação foi um processo de autoconfeção, embora sob condições dadas.¹¹ Por “classe senhorial” entende-se, de acordo com Ilmar Mattos¹², uma categoria histórica, e não apenas uma classificação derivada do lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantêm com outra classe fundamental. Considera-se, antes de tudo, uma trajetória assinalada por inúmeras lutas. A formação da classe senhorial não pode ser reduzida a um processo de expansão de alianças familiares a partir de um núcleo de origem, formado por uma ou mais famílias radicadas em uma região central, no caso a província do Rio de Janeiro. A sua natureza enquanto classe e seus elementos de coesão

⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit.

¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994, apud SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹¹ O conceito de classe senhorial foi pensando por Ilmar Mattos a partir do conceito de classe social tal como descrito por E. P. Thompson. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit., e THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 121.

¹² MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit.

– sua identidade – aparecem como resultado de experiências comuns vividas por determinados homens, que lhes possibilitaram sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e, dessa forma, contrapor-se a outros grupos de homens, cujos interesses eram diferentes, e mesmo antagônicos, aos seus.¹³

A partir de uma situação histórica particular – no caso brasileiro, a conjuntura de 1837-42, como vivida pelos conservadores fluminenses, os “saquaremas” –, as ações de indivíduos, famílias, grupos, muitos deles radicados em aparatos institucionais locais, regionais e nacionais, resultaram em determinado “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização”. Havia a consciência coletiva de interesses econômico-corporativos e sua formulação como identidade e interesses universais, com capacidade de incorporar e modificar interesses de outros grupos sociais, tornados, assim, subalternos. Esse foi o momento em que se apresentou a questão do Estado e da direção moral e intelectual de toda a sociedade, de todo o Império, e não apenas da região fluminense, como forma de manutenção e reprodução da ordem senhorial-escravista. Ordem esta que, na época histórica da formação do mundo contemporâneo, estava longe de ser naturalizada e convivia com uma pressão antiescravista permanente.¹⁴

A coesão da classe senhorial transcendia o âmbito imediato dos interesses econômicos, regionais, locais e familiares. Estava estruturada de acordo com a sua subordinação política e simbólica ao Estado imperial, que conferia a cada uma de suas frações, grupos, famílias e indivíduos um senso de identidade e unidade superiores. Além, é claro, de lhes dar acesso, sempre que necessário, aos recursos administrativos, financeiros, militares e políticos do Estado. A instituição monárquica, personificada na Coroa e na figura do imperador, garantia que o Estado, ainda que solidamente ancorado no apoio e no favorecimento de uma fração específica de classe – a dos grandes fazendeiros fluminenses – não fosse instrumentalizado diretamente por nenhum grupo ou facção em particular. Do ponto de vista simbólico, havia algo como uma inversão que encobria as fontes sociais do poder estatal, ao mesmo tempo que as fortalecia em seus interesses mais amplos e fundamentais.

De acordo com Ricardo Salles,

A classe senhorial foi uma realidade histórica, uma formação intergeracional definida a partir de sua dimensão projetiva e memorial que tendeu a expandir-

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ SALLES, op. cit. p. 52 e 53.

se como força e direção moral por determinada época e por toda sociedade, entendida como um “bloco histórico”. Isto é, é uma totalidade de relações sociais entre classes e grupos sociais estabelecidas a partir de modos de produção, acumulação, reprodução e apropriação material, configurações territoriais e demográficas, redes institucionais, práticas culturais, tradições. Nesse sentido, ela implicou uma cultura e um *ethos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços e redes de poder ancorados nesse conjunto histórico. A classe senhorial foi um acontecimento histórico complexo, e seus modos de ser e produzir se impuseram como modo de ser, como estilo de vida, tanto interna quando externamente, a outros grupos sociais subalternos. E, dessa forma, impuseram-se, enfim, como condição de sua reprodução social, física, espacial e temporal por meio de sua articulação com a construção do Estado imperial.¹⁵

Seu acontecer histórico envolveu a formação de hierarquias internas, tanto situacionais quanto simbólicas. Em primeiro lugar, entre frações econômicas, especializadas em diferentes ramos da produção, como o café e o açúcar, acarretando divisões espaciais, isto é, ligadas ao controle de áreas e regiões específicas. Em segundo lugar, na medida em que abarcava a mediação das instituições governamentais e do espaço público, pela constituição de camadas de intelectuais e, mais particularmente, de dirigentes políticos. Finalmente, seu acontecer histórico, ao se desenvolver em um tempo relativamente longo, resultou em hierarquias geracionais. Configurou-se, assim, um território social e simbólico, com lugares específicos, como a Corte, a civilização, a província, a fazenda, a “boa sociedade” e a escravidão – que tudo sustentava. Foram esses condicionamentos, pertencimentos e identidades mais gerais e amplos – o Império do Brasil, a nobreza, o Estado, a escravidão como modelo de organização socioeconômica – que passaram a balizar e a conferir estabilidade e solidez às identidades, aos pertencimentos e às práticas sociais mais imediatas e particulares, vivenciadas no âmbito local, do grupo de interesses e relações, familiar e do indivíduo.¹⁶

Nesse contexto, o lento convencimento de que a monarquia como forma de governo era conveniente foi resultado do “regresso conservador”, levado a efeito por dirigentes ligados à cafeicultura fluminense. Ajudou na persuasão a atitude da Coroa ao mostrar, logo em 1844, que os revoltosos da véspera, protagonistas de movimentos regenciais, podiam chegar ao governo, e que havia, portanto, lugar para a divergência. Estes foram dois pontos cruciais: as demonstrações de que a monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que podia ser árbitro confiável para as

¹⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994 apud SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.53.

¹⁶ Idem, p. 54.

divergências entre os grupos dominantes. Exercendo oposição apenas retórica, os liberais perceberam que as medidas executadas com o retorno – basicamente devolvendo ao governo central os poderes que perdera com a legislação descentralizadora da Regência – eram úteis para o exercício do poder.¹⁷

Por outro lado, a ação do Estado para assegurar o provimento de grandes levas de cativos africanos foi particularmente importante em face da tendência internacional antiescravista. A manutenção e a expansão do tráfico internacional de escravos foram elemento central na soldagem dos interesses do Estado aos interesses dos proprietários fluminenses e comerciantes de “grosso trato”. Soldagem essa que esteve na base da expansão militar, administrativa, política e simbólica promovida pelo Estado imperial no interior da nação que se organizava como império.¹⁸

Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase exclusivamente aos domínios de sua propriedade ou região, a classe senhorial se serviu do Estado para construir sua unidade e expandir-se duplamente: no plano horizontal, em relação aos demais plantadores escravistas das outras partes do Império, e no sentido vertical, em relação às pessoas livres. Essa dupla expansão significou uma incorporação dos valores da classe, que se apresentavam como a difusão de uma civilização. Nessa articulação, salientou-se o papel dos dirigentes imperiais, que atuavam como intelectuais da classe senhorial.¹⁹

A formação da classe senhorial como classe dominante consolidou uma ordem social hierárquica, em cujo ápice encontravam-se os grandes senhores de escravos, em particular os da província fluminense. Para garanti-la, construiu-se uma ordem política, que tinha no topo o imperador e os dirigentes imperiais, a nobreza e a “boa sociedade”, condição de manutenção da primeira – e que a ela se sobrepôs e se interligou intimamente. O equilíbrio interno das duas ordens, e dessas entre si, dependia do poder econômico e social dos grandes senhores, o qual, por sua vez, dependia da escravidão e sobre ela se realizava.

O edifício político e social do Império do Brasil repousava sobre o equilíbrio, sempre renovado, dessas duas ordens interdependentes. A história do Império, do Estado

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

¹⁸ SALLES, Ricardo. *op. cit.*, p. 47.

¹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. *op. cit.* apud SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. *op. cit.*, p. 49.

imperial e da classe senhorial foi a história da construção concreta dessa interdependência e equilíbrio. No entanto, a partir da década de 1870, essa ordem começou a dar sinais de crescente instabilidade: dirigentes e senhores, que até então haviam convergido para a reprodução da classe senhorial, começaram a divergir. Na raiz da divergência estava a questão da escravidão. A tensão antiescravista, agora principalmente em sua dimensão interna, reabriu-se e ameaçava tornar-se um fosso – o que de fato ocorreu, com o movimento abolicionista e com a rebeldia escrava –, a partir de 1880.²⁰

Crise do Império: uma análise historiográfica

Em 15 de novembro de 1889, o Império do Brasil chegava ao fim. Resultado imediato de um movimento militar, cujo grau de organização e homogeneidade em relação à intenção de pôr fim à Monarquia ainda se discute, a queda do Império chamou atenção tanto pela forma inesperada como aconteceu²¹ quanto pela inexistência, ao menos aparente, de quem pela defesa do regime se apresentasse. Tratava-se do que uma historiografia mais antiga, produzida com o intuito de deslegitimar o regime republicano²², destacou como uma “desafeição” ao Império, implacável na desmobilização daqueles que a ele estiveram ligados durante quase todo o século XIX no Brasil.²³

Contudo, o fim da Monarquia não resultou apenas de uma parada militar. Seu enfraquecimento esteve em curso pelo menos desde fins da década de 1860. Nesse sentido, dois importantes marcos da crise se apresentam ao analista.

O primeiro diz respeito à crise política de 1868, conjuntural, desencadeada com a inversão de gabinete que destituiu o liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos e trouxe

²⁰ SALLES, Ricardo. *op. cit.*, p. 56.

²¹ Sobre a questão, cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

²² Muitos desses autores tentavam demonstrar que a República não surgiu por seus próprios méritos, mas sim pelo enfraquecimento interno da Monarquia.

²³ Sobre interpretações que valorizam uma desafeição que se construiu em torno do regime como fator explicativo de sua queda, cf. CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. t. 2. Espírito da sociedade imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

novamente ao poder os conservadores, representados pelo saquarema visconde de Itaboraí. A crise, marcadamente influenciada pela ação do imperador D. Pedro II, de posse do Poder Moderador, causou forte abalo ao sistema político imperial pela insatisfação surgida em parte de uma parcela dirigente com a quebra das “regras” do jogo político, ainda que constitucionalmente provocada.

O segundo nos remete a 1871, ano de aprovação da Lei Rio Branco, ou do Ventre Livre, como ficou popularmente conhecida a lei que implementou, dentre outras reformas, a concessão da liberdade aos filhos de mulheres escravas nascidos a partir de então. Para a análise da crise de um tipo de regime político como o Império brasileiro, constituído e consolidado com base na escravidão, trata-se de um marco orgânico que, ao colocar pela primeira vez no horizonte próximo dos proprietários de terras e escravos o fim inexorável do sistema de trabalho escravo, atingia as próprias bases de sustentação do regime.

A esses marcos se somaram, na década de 1880, crises políticas de natureza conjuntural, com certa zona de interseção entre si, e cuja articulação com os episódios de final da década de 1860 e início da de 1870 faz-se indispensável para explicar a queda do Império. Referimo-nos, principalmente, à chamada Questão Militar – série de episódios que opôs setores militares e o governo durante quase toda a década de 1880 – e o recrudescimento do movimento abolicionista, com o gradual crescimento das fugas escravas em massa, a partir de 1879.

Nem todos os episódios mencionados têm a mesma natureza e, para uma análise clara do período, é preciso, num duplo movimento, estabelecer uma articulação e uma distinção clara entre os limites e o alcance dos movimentos orgânicos – relativamente permanentes – e os de natureza conjuntural, que se apresentam como imediatos, ocasionais, quase acidentais, mas de forma alguma acessórios ou dispensáveis, uma vez que esses movimentos expressam o modo como os movimentos orgânicos se processam. Busca-se, assim, uma “justa” medida entre ambos, uma vez que os movimentos conjunturais dependem dos orgânicos, porém, seu significado não tem um amplo alcance histórico, eles possibilitam apenas uma crônica política das ações imediatas dos atores no poder. Em oposição, os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, envolvendo os grandes agrupamentos. Se os ocasionais nada são sem os orgânicos, estes

também não existem sem os primeiros, ou, só existem nos primeiros. O importante é a relação que se estabelece.²⁴

De acordo com Antonio Gramsci, no estudo de determinado período histórico revela-se a importância dessa distinção. Quando tem lugar uma crise que se prolonga por dezenas de anos, essa duração excepcional mostra que se revelaram contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservá-la e defendê-la esforçam-se para saná-las, dentro de certos limites, e superá-las. Tais esforços incessantes formam o terreno do que Gramsci chamou de “ocasional”, relativo à conjuntura, no qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam ser resolvidas historicamente. Em última análise, essa demonstração só tem fundamento ao se tornar realidade, mas se explicita, imediatamente, numa série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, jurídicas etc., cujo caráter concreto, ou seja, seu verdadeiro papel na cena política, pode ser avaliado na medida em que são capazes de convencer e deslocar o alinhamento preexistente das forças sociais.²⁵ Sendo assim, as análises históricas nos permitem buscar a aproximação com a medida entre o que é orgânico e o que é ocasional.²⁶

Na análise da historiografia sobre a crise que pôs fim ao Império no Brasil, é possível encontrar diferentes chaves explicativas, que oscilam entre uma valorização maior ou menor dos fatores orgânicos e ocasionais (conjunturais).

No clássico trabalho *Do Império à República*²⁷, Sérgio Buarque de Holanda busca explicar a queda da Monarquia a partir da crise do sistema político, ou sistema imperial²⁸. O autor credita importância crucial à crise de 1868, quando, buscando apoio incondicional à atuação do conservador Caxias na Guerra do Paraguai (1865-1870), D. Pedro II, por meio das atribuições do Poder Moderador, destituiu o gabinete chefiado pelo liberal Zacarias de Góis, ignorando a maioria liberal na Câmara e chamando ao poder o conservador saquarema visconde de Itaboraí.

²⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 36-46.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ Idem, p. 37.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. t. 2, v.7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 159.

Para Holanda, o sistema imperial seria problemático por ter sido fundado sobre forte instabilidade política, decorrente das atribuições e do frequente exercício, pelo imperador, do Poder Moderador. A dificuldade de D. Pedro II, de posse do Poder Moderador, em se enquadrar na máxima de que “o rei reina, mas não governa”, desencadeando as frequentes rotações de governo e os cortejos de demissões e substituições em massa de empregados públicos, seria um distintivo negativo da política brasileira durante a maior parte do século XIX. As contradições internas do regime, relacionadas à forma como se organizava a dinâmica política, e o desconforto que a atuação do imperador causaria entre os dirigentes teriam eclodido com os acontecimentos de 1868, deixando à vista sinais nítidos de deterioração do sistema imperial. A crise de inversão de gabinetes teria exposto aquilo que existia de frágil e quebradiço no Império, ou seja, sua incapacidade de formar um núcleo relativamente estável de poder, apto a garantir um mínimo de continuidade à atividade administrativa. Tal continuidade, que Holanda indica ser apontada por alguns como a qualidade indelével das monarquias, teria sido extremamente deficiente no Brasil do século XIX.²⁹ Até aquele momento, o poder pessoal, ou o modo como ele era exercido, impedindo continuidades no poder político, teria servido para obscurecer a deterioração interna já existente, e que vinha avançando graças à inércia administrativa, resultado da instabilidade da organização do poder, que vedava qualquer ação contínua e de longo prazo.

Com grande destaque na análise de Holanda para a crise do regime, a inversão de gabinete de 1868 marcou uma das mais importantes clivagens políticas da história da monarquia no Brasil. Nesse sentido, sua obra ilustra um tipo de interpretação que valoriza o papel das crises políticas conjunturais no processo de desintegração da Monarquia. De fato, a importância da crise política de 1868 é grande, na medida em que nos permite entender a origem das rupturas e reorganizações partidárias que imprimiriam nova dinâmica à monarquia, desencadeando não apenas a formação do novo Partido Liberal, mas, principalmente, a do Partido Republicano, em 1870. Esse, mesmo não tendo conseguido grande representatividade política até 1889, marcou a institucionalização de uma oposição à própria forma de regime político, a monarquia, cuja política até então era marcada pela divisão e alternância no poder entre Conservadores e Liberais. Mantendo-se restrita a uma análise político-partidária, o que parece faltar na obra de Holanda é uma

²⁹ Idem, *ibidem*.

maior atenção aos interesses materiais em disputa, principalmente a partir da aprovação da lei de 1871.

Na mesma linha da valorização da crise do sistema político, Jeffrey Needell, em estudo que busca aprofundar a relação entre o Partido Conservador, o Estado e a escravidão³⁰, ressalta os reflexos negativos da influência do Poder Moderador na política, valorizando, contudo, a conjuntura de aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Para o autor, a aprovação da lei não estaria relacionada à crise da escravidão, mas sim a uma crise do sistema político, que teria marcado a desarticulação do Partido Conservador. Sendo os conservadores aquilo que Needell classifica como o “Partido da Ordem”, sua desarticulação estaria no centro da crise do regime. Sua tese central é a de que, nos debates em torno da questão da liberdade do ventre da mulher escrava, particularmente em torno da proposta de lei que viria a ser aprovada em 28 de setembro de 1871, o que estaria em jogo para o “Partido da Ordem” seria o princípio do governo representativo, e não a questão da escravidão em si. Para ele, a oposição dos conservadores ao projeto se justificaria apenas pelo fato de que a iniciativa de aprovar a reforma na escravidão seguia uma determinação do imperador, sendo assim inconstitucional. Needell negligencia em sua análise os interesses dos proprietários que, vivendo um momento de pujança da escravidão, que a essa altura havia alcançado um crescimento vegetativo nas fazendas – principalmente do Vale do Paraíba³¹ – com a lei passavam a necessariamente enxergar o fim desse modo de produção num horizonte muito mais próximo.

Tanto Holanda quanto Needell não se preocupam em articular fatores orgânicos e conjunturais. Os fatores centrais de suas explicações, privilegiados quase que exclusivamente nas análises, respectivamente, as crises de 1868 e 1871, no modelo analítico que propomos apresentam naturezas diferentes. A inversão de gabinete de 1868 foi uma crise fundamentalmente política conjuntural, que, no entanto, se desenvolveu no âmbito de abertura da crise orgânica do regime. Por sua vez, essa atingia sua maior base de sustentação, a escravidão, através da reforma 1871. Ao contrário da conjuntura de aprovação da lei de 1871, a intervenção do imperador em 1868 – desconsiderada por Needell –, ainda que constitucional na letra, feria a tradição de governo parlamentar que vinha sendo praticado. Por isso abriu uma profunda crise no sistema político do Império,

³⁰ NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

³¹ Cf. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

pouco valorizada pelos conservadores. A Lei do Ventre Livre mexeria nas bases do regime, antecipando o fim da instituição que constituía o principal pilar de sustentação da monarquia. Foi, portanto, orgânica, no sentido de a própria natureza do regime estar em crise. Ao apresentá-la apenas como uma crise do funcionamento político, Needell descuidou dos interesses sociais vinculados ao processo. Da mesma forma, nem Needell e nem Holanda propõem análises que articulem fatores estruturais, de natureza orgânica, com fatores conjunturais, de caráter ocasional, desencadeados em sua maioria durante a década de 1880, e que se somariam ao já desencadeado processo de crise orgânica.

Em outra vertente explicativa, José Murilo de Carvalho, pensando a constituição do regime em *A Construção da Ordem e O teatro de sombras*³², argumenta que a formação do Império e a manutenção da unidade territorial estariam ligadas ao tipo de dirigentes com que contou o regime. O foco está, assim, naquilo que o autor chama de elite política, caracterizada pela homogeneidade – de formação e ideológica –, recrutada entre os setores dominantes da sociedade, embora ela seja percebida a partir de sua formação educacional e não por sua origem social e seja derivada da continuidade entre os processos de Independência e de formação do Estado Nacional sendo, assim, produto de um processo político, identificada através da capacidade de decisão, vinculada pelo autor à ocupação de cargos públicos.

Ainda que a análise da queda do regime não seja a preocupação central do autor, Carvalho propõe um tipo de explicação que trabalha com a ideia de substituição de elites no poder e que estabelece uma maior articulação entre os fatores que aqui estamos entendendo como orgânicos e conjunturais.

Para Carvalho, para implementar a Lei do Ventre Livre, o governo teria se deslocado das bases socioeconômicas do Estado, instaurando, assim, uma crise intraelite³³. Isso porque a lei teria tido o sentido de tornar indiscutível o fim próximo da escravidão e de mostrar aos escravistas que não teriam a Coroa ao seu lado. Com isso, tendo a abolição final se tornado questão de tempo, a tática dos proprietários teria sido a de, a partir de então, ganhar o máximo possível desse tempo e evitar o que mais os ameaçava: as rebeliões escravas, temidas por muitos dos opositores da lei de 1871. A isso somar-se-ia a influência do Poder Moderador na formação e composição da elite política, que criaria uma instância de poder capaz de permitir a competição entre facções dos

³² CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

³³ Idem.

grupos dominantes mediante alternância dos partidos no governo, chegando mesmo a possibilitar a mobilização de elementos que escapavam ao controle desses grupos.

Assim, a crise de 1871 teria sido o primeiro claro indício de divórcio entre o “rei e os barões”, que teriam visto a lei como “loucura dinástica”, passando a demonstrar indiferença progressivamente maior em relação à sorte da monarquia. A Coroa teria esgotado seu crédito de legitimidade perante os fazendeiros ao ferir seus interesses, terminando o imperador sozinho em 1889, em contraste com sua coroação em 1840.³⁴

Paralelamente, em função de demandas por maior representação de interesses dentro do Estado, em parte, no último quartel do século XIX, a elite política já haveria perdido muito de sua homogeneidade inicial, passando a se mostrar inadequada para a nova fase da construção do Estado, que exigiria menor acumulação de poder e representação ampliada mediante suas bases sociais.³⁵ Por outro lado, após a Guerra do Paraguai, e principalmente durante a Questão Militar, o Exército teria voltado a agir politicamente, tendo sofrido, durante todo o período, uma política de erradicação por parte da elite civil.³⁶ No entanto, o setor militar não só não pôde ser absorvido e eliminado pela elite, como, para Carvalho, constituiu o principal elemento da destruição do sistema imperial, tendo sido capaz de constituir uma contraelite agindo de dentro do próprio Estado.

Nesses termos, a crise do império teria significado uma substituição de elites no poder. O golpe militar de 15 de novembro teria marcado a ascensão de uma contraelite capaz de responder às demandas políticas e sociais modernizantes, as quais a antiga elite formadora do Estado mostrava-se incapaz de implementar, em parte por conta de conflitos internos. A desafeição ao regime desenvolvida a partir de 1871 deu o tom da recepção ao movimento de 15 de novembro, caindo o regime sem resistência.

Diferente das análises de Holanda e Needell, a explicação proposta por Carvalho busca analisar e estabelecer relações entre a crise orgânica aberta em 1871 e as crises políticas, principalmente as militares, potencializadas durante a década de 1880. No entanto, na análise de Carvalho, isso que aqui chamamos de crise orgânica diz respeito à crise da elite política, diretamente relacionada com a formação e consolidação do Estado

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Nas edições mais recentes, como a citada, os dois livros foram reunidos em um único volume.

³⁵ *Idem*, p. 43.

³⁶ Trata-se de uma expressão de Samuel Huntington. Apud COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*.

imperial, descolada, contudo, de suas origens sociais. Como já foi anteriormente mencionado, para o autor, o que homogeneiza essa elite é sua unidade ideológica, cultivada fundamentalmente por meio do treinamento, da educação comum – salvo poucas exceções – na mesma carreira, aprendida nas mesmas faculdades. Essa trajetória comum marcaria uma coincidência de interesses e concederia bastante autonomia aos membros da elite em relação à sua classe de origem, colocando-os organizados em torno da burocracia estatal e dos interesses do próprio Estado, não entendido enquanto elemento de dominação de determinada classe.

Uma outra perspectiva

Para uma análise clara do período, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre a natureza orgânica da crise e sua relação com as crises políticas que solaparam o regime, principalmente a partir da década que antecedeu a República.

Assumindo a perspectiva de Antonio Gramsci, parte-se do princípio de que, nas análises históricas, a relação entre estrutura e superestrutura deve ser exposta com a maior exatidão possível para que se possa chegar a uma justa análise das relações de força de um determinado período. Para tanto, é preciso mover-se no âmbito dos dois princípios apresentados anteriormente: o de que nenhuma sociedade se propõe tarefas as quais não seja capaz de resolver, ou para as quais a solução não esteja em vias de se desenvolver; e o de que nenhuma sociedade se esgota e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.³⁷

Com base nesses dois cânones, pretende-se aqui estabelecer, quanto ao processo de crise do regime, uma distinção entre os movimentos orgânicos – relativamente permanentes – e os de natureza conjuntural, que se apresentam como imediatos, ocasionais, quase acidentais. Certamente, os movimentos conjunturais dependem dos orgânicos, porém, seu significado não tem um amplo alcance histórico, limitando-se a uma crítica política corriqueira, que envolve os políticos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Em oposição, os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, envolvendo os grandes agrupamentos.

³⁷ Gramsci se refere a duas premissas lançadas por Karl Marx em *Prefácio à Crítica da economia política*. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

De acordo com Gramsci, chega-se a apontar, em recorrentes erros, como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas eficientes. Para o filósofo, “num caso tem-se excesso de economicismo ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de ideologismo. Num caso superestimam-se as causas mecânicas; no outro exalta-se o elemento voluntarista e individual.”³⁸

Nesta linha de pensamento, pretende-se apreender a crise do Império não apenas como resultado de crises políticas imediatas – por exemplo, a de inversão de gabinete de 1868, e as “questões” religiosa e militar –, mas como crise hegemônica diretamente relacionada à do sistema produtivo, alicerce do regime, no sentido de sua própria natureza estar em cheque.

Ao trazer ao poder o conservador e saquarema visconde de Itaboraí, substituindo Zacarias de Góis, que contemplava a maioria liberal na Câmara, D. Pedro II fazia um uso imprevisto do Poder Moderador. Exemplo de crise política, e marco cronológico frequentemente escolhido por muitos intérpretes da queda do Império, a inversão de gabinete de 1868 marcou uma das mais importantes clivagens da história política da monarquia no Brasil. A obra de Sérgio Buarque de Holanda³⁹ ilustra um tipo de corrente que valoriza as análises que destacam o papel das crises políticas no processo de desintegração da monarquia, como explicado anteriormente.

Numa abordagem diferente da desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda, buscando a medida entre os fatores orgânicos e conjunturais da crise do regime, a inversão de gabinete em 1868 passa a ser entendida como uma crise política conjuntural. Esta se somou à crise orgânica que se abriria, de fato, em 1871, com a aprovação da Lei do Ventre livre, quando se colocou o fim da escravidão num horizonte próximo. Do ponto de vista das articulações internas e do jogo partidário vivido no país desde então, 1868 marcou o surgimento de uma representação política e de um setor da classe dominante que tinha como bandeira estratégica o fim do próprio regime monárquico, o Partido Republicano; a incapacidade dos liberais de promoverem as reformas que pregavam e, portanto, de mostrarem-se como alternativa viável dentro da ordem imperial; a cisão, informal, dos conservadores entre os promotores dessas reformas e os reacionários, que se apegavam

³⁸ GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 37.

³⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: _____. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 5. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963 e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

intransigentemente à manutenção de todos os privilégios da classe dominante.⁴⁰ Da mesma forma, nesse momento, a quebra das regras por parte do imperador indicava o rompimento com o quadro de direção política amplo que os próprios saquaremas haviam consolidado. No entanto, o elemento subjacente a esta ampla conjuntura de crise política foi a questão da escravidão.

Durante a década de 1860, a necessidade de se antecipar a uma possível crise em decorrência do problema da mão de obra servil já vinha sendo pensada e colocada, entre os dirigentes, pelo imperador. Um ano antes da crise de 1868, a conjuntura internacional, fortemente marcada pelo desdobramento da guerra civil americana (1861-1865), com a derrota da Confederação escravista, e a necessidade de incorporar escravos e ex-escravos aos contingentes militares mobilizados para a guerra com o Paraguai⁴¹ fizeram que o problema do elemento servil viesse à tona na reunião do Conselho de Estado de 1867. Parte dos estadistas começou a perceber a necessidade de fazer a transição da forma de mão de obra no Brasil de maneira gradual e, principalmente, controlada. Experiências como a norte-americana eram exemplos a ser evitados a todo custo, visando garantir a ordem, e, em última instância, o regime político.

Nesse contexto, para a cúpula dirigente, a libertação do ventre da mulher escravizada passou a figurar como uma solução progressiva e eficaz. Ao mesmo tempo que o Império poderia prestar contas internacionalmente a um mundo já muito intolerante com a escravidão, ganharia mais tempo para fazer a mudança de maneira a não prejudicar a lavoura, totalmente incapaz de abolir o trabalho cativo abruptamente. Uma ideia, entretanto, parecia ser comum até mesmo entre aqueles que defendiam a manutenção do trabalho escravo ao seu máximo: a de que, a essa altura, seu fim era apenas uma questão de tempo. Tempo maior ou menor. Mas, ainda assim, apenas tempo. Ao Estado imperial, era preciso sair na frente para tomar as rédeas da situação. De acordo com Ricardo Salles,

alguns estadistas (...) tinham uma percepção política em que o quadro desfavorável à escravidão poderia se tornar, rapidamente, em um quadro de crise e instabilidade política e social. Crise que urgia conjurar através de medidas antecipatórias que encaminhassem lenta e pacificamente a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, fosse lá o que se quisesse efetivamente significar com esta última expressão. Tratava-se de dirigir o processo de extinção gradual do regime servil sem acirrar ou despertar algum

⁴⁰ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 169.

⁴¹ A propósito, consultar SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

tipo de ativismo abolicionista, inclusive entre os escravos, e não comprometer o apoio dos fazendeiros ao regime imperial.⁴²

No entanto, ainda que a adoção de medidas antecipatórias para evitar uma grande explosão de revoltas escravas tenha sido tema presente na fala dos estadistas entre 1867 e 1871, o temor real e imediato era muito mais político e complexo. Temia-se o surgimento e o acirramento de divisões políticas sobre questão tão decisiva quanto a da escravidão, bem como a possibilidade de perda de apoio entre os proprietários, por conta da reforma, que iria contra seus interesses imediatos. Temia-se também uma radicalização política que extrapolasse o círculo dominante e chegasse à “rua”. Tudo isso junto e em combinação, inclusive as rebeliões escravas, que, ao final, não se verificaram, ao menos na década de 1870, era o que, receava-se, poderia comprometer a ordem política e social. Se as rebeliões escravas só vieram depois – com o abolicionismo, já na década de 1880 –, a agitação, a radicalização e as divisões políticas não tardaram.⁴³

De qualquer forma, os marcos da crise do regime extrapolam os estritos elementos políticos. Durante a década de 1860, duas questões distintas – a escravidão e a Guerra do Paraguai –, mas também a relação entre elas, dominavam, cada vez mais, a agenda política nacional. A guerra produziu efeitos que deixaram transparecer a fragilidade do Estado imperial fundado sobre bases escravistas. Se, antes do fim oficial do tráfico internacional de escravos, em 1850, a enorme oferta de cativos possibilitava a ascensão dos setores livres da população – inclusive o ingresso dos próprios, por meio da instituição das alforrias, no mundo da liberdade e, até mesmo, da propriedade escravista – a partir de meados da década de 1860, a situação começou a mudar. A escassez de mão de obra escrava diminuiu as margens de solidariedade escravista, aprofundou as divisões sociais e forçou a redução das alforrias. Paralelamente, o Estado imperial, em uma conjuntura internacional crescentemente contrária à escravidão, via-se forçado a empregar a libertação de cativos para preencher as fileiras do Exército no Paraguai. Nas zonas rurais do Sudeste, os escravos, fortalecidos em comunidades de senzala mais estáveis e estruturadas, aumentavam sua pressão por espaços de liberdade em um mundo no qual os senhores tornavam-se bem menos generosos em concedê-los.⁴⁴

⁴² Idem, p. 70.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila, ____ (org.). *Coleção Brasil Imperial*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Crise orgânica

Ainda que 1868 tenha marcado o surgimento de clivagens políticas – algumas, irreconciliáveis até o fim do regime –, o marco orgânico do processo de desintegração do Império foi a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871.

Da inversão de gabinete resultaram rearranjos políticos em meio aos liberais – ligueiros e históricos se reaproximaram em torno da oposição ao gabinete conservador de Itaboraí, e uma ala mais radical terminou dando origem ao Partido Republicano, em 1870. Da mesma forma, entre os conservadores, a pressão que D. Pedro II passou a exercer sobre o novo gabinete para que fosse efetivamente executada a primeira reforma da escravidão, que resultaria na subida do visconde do Rio Branco ao poder, provocou a primeira grande cisão conservadora, dividindo-se o partido entre os contrários e os favoráveis à reforma. Ainda que a motivação imediata para a troca de gabinetes tenha sido a oposição entre Caxias e Zacarias de Góis, o fundo do problema dizia respeito também, e em grande parte, à incapacidade dos liberais de executar as reformas que pregavam. Seis anos de governos vinculados à Liga Progressista – dissidência majoritariamente liberal, mas também conservadora, que se opunha ao domínio dos considerados conservadores “emperrados”, ou seja, avessos a mudanças – não foram capazes de mostrar que essa parcela dirigente conseguiria encaminhar as reformas que, já nesse momento, começavam a se apresentar ao regime, e que se revelar-se-iam, mais adiante, como essenciais à sua sorte.

Nesse momento, não só entre os partidos se davam as cisões. Quando, à custa de uma grave crise no Partido Conservador, o visconde do Rio Branco, sucessor de Itaboraí, conseguiu encaminhar a reforma de 1871, enquanto estadistas se preocupavam em se anteciper à crise de mão de obra e aos seus possíveis desdobramentos, vivia-se nas fazendas de café do Vale do Paraíba um momento de estabilidade e fastígio da escravidão. Na região, em meados da década 1860, o trabalho cativo tendia à reprodução natural de sua população.⁴⁵ No entanto, essa realidade não se colocava com clareza no horizonte de expectativas da época. Para os que analisavam a situação de um ponto de vista geral, havia ainda a percepção de que a instituição da escravidão estava condenada a um desaparecimento brando e natural, motivado pela preponderância do número de mortes

⁴⁵ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

sobre o de nascimentos entre os cativos. Mesmo assim, boa parte acreditava que a experiência histórica passada da abolição no Caribe⁴⁶ e o quadro internacional, marcado pela Guerra do Paraguai e pela derrota dos Estados Confederados na guerra civil norte-americana, indicavam que esse desaparecimento gradual não era seguro e capaz de impedir maiores ameaças à ordem imperial. Essa diferença de visões e o efetivo encaminhamento de uma reforma sobre a instituição que, na percepção da grande maioria dos proprietários de escravos, parecia estar estabilizada, marcaram a instalação da dificuldade dos dirigentes do regime, ligados à classe senhorial, de dirigirem frações da classe vinculadas à propriedade escrava na região da Bacia do Paraíba, entendida como o complexo social conformado pela Corte e pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em 1871, o Império colocou, pela primeira vez, o fim do trabalho escravo em um horizonte imediatamente próximo. Previa-se que, caso tudo se encaminhasse naturalmente, a escravidão estaria completamente extinta no Brasil por volta da primeira década do século XX. A libertação do ventre da mulher escrava trouxe à tona uma divergência decisiva. De um lado a cúpula estadista, que, com a proibição do tráfico em 1850, foi capaz de antever a necessidade de se fazer a transição do trabalho escravo – tido como fadado à extinção – de maneira controlada. Do outro, os senhores de escravos rurais das fazendas e aqueles que figuravam entre os próprios estadistas, principalmente os cafeicultores do Vale do Paraíba, que viviam o apogeu da escravidão, a qual, mesmo com o fim do tráfico, encontrava-se em expansão demográfica na região. Configurou-se uma expressão política daquilo que Ricardo Salles chamou de disjunção entre estadistas – dirigentes – e senhores. Nesse momento, para uma parcela expressiva da classe senhorial, o Estado parecia deixar de atuar em seu benefício, mesmo que, fora do campo da escravidão, medidas estivessem sendo tomadas objetivando a garantia dos interesses das classes dominantes, como a reforma eleitoral, aprovada em 1881 e que estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas. Com essa reforma, buscava-se o aprimoramento do sistema político a fim de que ele não perdesse sua capacidade de expressar institucionalmente os diversos interesses de frações da classe dominante e de outros setores sociais.⁴⁷

⁴⁶ Sob pressão dos abolicionistas, em 1808, foi abolido o tráfico transatlântico para as colônias inglesas do Caribe e, em 1834, foi abolida a escravidão nessas mesmas colônias.

⁴⁷ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

A apresentação formal do problema da escravidão durante a fala do trono de maio de 1871 suscitou forte oposição conservadora, concentrada nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Apesar de a Câmara ser unanimemente conservadora, só a duras penas, e graças a constantes pressões sobre os deputados, o ministério do visconde do Rio Branco conseguiu aprovar a reforma. Os fazendeiros viriam a reboque dos estadistas mais tarde, apenas quando se viram diante de uma ameaça maior e mais imediata, representada pelo movimento abolicionista, e pelas revoltas escravas abertas, principalmente em São Paulo.

A oposição conservadora não tardou a acusar Rio Branco de estar dividindo o Partido Conservador ao empunhar uma bandeira pertencente, na verdade, aos liberais. O chefe dos ministros foi acusado de não ter ouvido os dirigentes do partido, e de estar defendendo causas que não eram dos conservadores.⁴⁸

Do lado liberal também surgiram críticas. Tendo incluído a questão da abolição no seu programa em 1869, eles viam agora o Partido da Ordem dela se apoderar e tentar realizá-la, roubando-lhes a chance de chegar ao poder. Esse fato não só indisps importantes liberais com o regime, como mesmo os levou para o lado republicano. Assim, a Lei do Ventre livre produziu efeitos deletérios para os dois partidos.⁴⁹

Concomitantemente, transformações que vinham se desenhando principalmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil começaram a se fazer sensíveis, passando mesmo a influenciar demandas e a estar presentes na agenda política do Estado. Essas mudanças podem ser percebidas em face do aumento e da diversificação dos negócios nas áreas agrícolas, comerciais e industriais. O aparecimento de instituições de crédito, a evolução dos transportes – exemplificada pela construção de novas ferrovias e pela substituição da vela pelo vapor para a propulsão de embarcações –, o surgimento das primeiras indústrias, a superação dos antigos banguês na produção de açúcar e o progressivo deslocamento do polo economicamente dinâmico do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista⁵⁰ são indícios de que a economia brasileira de meados do XIX se tornava

⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de maio de 1871 apud CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 311.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 312.

⁵⁰ Diferentemente da prática do cultivo do café na região do Vale do Paraíba, que se caracterizou por sua forma extensiva e predatória, a cultura cafeeira no Oeste Paulista se favoreceu de solo excepcionalmente fértil; a terra roxa, oriunda da decomposição de rochas vulcânicas. A isso, acrescenta-se o beneficiamento da escoação da produção pelas ferrovias, o que garantia seu barateamento. Da mesma forma, com a crise da escravidão, essa região se mostrou capaz de melhor encaminhar o processo de transição da forma de mão de obra, por exemplo, via investimentos na imigração europeia.

mais complexa. Simultaneamente às mudanças econômicas, evidenciava-se um movimento de urbanização em certas regiões, assim como o desenvolvimento de um mercado interno. Dessa diversificação surgiram novos grupos sociais. Aqueles ligados à indústria disputavam maior atenção do governo às suas necessidades, assim como os ligados a uma pequena e média burguesia urbana, composta por profissionais alocados na administração pública, atividades mercantis, liberais e nos bancos.⁵¹ Porém, o principal grupo a reivindicar atenção eram os fazendeiros do Oeste Novo, acometidos pelo problema da escassez de mão de obra de forma muito mais aguda. De qualquer forma, muito embora a agricultura ainda fosse o principal pólo de acumulação de capital, perdia, aos poucos, a condição de campo único e exclusivo de investimentos.

Imersos no contexto de crise da escravidão, à cisão entre dirigentes e fazendeiros proprietários de escravos se somava a incapacidade daqueles de atrair para a órbita da hegemonia da classe senhorial os novos grupos sociais que se desenvolviam, principalmente aqueles ligados à expansão do café pelo Novo Oeste Paulista. Ao mesmo tempo, a estabilização da escravidão no Vale do Paraíba, combinada com a crescente estagnação do mercado de mão de obra cativa acarretada pelo término do tráfico internacional e pelos estreitos limites do tráfico nacional, vinha impondo a estrangulação da classe senhorial em seus antigos limites, que começavam a apresentar sinais de debilidade. Para se expandir, era necessário superar o sistema de mão de obra escravista. Sua impossibilidade de expansão, e a gradativa substituição do trabalho escravo pelo livre nas áreas cafeeiras no Oeste Paulista, onde não existia o comprometimento com a manutenção da ordem escravista, acabaram por romper as bases sociais e econômicas que haviam propiciado a formação da classe senhorial.⁵²

De acordo com Ricardo Salles, o governo, para implementar a lei de 1871, precisou se afastar das bases socioeconômicas do Estado. A abolição final seria questão de tempo e a tática dos proprietários foi, daí em diante, ganhar o máximo possível desse tempo e evitar o que mais temiam: as rebeliões escravas. Ao longo de todo o processo, a ação do governo foi consistentemente mais favorável às medidas abolicionistas do que aos proprietários. Do choque e divergência entre a Coroa e os ministérios – que variavam em seu teor abolicionista – surgiram mudanças políticas que contribuíram para a mais

⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁵² SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: Op. cit.

rápida solução do problema da mão de obra, mas também para o declínio do sistema imperial.⁵³

Com a Lei do Ventre Livre, a monarquia foi esgotando sua utilidade como regime político perante os fazendeiros ao ferir seus interesses, resultando no isolamento do imperador.

Crises políticas

Vimos como, a partir de 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, abriu-se a crise da hegemonia escravista do regime imperial. No entanto, o movimento de antecipação dos dirigentes às possíveis crises que, durante a década de 1870, ainda expressavam apenas temores fundados em exemplos da experiência de outras nações não foi capaz de impedir que, na década seguinte, as crises políticas finalmente encontrassem a crise hegemônica.⁵⁴

Do final da década de 1870 até sua queda, em 1889, o já enfermo regime foi solapado por duas importantes crises políticas que, tendo se configurado num momento em que a crise orgânica da hegemonia escravista vinha avançando, foram decisivas para definir os rumos dos acontecimentos e sacramentar o destino do Império. Trata-se da chamada Questão Militar e do recrudescimento do movimento abolicionista, cuja atuação forçaria a abolição definitiva da escravidão em 1888. Esses dois fatores de crise surgiram imersos em um contexto de exacerbação da crítica à sociedade imperial e ao próprio regime, momento favorecido pela invasão de ideias novas no cenário imperial, que serviram de elemento político contestatório da dominação simbólica do Império.

O ano de 1879 marcou a intensificação do movimento abolicionista. Concentrado na Corte, ele se espalhou via uma imprensa diversificada e ativa, da formação de clubes e outras agremiações, que promoviam a abolição nas ruas, teatros e igrejas, e por meio das *quermisses* e *meetings*. Sua atuação favoreceu a remodelação do espaço público, até

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ A ideia de encontro entre as crises políticas do final do Império e a crise hegemônica do regime foi originalmente proposta por Ricardo Salles. Cf. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 171.

então francamente atrelado à influência da Coroa. Uma verdadeira ebulição política contestatória se formou e se desenvolveu durante o período.

Foi nesse contexto que a propaganda política contestadora que vinha se desenvolvendo desde, pelo menos, a década de 1860, e que se opunha às instituições nas quais o regime se apoiava, ganhou definitivamente as ruas. Nesse sentido, o desmonte das instituições imperiais passou a ser preparado também mediante fundamentadas críticas ao sistema monárquico, que atuavam moldando outro sistema simbólico.⁵⁵ O entrave da máquina estatal teria fortalecido a ideia de que as desejadas reformas seriam impossíveis sob o Império, já que, para resistir à crise, este precisaria ampliar suas bases de representação e abolir a escravidão, o que não tardou a se apresentar como a sua sentença de morte. O clamor pela abolição, que ganhava cada vez mais a população graças às iniciativas de divulgação do movimento abolicionista, foi, sem dúvida, o grande motor desse processo de contestação. Ele foi capaz de aglutinar diferentes camadas sociais, motivadas, cada uma, por diferentes razões, em torno da mesma causa.

Dessa ofensiva simbólica também participava o movimento republicano. Ainda que mais restrito do que o abolicionista, e sem tomar partido oficial na questão da escravidão, os republicanos contaram com uma imprensa organizada em diversos cantos do Império, com destaque para a atuação de Júlio de Castilho no Sul, e do periódico *A Província de São Paulo* em São Paulo. Na Corte, a imprensa republicana foi instável. O órgão oficial do partido, o *A República*, durou apenas dois anos (1870-1872). No entanto, sob a liderança de Quintino Bocaiúva – defensor, durante a maior parte do tempo, de uma solução evolucionista e pacífica para a crise do sistema político – o movimento se sustentou e ganhou expressão.⁵⁶ Porém, o grande destaque republicano no processo de remodelação do espaço público do Império foi sem dúvida alguma Silva Jardim. Partidário de uma corrente oposta à liderada por Bocayuva, seus métodos propagandísticos eram mais explosivos e propunham um caminho de superação da monarquia que implicava a participação popular. Dedicou boa parte da vida à propaganda republicana nas ruas, utilizando-se dos *meetings*, nos quais foi, frequentemente,

⁵⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit.

⁵⁶ Cf. BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

perseguido pela polícia e, após a abolição, pela Guarda Negra, instituição formada por ex-escravos que se devotaram à princesa, e ao regime, após sua libertação.⁵⁷

Essa atmosfera intelectual, capaz de mobilizar grande parte da população, alimentava-se do “bando de ideias novas”⁵⁸ que invadiu o país a partir da década de 1870.⁵⁹ O grupo intelectual que compôs a geração de 1870 se apropriava de ideias em voga na Europa, e as usava como meio de contestação política do Segundo Reinado, adaptando-as às necessidades da realidade nacional. Marginalizado pelas instituições políticas, esse grupo contestador propunha reformas estruturais à ordem imperial.

Desarticulado simbolicamente, a partir desse momento, para o regime, a única forma de se preservar seria por meio da força, posto que ele teria tornado-se um sistema sem projeto e, cada vez mais, sem legitimidade. Como bem apontou Maria Tereza Chaves de Mello,

o movimento intelectual provocou a deslegitimação simbólica e teórica do regime atacando seus suportes maiores: o monarca, a religião, o romantismo. Criou outra linguagem e semântica. Selecionou os temas, retirados da agenda liberal. Por isso mesmo, por sustentar o discurso numa base real, e pelo fato de os monarquistas também terem se apropriado dessa nova linguagem, teve força de desconstrução.⁶⁰

Se o regime vinha sendo gradativamente desarticulado no campo simbólico, passando a depender cada vez mais da força como elemento de dominação, essa ebulição política e as ideias que serviam de base para a crítica da organização política e da sociedade imperiais também vinham tendo eco em meio às instituições coercitivas por natureza, principalmente no seio das Forças Armadas. O cientificismo e o positivismo haviam invadido fileiras do Exército, nas quais os anseios meritocráticos já há algum tempo vinham opondo parcelas militares à organização patriarcal do Império, que excluía política e socialmente parcelas mais pobres e desapadrinhadas da população. Nesse contexto, ao longo dos episódios que compuseram a chamada Questão Militar – série de conflitos pontuais que colocaram em lados opostos segmentos militares e o governo

⁵⁷ Sobre Silva Jardim, cf. LEÃO José. *Silva Jardim*. Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895 e NASCIMENTO, Carla; LEMOS, Renato. Apresentação do Manifesto de Fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

⁵⁸ Expressão usada por Silvio Romero para se referir ao movimento intelectual que no Brasil ganhou força durante a década de 1870. Cf. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ MELLO, Maria Tereza Chaves de, *Op. cit.*

imperial –, a extrapolação do espírito de corpo fortalecido a cada novo incidente levou a que questões inicialmente organizacionais assumissem feição política, fortalecendo-se a atmosfera que conduziria ao golpe de novembro de 1889.

Devendo as Forças Armadas garantir a ordem quando o consenso por si só já não é capaz de fazê-lo, nos episódios da Questão Militar observa-se o debate político invadindo a esfera estatal por meio da ação de grupos militares que passam a atuar no sentido de quebrar o consenso estabelecido, questionando a ordem consolidada e, mesmo, a ela se opondo. Todos os debates e polêmicas desenrolaram-se nas vísceras do Estado, o que significa que uma parcela orgânica – e não se está falando de uma parcela qualquer, mas daquela que, juntamente com a Guarda Nacional, detinha o monopólio legal da força e da violência – voltava-se contra ele. Tratava-se de uma crise na esfera da sociedade política.

Nesse ponto, o melhor exemplo do que está sendo dito é, sem dúvida, a aceitação que a questão da abolição teve dentro das fileiras do Exército. A simpatia que expressivas parcelas da corporação, incluindo oficiais de alta patente, nutriam pelo movimento abolicionista fez com que, em 1887, no primeiro pronunciamento oficial do recém-fundado Clube Militar, oficiais mobilizados politicamente se recusassem a perseguir escravos fugidos. Não é possível pensar que todo o Exército fosse abolicionista. Tratava-se apenas de uma vanguarda politizada da corporação. No entanto, é significativo evidenciar a presença, como membro do Clube Militar, do general Deodoro da Fonseca, figura extremamente influente em meio à oficialidade no período, e que assumiu posição de liderança durante os episódios da Questão Militar. Deve-se perceber que, sendo atributo da sociedade política adequar a massa popular a um tipo de produção – o que inclui meios de produção e tipo de mão de obra – e à economia de um dado momento⁶¹, quando militares se negam a desempenhar o papel de capitão do mato, eles estão, na verdade, recusando-se a exercer as atribuições coercitivas que garantem os interesses da fração hegemônica da classe dominante, a dos proprietários de terra escravistas. Deve-se, no entanto, destacar que outra fração das classes dominantes já investia em formas mais modernas de trabalho e disputava a direção política do bloco hegemônico. Assim, a recusa dos militares não significaria um boicote ao interesse do conjunto das classes dominantes, mas ao de uma fração específica – a escravista.

⁶¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 127.

Essa fração escravista perdia o apoio do Exército num momento crítico. A partir de 1886, incentivados e organizados pelo movimento abolicionista, os escravos começam a praticar fugas em massa, constituindo-se numa ameaça à ordem e aos interesses materiais dos proprietários de terras, que passaram a ver suas fazendas sendo abandonadas. Grande parte desses fazendeiros compunha a fração da Bacia do Paraíba, que vinha se mostrando incapaz de proceder à substituição da mão de obra escrava por outra forma de trabalho, e que esbarrava nas dificuldades do Estado em ampará-los. No outro extremo dos acontecimentos, os agricultores das áreas cafeeiras paulistas em expansão, que vinham se adequando a novos tipos de mão de obra, frente aos fatos, buscaram se antecipar à abolição. Capitaneados por Antonio Prado – importante líder do Partido Conservador –, além de se empenharem na vinda de trabalhadores imigrantes, muitos instauraram sistemas de trabalho assalariado em suas fazendas, atraindo escravos fugitivos para sua esfera de influência e conseguindo, assim, o mínimo de estabilidade em meio ao caos que se instaurava.

Essa tomada de dianteira por parte de um setor dos proprietários paulistas marcou uma segunda cisão no Partido Conservador, o que desarticulou definitivamente as bases dirigentes do Império. Após a divisão ocasionada pela aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a rápida reconstituição das fileiras conservadoras foi novamente abalada durante o gabinete do barão de Cotegipe. O trigésimo gabinete do Império subiu ao poder, substituindo o gabinete liberal de Saraiva, com a responsabilidade de garantir a aprovação da reforma dos sexagenários. Inicialmente unidos em torno da figura de Cotegipe – salvo algumas exceções, como Domingos Andrade Figueira, contrário a qualquer reforma da escravidão – e da convicção de que a libertação dos escravos com mais de sessenta anos era indispensável para que se contivessem os avanços abolicionistas, os conservadores logo se dividiram entre aqueles que se atrelavam com todas as forças ao antigo sistema de trabalho e uma nova parcela, composta majoritariamente por representantes das províncias ao Norte – algumas das quais já haviam feito a abolição da escravatura – e de São Paulo, que, aos poucos, vinham conseguindo encaminhar com êxito a substituição da mão de obra.

Essa divisão significava que o dissenso que avançava contra a hegemonia escravista havia atingido as próprias bases dirigentes do Império. Procuraremos demonstrar esse processo nos próximos capítulos, por meio da análise da atuação do barão

de Cotegipe, membro da parcela atrelada ao escravismo, na tentativa de dirigir a crise do regime.

Buscamos demonstrar que a crise do Império deve ser entendida pela relação entre a crise da organicidade da classe senhorial, em torno da qual o Estado imperial havia se organizado, e as crises políticas, até certa medida decorrentes dessa crise orgânica, que solaparam o regime durante os seus últimos anos.

A crise de hegemonia aberta em 1871 foi, aos poucos, abalando a capacidade dirigente da classe senhorial. Quando as crises políticas encontraram a crise hegemônica na década de 1880, o dissenso que se instaurara entre os intelectuais do regime impediu que o Império pudesse fazer frente às ofensivas externas à dinâmica político-parlamentar. Sendo assim, num contexto de ampliação do espaço público para além da esfera de controle estatal e da disseminação de ideias que respaldavam e alimentavam a crítica ao regime, os movimentos abolicionista e republicano e a Questão Militar extrapolaram a capacidade defensiva do sistema imperial.

Durante a crise do regime, a Coroa fracassou por ter promovido ou facilitado ações contrárias a setores dos grupos dominantes, sem ao mesmo tempo constituir uma base de poder que substituísse ou equilibrasse a dos donos de terras. Como cerca de 90% da população viviam sob o domínio dos proprietários rurais, essas bases dificilmente poderiam ser populares. Restava apenas o Exército nacional, que, em boa parte, à época já havia se incompatibilizado com a Coroa. Em vez, então, de ver-se legitimado pela atuação reformista e pela eficiência em solucionar problemas, o sistema imperial perdeu a imagem de eficaz que edificara ao longo da sua existência. As principais reformas que promoveu atendiam a interesses majoritários da população que não podia representar-se politicamente.⁶² É essa a ideia que procuraremos demonstrar adiante.

⁶² Cf. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Op. cit.

Capítulo 2 – A Lei do Ventre Livre e a cisão conservadora: um marco orgânico para a crise do Império.

O Império do Brasil foi construído sobre braços escravos. Com essa afirmação, mais do que exprimir a natureza do regime político que vigorou no Brasil durante quase todo século XIX, estamos, num mesmo movimento, lançando luz sobre a origem da crise que pôs fim aos tempos da monarquia. Explicar um período de crise tem a ver com combinar inúmeros movimentos que convergem, em última instância, para um final já conhecido pelo historiador, o de desmonte das estruturas em análise. No entanto, o exame desse processo demanda, impreterivelmente, a atribuição dos devidos papéis e valores a cada um desses movimentos. Há de se identificar aqueles que são de origem orgânica, capazes de criar as condições necessárias para que outros, de natureza conjuntural, possam arrebatá-lo em questão sem nenhuma, ou com muito pouca, chance de defesa ou adaptação.⁶³

É o caso do estudo da crise do Império. Analisar o desmonte da monarquia no Brasil significa, necessariamente, analisar a crise da escravidão. É também colocar em destaque o impacto e as disputas em torno da correlação de forças por trás da evolução da aprovação das leis que, fossem respondendo a pressões ou orientado preventivamente o processo, levaram ao fim do trabalho escravo no Brasil.

No Império do Brasil, acabar com a escravidão significava privar sua região economicamente dinâmica de sua grande e principal força de trabalho. Pôde um observador da época afirmar que “o Império era o vale”. Eram os cafezais situados pelo vale do Rio Paraíba do Sul a base de toda riqueza e pujança da monarquia consolidada após a independência. Ligados a eles também se construíram as relações políticas do Império, cuja natureza girava direta e indiretamente em torno da escravidão do negro africano. Se o Império era o vale, nada mais acertado do que afirmar que o vale era o escravo.⁶⁴

Até meados do século XIX, o vale experimentou o ápice do seu crescimento e de sua expansão. Do processo de crescimento dessa região, e do seu desenvolvimento histórico, pôde se forjar uma classe, denominada por Ilmar Mattos como classe

⁶³ GRAMSCI, Antônio. Op. cit.

⁶⁴ SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila, ____ (org.). Op. cit.

senhorial⁶⁵, cujo surgimento esteve ligado à propriedade da terra e de escravos, sem, no entanto, ser determinada apenas pelas relações com seu lugar de produção. Foram as experiências em comum, vividas e acumuladas em torno da garantia de seus interesses e da construção e manutenção de um ideário de ordem e civilização, que foram decisivas para que essa classe pudesse se construir enquanto classe dominante. A vivência e o compartilhamento de lutas comuns permitiram o fomento de valores e visões de mundo unificadas, possibilitando que elas se expandissem hegemonicamente a partir da irradiação de um *ethos senhorial* e de uma organização social que foram construídos em torno da reprodução e da manutenção de valores que se relacionavam intrinsecamente à propriedade escrava.

A partir da segunda metade do século XIX, transformações conjunturais no Brasil e em todo o mundo passaram a condenar a escravidão do negro e a pressionar os países que ainda se utilizavam desse tipo de mão de obra para que nela colocassem um ponto final. Sob influência dos preceitos iluministas e dos impactos do desenvolvimento do capitalismo, a escravidão não só precisou se realocar dentro do novo sistema de divisão internacional do trabalho, como também o crescimento de uma opinião pública contrária aos horrores do trabalho cativo passou a ganhar cada vez mais força, impulsionando movimentos em defesa da abolição da escravidão e impactando a dinâmica produtiva dos países ainda escravistas.

Essa mudança de ares não tardou a ter reflexos no Brasil do Segundo Reinado. Ela se fez sensível por meio de um processo razoavelmente longo, cuja diferença de natureza política dos seus marcos é a chave para entendermos sua construção e o seu significado. Do ponto de vista analítico, são quatro os marcos oficiais que nos permitem analisar os reflexos da conjuntura antiescravista mundial no Império e, especificamente, na classe senhorial. Tratam-se das quatro leis que incidiram sobre a escravidão, aprovadas ao longo de todo o Segundo Reinado e que, respondendo a pressões externas, visando encaminhar controladamente o processo de extinção do trabalho servil, desencadeando clivagens políticas e respondendo a pressões após a explosão do movimento abolicionista, marcam a reconfiguração da correlação de forças dentro da classe dominante ao longo de todo o processo. Explicar essas disputas, conferindo-lhes sentido, significa explicar a

⁶⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

relação da classe senhorial com o processo de fim da escravidão e os efeitos disso sobre o fim do regime monárquico.

As quatro leis citadas são a Lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico internacional de escravos, a Lei Rio Branco, ou do Ventre Livre, que libertou o ventre da mulher escrava, a Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, que libertou os escravos maiores de sessenta anos e, finalmente, a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

O ano de 1850 inaugura as reformas no sistema escravista no Brasil. Data de 4 de setembro desse ano a aprovação da Lei Eusébio de Queirós. Após a aplicação unilateral do chamado *Bill Aberdeen* pelos ingleses, e de suas pressões sobre a coroa pelo fim da escravidão, a nova lei proibia o tráfico interatlântico de escravos. Para salvaguardar a soberania nacional, coube ao Partido Conservador, sob a liderança do então ministro da Justiça Eusébio de Queirós, a insistência para que o Império tomasse para si a tarefa de pôr fim ao tráfico.

A lei gerou efeitos imediatos na estrutura do tráfico africano, com uma queda real, ao contrário da ocasião da lei de 1831⁶⁶, do número de africanos trazidos aos portos brasileiros. Em poucos anos, esse número já havia sido reduzido a zero.

Em 1850, o tráfico de escravos era regular e abundante na maioria das áreas do Império. Sua extinção pôs fim à principal fonte de trabalho escravo barato. Após isso, a reprodução natural, doenças, desnutrição e questões do dia-a-dia do trabalho precisaram ser reconsideradas num contexto de corte de abastecimento e contínuo aumento da demanda, principalmente nas lavouras de café que viviam seu apogeu na região do Vale do Paraíba. Como resultado, o tráfico interno ganhou outra importância, transferindo grandes levas de cativos das áreas urbanas para as áreas rurais. Para o Império, isso significou não apenas a grande dissolução da presença escrava urbana, como a fase final do tráfico interno estabelecido entre as regiões Norte-Nordeste e o Centro-Sul. Para os plantadores do Norte-Nordeste, cada vez menos competitivos em relação ao mercado do Atlântico Norte, era mais vantajoso vender gradativamente seus escravos, do que dar continuidade a um negócio que progressivamente perdia espaço.

Nesse contexto, não significa que a limitação na oferta de cativos tenha incentivado o crescimento da opção pelo trabalho livre. Essa alternativa esbarrava em

⁶⁶ Em 7 de novembro de 1831, foi aprovada a Lei Feijó. Respondendo às fortes pressões inglesas, ela colocava fim ao tráfico internacional de escravos. No entanto, ela nunca foi posta em prática, não passando de uma forma de acalmar os ânimos ingleses, o que fez com que ela ficasse conhecida como “lei para inglês ver”.

limitações difíceis, à época, de serem superadas. Se pensarmos no trabalho do imigrante, por exemplo, esses tendiam a preferir outras localidades, onde com regimes de trabalho livre já estabelecidos, para imigrar.

De tudo dito acima, não se pretende afirmar que as alterações advindas com a lei de 1850 tenham enfraquecido decisivamente o trabalho escravo no Brasil. Como dissemos, à época, o trabalho escravo se via plenamente estabilizado e acompanhava a expansão das lavouras de café do Vale do Paraíba. O fantasma de que aqui se repetissem os levantes escravos do Haiti havia ficado no passado, e a experiência da Regência havia mostrado a necessidade de uma nova centralização do poder político para garantir a ordem e os interesses em torno da propriedade escrava e da terra. Nesse contexto, não havia nenhum entendimento de que era preciso mexer com a propriedade cativa. Muito pelo contrário. Em 1850 o trabalho escravo se encontrava plenamente estabilizado e em crescimento. Dia após dia centenas de africanos eram despejados nas lavouras cafeeiras do Vale.

Decretar o fim do tráfico internacional de escravos no Império foi resultado exclusivo das pressões inglesas pelo fim definitivo da escravidão nas Américas. O *Bill Aberdeen*, ato parlamentar de 1845, ameaçava a soberania imperial ao conceder aos ingleses o direito de patrulhar os mares e apreender navios negreiros atravessando o Atlântico. Somado a isso, as crescentes pressões às quais a monarquia não seria capaz de fazer frente, de caráter inclusive militar, criaram o entendimento geral de que tal medida deveria ser aceita e colocada em prática em prol da garantia da defesa e da soberania nacionais. Assim foi feito e todas as lideranças políticas não hesitaram em fazer cumprir a nova lei que abreviava, inevitavelmente, o fim do trabalho escravo no Império e, pela primeira vez na história, o colocava num horizonte mais próximos dos senhores de escravos.

Analisando seu significado na evolução dos impactos da questão da escravidão para a crise do Império, a lei de 1850 se isola das que viriam a seguir. O tráfico internacional foi extinto num momento em que nenhum indício apontava para a necessidade de uma medida com tamanho potencial transformador. Ainda que se imaginasse que as mudanças que viriam a partir de então fossem ser extremamente decisivas para a organização do trabalho na lavoura, havia o entendimento comum de que uma alteração dessa natureza na legislação escravista escapava ao controle e à vontade do monarca e dos partidos políticos. Quisesse o Império fazer frente às pressões inglesas,

correria o risco da desmoralização de ter sua soberania violada. Nesse sentido, entendia-se que a abolição do tráfico foi um ônus a ser comumente dividido, algo como um mal impossível de ser evitado. Por causa disso, não foi capaz de provocar nenhuma divisão política. Ao contrário, a classe senhorial, classe fundamental da monarquia, pôde encaminhar de forma consensual as soluções ao problema, mantendo as relações de força previamente construídas inalteradas.

Vinte e um anos se passariam até que uma nova discussão sobre a escravidão surgisse. Em 28 de setembro de 1871, uma nova lei instauraria a libertação do ventre da mulher escrava, prevendo que a criança liberta poderia ficar ainda sob poder e autoridade do senhor até a idade de oito anos completos, quando ele então poderia optar por entregá-la aos cuidados do Estado, mediante indenização em títulos da dívida pública, ou utilizar-se de seus serviços até a idade de vinte e um anos. Foi o próprio imperador D. Pedro II quem propôs que tivesse início nova discussão sobre outra reforma da escravidão em reunião do Conselho de Estado de 1867, causando grande estranheza com tal proposta.

No início da década de 1860, a escravidão passou a ser fonte de um desconforto na sociedade imperial, causado, principalmente, pelos atos de resistência, quando não de rebeldia, dos próprios escravos. O próprio imperador D. Pedro II, temia que o Império voltasse a sofrer com o fantasma da ameaça inglesa e já não queria, a essa altura, carregar o cancro de ser um dos últimos países a abolir a escravidão. Contribuía para esse desconforto a opinião daqueles que, a partir das lutas por direitos políticos e sociais, que cresciam tanto na Europa quanto nas Américas, e a partir de suas próprias crenças políticas, filosóficas e religiosas, condenavam moralmente a escravidão. Era quase impossível não se render às evidências de que esta era um fato condenado pelo avanço do capitalismo e pelo predomínio crescente dos países centrais no quadro internacional. Vivia-se uma condenação da escravidão decorrente do avanço da “civilização”.⁶⁷

Entretanto, condenar retoricamente a escravidão não significava necessariamente passar à ação. A construção do Estado imperial aconteceu atrelada à manutenção dessa relação de trabalho colonial, que se reformulou e modernizou com o avançar do século XIX e, por isso, reformá-la significava mexer com a natureza do próprio Estado e com a correlação de forças políticas tais quais haviam estado dispostas em meio à sociedade até

⁶⁷ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

aquele momento. Significava também privar de sua principal força de trabalho a região economicamente dinâmica do país. Mais do que isso, suas bases de sustentação política, firmadas a partir da construção e expansão da classe senhorial enquanto dominante, e de sua parcela mais proeminentemente escravista enquanto dirigente – os saquaremas – estabeleciam uma inter-relação de dependência com a instituição escravista.

Porém, fora do âmbito das discussões políticas, a ideia que se fazia era a de que a escravidão continuava em pleno funcionamento. Principalmente para os fazendeiros, em especial os cafeicultores do Vale, a sensação era a de que a extinção do tráfico internacional, somado à tendência à reprodução natural negativa da população escrava, resolveriam suficientemente a questão. Da mesma forma, argumentava-se que, para garantir a preservação da agricultura, principal indústria nacional, era inconcebível outra reforma. De acordo com Ricardo Salles, a aceitação da condenação moral da escravidão tinha um papel importante, ainda que paradoxal, em sua justificação. Colocava, por um lado, o foco nas circunstâncias que praticamente impossibilitavam a substituição, pretensamente desejada, do trabalho servil: sem os cativos, seria impossível manter a agricultura. Não seria possível, naquele momento, substituí-los pelo trabalho livre, que não viria em número suficiente para atender às demandas da lavoura. Por outro lado, sendo a escravidão herança de outra época, amplamente utilizada por povos ditos civilizados, se por várias razões os europeus podiam agora dispensá-la, não seria correto e nem justo demandar o mesmo da nova nação, que não dispunha dos meios para tanto. Finalmente, era preciso considerar as especificidades da escravidão brasileira, sua “benevolência” e seu papel civilizador em relação ao escravo. A prática muito disseminada das alforrias, considerada um ato de bondade dos senhores e não resultado da pressão direta ou indireta dos próprios escravos, seria um claro indício disso. Dessa forma, no cotidiano, a escravidão continuava em toda a parte, movia a economia e estava presente no dia-a-dia de todas as pessoas. Consciente ou inconscientemente, a aceitação verbal da condenação moral da escravidão era um meio, talvez o melhor, porque velado, de manutenção do *status quo* escravista⁶⁸.

Ainda que muito lentamente, essa situação começou a mudar em meados da década de 1860. Talvez tenha sido D. Pedro II o primeiro a perceber a mudança a partir da percepção de que os acontecimentos da guerra civil norte-americana exigiam que fosse

⁶⁸ SALLES, op.cit., p. 61.

pensado o futuro da escravidão no Brasil para evitar que a mesma situação não se repetisse aqui. Em nota à Zacarias de Góes e Vasconcelos, datada de pouco antes dele assumir pela segunda vez a presidência do Conselho de Ministros, dizia o imperador acreditar que a melhor forma de encaminhar a questão seria promover a abolição a partir da liberdade dos filhos das escravas, medida que ele acreditava que deveria ser tomada com firmeza, devido às conturbações que inevitavelmente ocasionaria.⁶⁹

Eram considerados tanto os acontecimentos imediatos e a experiência do passado recente, nos planos nacional e internacional. Na esfera nacional, tratava-se dos eventos relacionados à extinção efetiva do tráfico internacional de escravos em 1850, quando a própria integridade do Império se vira ameaçada pelas ações da marinha inglesa. A lição era clara: a situação nunca mais deveria chegar àquele ponto. Porém, os eventos da guerra civil norte-americana, no plano internacional, mostravam que esta possibilidade existia e que era questão de tempo para que a escravidão no Brasil viesse a ser diretamente questionada no plano externo, assim como no plano interno.

Na década de 1860, já estava consolidada uma literatura histórica e política sobre os percursos e os resultados das experiências históricas das abolições atlânticas, especialmente no Caribe. De acordo com Salles, três caminhos tinham sido percorridos nas regiões em que a escravidão desaparecera. Havia a trilha da ação violenta, quer se tratasse da Revolução Escrava, como em São Domingos, nas Antilhas francesas, de algumas guerras de independência da América Espanhola, ou da experiência, em curso naquele momento, da guerra civil norte-americana. Este era o caminho a ser evitado a qualquer custo. Um segundo percurso era o das colônias inglesas e francesas, onde a extinção da escravidão havia sido decidida pela ação parlamentar. No primeiro caso, com indenizações aos antigos senhores, em 1838, e sem indenizações no segundo, em 1848, diante de uma conjuntura revolucionária na metrópole. Por fim, havia o caso das experiências menos traumáticas e custosas dos lugares em que se havia decretado a liberdade do ventre da mulher escrava. Este havia sido o caso de alguns estados do norte dos EUA e de diversas repúblicas da América Latina.⁷⁰

De acordo com Ricardo Salles, a nota de D. Pedro mostra também a atenção particular que era dada aos eventos imediatos da guerra civil norte-americana. O

⁶⁹ Idem, *ibid.*

⁷⁰ Idem.

imperador e seus estadistas sabiam que, nos campos de batalha dos Estados Unidos, jogava-se a sorte da escravidão no Brasil, e, caso fossem desatentos, a própria sorte do Império. Em janeiro de 1864, era evidente para um observador mais atento, como o eram o imperador e a maioria dos estadistas imperiais, que os dias da escravidão estavam contados, nos Estados Unidos, e também no Brasil. Nada mais seria como antes.⁷¹

Em terceiro lugar, a nota de dom Pedro a Zacarias de Góes mostra como ele, diante deste quadro internacional, percebia, no início de 1864, o efetivo grau de perigo que a eventual manutenção pura e simples da escravidão representava para a ordem e a civilização imperiais. Se o perigo era sério, não era imediato. A medida pensada pelo imperador o evidenciava. A libertação do ventre da mulher escrava, já em si uma proposta gradual, se aplicaria não imediatamente, mas visando aqueles que nascerem daqui a algum tempo. Sendo assim, nada de pressa.⁷²

Finalmente, a nota mostra que Dom Pedro não tinha ilusões quanto à reação que uma medida deste tipo despertaria entre os proprietários de escravos. Haveria descontentamento e protestos, para dizer o mínimo.

Do ponto de vista externo e interno, a situação não estava melhor, mas pior do que aquela vivida em 1864 e 1865. A guerra civil norte-americana terminara com a vitória completa da União. A guerra com o Paraguai, apesar das vitórias iniciais, estava longe do fim e expunha a fragilidade do Império, devida à escravidão. Este fora obrigado a recorrer à libertação de escravos para fazer face às necessidades de uma guerra nacional, a exigir a mobilização total de recursos materiais e, principalmente, humanos e morais.

Foi este último o fator decisivo para que a questão servil viesse à baila no princípio de 1867. Não por acaso, em sua sessão do dia 5 de novembro do ano anterior, o Conselho discutira a eventualidade de se efetuar o recrutamento em massa de escravos para compor as fileiras do Exército. Considerando os riscos inerentes à medida, optara-se por uma solução mais moderada. Alforriaram-se os chamados “escravos da Nação”, os pertencentes à Coroa e aos conventos para que combatessem no Paraguai, além de prever pagamentos e concessão de títulos honoríficos a particulares que libertassem seus escravos para a guerra. Em março, a convocação por meio de sorteio de oito mil guardas nacionais para a guerra sofreu forte e generalizada resistência social. A proximidade

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

destas discussões do Conselho de Estado – em 5 de novembro de 1866, sobre o recrutamento de escravos, e, em 2 e 9 de abril, sobre a proposta de São Vicente – não deve ser subestimada. Ela é um claro indício da importância da guerra para deflagrar o debate sobre a escravidão.

A questão teve grande impacto. O que estava em jogo naquele momento não era uma tentativa conservadora de preservar a escravidão por várias gerações, nem a vontade de uma parcela ilustrada de uma opinião pública idealista, do monarca e de seus ministros de realizar uma reforma por cima da oposição de uma poderosa parcela escravocrata. Havia, por parte de D. Pedro II e de uma cúpula estadista, a percepção da inevitabilidade dessa ação. Fosse pelo poder da crescente opinião pública favorável à abolição, pelas incessantes pressões externas, pelos exemplos a serem a todo custo evitados de que aqui se repetirem (O Haiti, já mais distante, e a Guerra Civil norte-americana, o fantasma atual), assim como a experiência no Paraguai, o fato é que se antecipar a possíveis revoltas escravas, que àquela altura ainda não haviam chegado de maneira decisiva, mas que acreditava-se não tardariam a abalar o *status quo* imperial, fazia-se urgente.

Foi por isso que, após a recusa de Rodrigues Torres em propor a reforma e a oposição de Pimenta Bueno, ao projeto, coube a José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, a espinhosa tarefa de fazer aprovar mais uma reforma da escravidão. Dessa vez, ao contrário de 1850, o vigésimo primeiro gabinete do Império não encontraria consenso sobre a necessidade da mudança.

A lei do Ventre Livre teve, antes mesmo da sua aprovação, o poder de dividir os conservadores. É importante, no entanto, destacar que, nos debates em torno da aprovação da liberdade do ventre da mulher escrava, particularmente em torno da proposta que viria a ser aprovada, o que sempre esteve em jogo foi a questão da escravidão, e não apenas uma questão de representação política e constitucional. Em algumas análises⁷³, chega-se a afirmar que a oposição ao projeto, em especial da parcela mais arraigada à escravidão – os saquaremas – devia-se ao fato de que a iniciativa de aprovar a lei do ventre livre partia do governo, seguindo uma determinação do imperador, e que, por isso, feria a Constituição. Algumas críticas nesse sentido à época, principalmente em discursos proferidos durante os debates sobre a nova lei, iam no sentido de que sua

⁷³ Cf. NEEDLE, Jeffrey. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

inconstitucionalidade seria decorrente da violação da propriedade privada ao se cogitar libertar o ventre da mulher escrava. Em nenhum momento, a não ser em vagas menções sobre o poder pessoal do imperador – que eram comuns a todos os discursos de oposição, liberais ou conservadores –, a crítica dizia respeito a seu papel na política. Caso assim fosse, o episódio que melhor ilustra tal interpretação seria a inversão de gabinete de 1868, quando D. Pedro convidou o visconde de Itaboraí para compor o novo gabinete, mesmo com os conservadores sendo minoria na Câmara. Essa intervenção sim, ainda que constitucional na letra, feria a tradição de governo parlamentar que vinha se praticando. E por isso abriu uma profunda crise no sistema político do Império. A discussão de 1871 era, sem sombra de dúvidas, sobre a escravidão.

Naquele momento, para a cúpula dirigente, a libertação do ventre da mulher escrava passou a figurar como uma solução progressiva e eficaz. Ao mesmo tempo em que o Império poderia prestar contas internacionalmente a um mundo já muito intolerante com a escravidão, ganharia mais tempo para fazer a mudança de maneira a não prejudicar a lavoura, totalmente incapaz de abolir o trabalho cativo abruptamente. Uma ideia, entretanto, parecia ser comum até mesmo entre aqueles que defendiam a manutenção do trabalho escravo ao seu máximo: a de que, a essa altura, seu fim era apenas uma questão de tempo. Tempo maior, ou menor. Mas, ainda assim, apenas tempo. Ao Estado imperial, era preciso sair na frente para tomar as rédeas da situação.

O temor real e imediato era político e complexo: o do surgimento e do acirramento de divisões políticas sobre questão tão decisiva quanto a da escravidão; a possibilidade de perda de apoio entre os proprietários por conta da reforma que iria contra seus interesses imediatos; a possibilidade da radicalização política extrapolar e ir para a “rua”. Tudo isso junto e em combinação, inclusive as rebeliões escravas, que, ao final, não se verificaram, ao menos na década de 1870, era o que, temia-se, poderia comprometer a ordem política e social. Se as rebeliões escravas só viriam depois – com o abolicionismo já na década de 1880 –, a agitação, a radicalização e as divisões políticas não tardaram.⁷⁴

Através das divisões em torno da questão da escravidão, a crise de hegemonia foi, aos poucos, abalando a capacidade dirigente da classe senhorial. Quando as crises políticas encontraram a crise hegemônica na década de 1880, o dissenso que se instaurara entre os intelectuais do regime impediu que o Império pudesse fazer frente às ofensivas

⁷⁴ Idem.

contra a ordem. Com maior ou menor zona de interseção com a crise do trabalho escravo, a Questão Militar, o movimento republicano e o abolicionista, num contexto de invasão de novas ideias que respaldavam e alimentavam a crítica ao regime, contribuíram decisivamente para extrapolar a capacidade defensiva do sistema imperial. Em recorrentes imprecisões, tende-se a atribuir papel de maior importância a esses movimentos, apreendidos por si só, ou em uma abordagem apenas conjuntural. Nessa linha, isoladamente, nenhum deles é capaz de explicar a queda da monarquia. O que tratou de enfraquecer as bases do regime, deixando vulneráveis suas principais instituições, foi a crise da escravidão, e a dinâmica que essa questão assumiu no caso brasileiro – a de uma crise de hegemonia da classe senhorial diretamente articulada com a formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro pós-independência. Foi ela que permitiu que o Império sucumbisse a um movimento militar pouco organizado sem oferecer resistência. Isso porque, a intervenção na propriedade escrava, elemento que concedia unidade à classe senhorial, conferiu à classe prejuízos materiais e ao Estado prejuízos ideológicos. Ela marcou uma divisão entre os dirigentes do regime, intelectuais da classe, cuja função era a de formular diretrizes que assegurassem sua consolidação, legitimação e expansão no poder e como modo de vida. Entre os dirigentes, passaram a figurar, de um lado, aqueles ainda arraigados à escravidão, herdeiros saquaremas, que não vinham conseguindo fazer a transição do tipo de mão de obra. Vinculavam-se majoritariamente às áreas cafeeiras do Vale do Paraíba- em decadência, não só, mas também por conta da ascensão do Oeste Paulista- mas também a outras zonas mais antigas de produção, como as do açúcar do Nordeste, já que a classe senhorial se expandiu enquanto classe nacional⁷⁵. Do outro lado estavam aqueles que já vinham conseguindo equacionar a crise da escravidão, principalmente através da implementação de trabalhadores livres imigrantes, e para quem, em meio à crise, o que vinha se tornando mais importante era a garantia de seus interesses materiais, ainda que às custas da sorte do regime imperial. Essa parcela da classe senhorial deslocava-se da sua organicidade principalmente em função de demandas modernizadoras que o Império já não se mostrava capaz de equacionar.⁷⁶

⁷⁵ SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Texto apresentado no Fórum da Revista *Almanack*, novembro de 2011.

⁷⁶ NASCIMENTO, Carla Silva do. *O barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação de Mestrado (História). Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

O dissenso instaurado entre os intelectuais do regime direciona nossa atenção especialmente para o Partido Conservador, artífice da direção saquarema.

Em 1885, os conservadores foram novamente trazidos ao poder após uma longa sucessão de gabinetes liberais. Voltavam sob a liderança de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, que na ocasião se tornava presidente do Conselho de Ministros. Cotegipe assumia o cargo com a clara missão de garantir a aprovação de mais uma reforma da escravidão, a Lei dos Sexagenários, aprovada no mesmo ano. Alinhado à parcela dirigente escravista, após a aprovação da lei, o objetivo de Cotegipe foi deixar claro que bastavam de reformas, e que, a partir de então, os esforços deveriam ser no sentido de evitar maiores prejuízos aos fazendeiros ainda impossibilitados de abrir mão da escravidão, buscando estender ao máximo a vida do regime de trabalho escravo. Se abria, assim, uma grande cisão entre os conservadores, decisiva para o destino do regime. A parcela liderada por Cotegipe e pelo conselheiro Paulino José Soares de Sousa, filho do visconde de Uruguai, se opôs decisivamente àquela encabeçada pelos conselheiros João Alfredo Correia, que sucederia Cotegipe e sacramentaria a abolição, e Antônio da Silva Prado, líder político paulista que teria papel decisivo no encaminhamento da abolição.

Desse ângulo, houve uma atualização da divisão conservadora de 1871, provocada pela Lei do Ventre Livre, e privilegiada por Needell em sua análise. No entanto, ao contrário do que argumenta o autor, nos dois casos não se trata de uma cisão em torno apenas de questões políticas. Trata-se, primordialmente, de uma divisão em torno da questão da escravidão.

Um intelectual na crise.

Analisar a queda da monarquia é analisar um momento de crise. Toda crise é uma ruptura no funcionamento de um sistema, uma mudança qualitativa no sentido positivo ou no sentido negativo, uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. Todo sistema se funda num conjunto de elementos mais ou menos interligados entre os vários componentes, sendo que a mudança de um gera mudança de todos os demais. Para avaliar a incidência de uma crise em um sistema político, é preciso,

antes de mais nada, definir o seu estado de equilíbrio. Ele pode encontrar-se em equilíbrio estável, de tal maneira que tende a voltar à mesma posição, ou em equilíbrio instável, rompendo e alcançando nova forma de organização após as transformações pelas quais passou.⁷⁷

Em situações como essa, é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. Para tanto, é necessário mover-se no âmbito de dois princípios. Primeiramente, o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver. Em segundo lugar, o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.⁷⁸

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização.

Da reflexão sobre esses dois cânones pode-se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica. Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjunturais (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder.

De tudo dito acima, o objetivo desse capítulo é lançar luz sobre os marcos da crise do Império. Conforme apresentado anteriormente, com base na evolução das disputas em

⁷⁷ BOBBIO, Norberto. Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 303.

⁷⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

torno da questão da escravidão durante o século XIX no Brasil, a aprovação da Lei do Ventre Livre representa o marco orgânico fundamental da crise do Império.

Na tentativa de elucidar a forma como os debates sobre o trabalho servil desenharam a construção do cenário de crise, uma trajetória política em especial nos permite analisar o desenrolar de questão tão cara à sorte da monarquia e seus impactos nas relações e atuações políticas dos demais intelectuais do regime, em especial os conservadores. Trata-se de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, que, enquanto intelectual do Império, teve a função de dirigir política, moral e intelectualmente os interesses da classe a qual esteve vinculado – a classe senhorial.

Para tanto, convém uma rápida apresentação do caráter nacional da classe senhorial. Usando a expressão de Antonio Gramsci, Ricardo Salles⁷⁹ se dedicou a pensar tal característica da classe que, a partir do Estado imperial, organizou sua dominação submetendo e incorporando os interesses de outros grupos e classes sociais de diversas regiões do Império. Sobre essa questão, daqui por diante estarei me valendo das ideias desenvolvidas por Salles a respeito do caráter nacional da classe senhorial, e de sua relação com os intelectuais a ela alinhados.

É possível entender a classe senhorial como classe nacional, não no sentido de que ela ocupasse e se configurasse de forma homogênea por todo o território nacional. Para o autor, o uso da expressão nos aponta o sentido nacional de sua dominação, que ocorreu por meio da formação de uma ordem social e econômica cuja base era a escravidão, que unificou o processo de dominação e incorporação nacional.⁸⁰ A transformação de um grupo social de base regional de senhores de escravos em uma classe dominante nacional demandou, dentre outros fatores, a ação concreta e específica de uma camada de intelectuais que, em um determinado período de tempo, grosso modo identificado com o advento, o apogeu e a queda do Segundo Reinado, se colocou à frente e dirigiu esse processo. Essa camada aglutinou-se em torno do serviço ao Estado, e se formou a partir de diferentes origens sociais, normalmente, mas não exclusivamente, entre os setores dominantes. Provinha de distintas regiões do país, e não apenas da área de nucleação da classe senhorial na Bacia do Paraíba, composta por regiões das províncias de Minas Gerais, São Paulo e a Corte, e duas outras províncias do Império, a Bahia e Pernambuco.

⁷⁹ SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Texto apresentado no Fórum da Revista *Almanack*, novembro de 2011.

⁸⁰ SALLES, Idem.

Apesar de sua origem diversificada e de sua autonomia, dada pelas formas de sociabilidade da carreira política, ela sempre gravitou em torno da região da Bacia do Paraíba, composta por seus grandes proprietários rurais escravistas. A atuação de seus dirigentes sempre levou em conta os interesses e os anseios dessa região e dessa classe, mesmo quando tal atuação entrou em conflito com outros grupos, mais diretamente ligados aos interesses locais e corporativos desses grandes proprietários.⁸¹

Oriundo da província da Bahia, João Maurício Wanderley foi um exemplo de intelectual orgânico à classe senhorial, classe nacional, especificamente alinhado com os interesses não só dos proprietários de escravos da Bacia do Paraíba, mas principalmente com os da cafeicultura fluminense. Dedicou-se à defesa das principais questões que nortearam a atuação dos saquaremas e de outros conservadores da Bacia do Paraíba, cujo predomínio foi exercido através da direção moral e intelectual hegemônica que esses homens imprimiram em seu tempo.⁸² Suas questões diziam respeito à defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais, particularmente da região da província fluminense e da Bacia do Paraíba; a defesa da escravidão, seja em sua forma dependente do tráfico internacional, seja, depois de 1850, em sua forma nacional, com a tendência à reprodução natural positiva da população escrava; o Estado monárquico centralizado e representativo na forma que este adquiriu a partir dos anos de 1840.⁸³

Nessa relação, fica evidente o peso diferenciado da província do Rio de Janeiro. Segundo Salles, a força material do Império advinha de seus vínculos com uma base territorial e social específica, a região da Bacia do Paraíba e sua classe senhorial. Essa base territorial foi o café e, mais ainda, a escravidão. Os vínculos entre o Império e suas bases materiais não se impuseram naturalmente, por mera força gravitacional exercida pelo poder econômico e pelo poder político e social que este confere aos grupos que o detêm. Foram construídos pelo partido conservador, que se forjou nessa construção. Nesse processo, foi fundamental a atuação da facção fluminense do partido aliada a outros grupos regionais próximos: os mineiros e os paulistas, com quem muitas vezes se misturava, por laços de alianças, compadrios, casamentos e interesses, porque partilhavam da mesma base de sustentação social e econômica no café, na *plantation* escravista, nos grandes negócios financeiros; os baianos e os pernambucanos, com quem

⁸¹ SALLES, Idem, p. 2.

⁸² SALLES, Idem, p. 6.

⁸³ Idem.

também mantinha laços semelhantes, mas não se misturava. Baianos, pernambucanos e outros ligaram-se, é claro, por compadrio, amizade, casamento e interesse a grandes famílias de proprietários rurais, comerciantes estadistas da Bacia do Paraíba, mas, na maioria das vezes, quando o fizeram já haviam sido atraídos para a Corte.⁸⁴

Membro de uma geração política posterior aos genuínos saquaremas, a atuação de Cotegipe se destacou pelo seu empenho na preservação da obra conservadora de outrora. Prova disso foi sua atuação enquanto presidente do Conselho de Ministros, em que se empenhou em dirigir a crise da escravidão, e do próprio regime, alinhado a dois dos mais importantes intelectuais fluminenses da década de 1880 – Paulino Soares de Sousa Filho, e Andrade Figueira, representantes da ala escravista do Partido Conservador.

Voltemos nossa atenção para a conjuntura de aprovação da Lei do Ventre Livre. Antes, porém, convém apresentar com maiores detalhes nosso personagem central, cuja trajetória política nos guiará pela análise da natureza dos marcos da crise da monarquia.

João Maurício Wanderley – o barão de Cotegipe

João Maurício Wanderley nasceu em 23 de outubro de 1815 na freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, Bahia, filho do abastado proprietário capitão-mor João Maurício Wanderley, e de D. Francisca Antônia Wanderley, senhora de uma das mais nobres famílias das margens do rio São Francisco.⁸⁵ De descendência holandesa, era trisneto do nobre capitão de cavalaria Gaspar van der Ley⁸⁶, holandês radicado no Brasil por ocasião das invasões holandesas na região Nordeste no século XVII.

Como seria comum a vários estadistas e intelectuais, aos 18 anos, Wanderley partiu para Olinda para cursar Direito na Faculdade Nacional de Direito de Recife⁸⁷.

⁸⁴ SALLES, idem, p. 44.

⁸⁵ Sacramento Blake.

⁸⁶ Gradativamente, o aportuguesamento do sobrenome holandês “van der Ley” resultou em “Wanderley”. Cf. PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 16.

⁸⁷ Curiosamente, no caminho para Olinda, Wanderley conheceu Zacarias de Góes – que viria a ser advogado, dirigente imperial e três vezes chefe do gabinete de ministros – embarcado no mesmo vapor, com destino à mesma faculdade. De acordo com Wanderley Pinho, os dois travaram ali uma camaradagem, que perduraria até a maturidade de ambos.

No período em que Wanderley esteve em Olinda, aqueles que despontavam para a vida política pública sofriam a influência da efervescência provocada pela menoridade de D. Pedro II. Além das disputas pela condução do Estado, a década de 1830 foi ainda marcada pela rivalidade entre portugueses e brasileiros herdada do Primeiro Reinado. Da mesma forma, temia-se que a ordem pudesse ser abalada por uma grande revolta de escravos, espectro criado pela atmosfera de medo que vinha se perpetuando desde a Revolução do Haiti, em 1792. O clima de agitação se traduziu em revoltas de caráter político, popular e contestatório, se espalhando pela Corte e por outras províncias durante toda a década. Dentre as de maior destaque estão a Setembrizada e a Novembrada, ambas em Pernambuco, a Guerra dos Cabanos em Belém, a Revolta dos Malês, que reascendeu o medo do terror do Haiti. No sul explodiu a Revolução Farroupilha.

Já como bacharel em Direito, Wanderley retornou à Bahia encontrando sua terra natal inflamada pela Sabinada (1837-1838), revolta de cunho separatista, que dava continuidade à iniciativa da Conjuração Baiana (1798) e das lutas pela independência da Bahia (1822-1823).

Mais tarde, esperando por vagas na assembleia provincial da Bahia e na magistratura, Wanderley seguiu advogando nos foros da Comarca do São Francisco, e consolidando, no sertão, amizades políticas e de família.

No ano de 1840, enquanto pleiteava na Corte sua primeira nomeação para a magistratura, pôde tirar suas impressões sobre a Declaração da Maioridade⁸⁸. Ainda naquele ano, foi eleito para a assembleia provincial. Em 26 de julho de 1842 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos da Barra e Chique Chique, com o decreto referendado pelo Visconde de Uruguai. Na mesma ocasião, foi nomeado delegado de polícia pelo então presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiros de Vasconcelos, o visconde de Monserrate.⁸⁹

Em 1842, na assembleia provincial da Bahia, Wanderley requereu a criação de uma comissão para ir até a Corte felicitar o novo imperador, e lhe assistir à coroação. No mesmo ano foi eleito 1º secretário da casa.

⁸⁸ Sob agitação liberal, o Senado foi pressionado a declarar, em 23 de julho de 1840, a maioria do imperador D. Pedro II, aos 14 anos de idade. Dessa forma, a regência do império saía do controle conservador. Esperava-se que a figura do imperador, ainda que inexperiente, pudesse conter as revoltas regenciais que ainda subsistiam. A Balaiada terminou em 1841, e a Farroupilha em 1845.

⁸⁹ PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Op. cit., p. 52.

Ao fim daquele ano, Wanderley fez sua estreia na Câmara dos Deputados. Em maio de 1843 foi afastado do Parlamento pela dissolução prévia que servira de estopim para as revoltas de São Paulo e Minas. Na legislatura seguinte, Wanderley voltou diplomado suplente, tendo logo após sido reconhecido como deputado pela Bahia.⁹⁰

Com a subida do gabinete Olinda-Monte Alegre, mudaram-se as administrações provinciais. Na Bahia, coube a dois conservadores a ocupação dos principais cargos políticos. Um deles, a chefia da polícia, foi concedido a Wanderley. Iniciava-se, assim, a ascensão do futuro barão como liderança política conservadora em sua província.

Na ocasião, os conservadores chegavam à Bahia para substituir uma administração liberal que, apesar de curta, se fizera bastante popular. Gonçalves Martins, presidente da província, e Wanderley, trataram logo de pensar em como trabalhar a opinião pública. Para tanto, escolheram a imprensa como caminho. Começaram a dar direção à imprensa baiana, criando uma folha diária, que explicasse os atos do governo e defendesse sua política, e outra periódica, que “jogasse com as mesmas armas dos adversários”⁹¹. A direção da imprensa era então uma das ocupações dos governos geral e provincial. Provavelmente visando “organizar a casa” no período após as conturbações regências, no programa traçado em 1853 para o gabinete Paraná, diria o imperador: “reorganizar-se a imprensa na Corte e nas províncias, se for possível”⁹².

As circunstâncias do momento davam ao posto de chefe de polícia maior importância, pois a agitação nacional e a campanha por uma constituinte eram intensas. Na Bahia, no entanto, a situação era de relativa tranquilidade, não fosse o espectro das agitações que vinham se dando em Pernambuco. Nessa província, em 1848 aconteceu a Revolução Praieira⁹³. Como chefe de polícia baiano, Cotegipe enviou auxílio à província pernambucana, motivado, principalmente, pelo medo de que a conspiração pernambucana pudesse respingar na província, onde a Revolução Praieira teve grande repercussão. Ali, se o surto revolucionário não chegou as vias de fato, se expandiu em colunas de jornais militantes, principalmente através dos liberais, que se colocaram em seu matiz partidário.

Para conter o surto revolucionário, era preciso que os governos agissem energicamente, contando com a disciplina de seus adeptos. Nesse contexto, formaram-se

⁹⁰ Idem, p. 65.

⁹¹ Idem, p. 174.

⁹² Idem.

⁹³ Movimento de caráter liberal e separatista que eclodiu em Pernambuco e se estendeu pelo período de 1848-1850.

os partidos provinciais. De acordo com Wanderley Pinho, a Bahia, resistente e solidária com a autoridade central, representaria naquele momento um papel histórico: “atalaia ao norte, dique à agitação revolucionária que desaguava de Pernambuco, antemural do republicanismo anárquico de Borges da Fonseca”⁹⁴. A organização do partido saquarema naquela província foi um dos aspectos da reação geral conservadora, da qual João Maurício Wanderley teve participação direta⁹⁵.

Por ocasião da Lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim ao tráfico internacional de escravos em 1850, Wanderley ainda ocupava o cargo de chefe de polícia da província da Bahia. Sua atuação na repressão ao tráfico foi enérgica, indo contra os interesses de poderosos negociantes e traficantes da província para fazer valer as diretrizes do poder central.

A partir da década de 1850 sua atuação política começou a lhe render frutos maiores. Em 1852 Wanderley foi nomeado presidente da Bahia. Em 21 de dezembro de 1852 foi nomeado juiz dos feitos da fazenda na capital da Bahia. Em 2 de dezembro de 1854 foi condecorado como comendador da ordem da Rosa⁹⁶.

Em 14 de junho de 1855 Wanderley projetava-se para além dos limites da política provincial, assumindo a pasta da Marinha no gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, conhecido por sua política de conciliação. O gabinete 6 de setembro de 1853 consagrou a hegemonia conservadora, e se tornou um marco da aceitação da direção conservadora pelos liberais após as disputas políticas da regência.⁹⁷ De acordo com Ricardo Salles, a política da Conciliação se fazia entre vencedores e vencidos, depois da ascensão dos conservadores ao poder, em 1848, e da derrota da revolta dos liberais pernambucanos que se seguiu, na qual Paraná tomaria parte decisiva.⁹⁸

Em 8 de outubro de 1856, com a morte de Paraná, Wanderley transferiu-se definitivamente para a pasta da Fazenda, cargo que já vinha ocupando interinamente desde que o presidente do conselho havia ficado doente.

Ao entrar para o gabinete da Conciliação, Wanderley buscou abrir caminhos para concretizar seu desejo de conseguir uma vaga no Senado, para o qual pouco tempo depois

⁹⁴ Idem, p. 185.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ A Imperial Ordem da Rosa é uma ordem honorífica brasileira. Foi criada em 27 de fevereiro de 1829 por D. Pedro I para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischtädt.

⁹⁷ MATTOS. Op. Cit.

⁹⁸ SALLES, *Brasil Imperial*, p. 50.

vagou o lugar de Pedra Branca. À época, ainda que não contasse com os quarentas anos mínimos necessários para se candidatar ao cargo, Wanderley se valeu da demora burocrática para atingir o pré-requisito. Para um político do império, o Senado representava ponto importantíssimo da carreira. De acordo com Wanderley Pinho, a vitaliciedade do Senado era uma garantia perpetua contra o esquecimento, o obscurecimento, a derrota e o fracasso.⁹⁹ Fora do âmbito da percepção pessoal de época, o Senado do Império era um dos principais palcos de atuação dos intelectuais do regime.

Eleito, em 8 de maio de 1856 Wanderley se tornou Senador do Império. Sua chegada ao Senado significou, de fato, um voo na carreira. A garantia do cargo de senador com a idade mínima exigida demonstra que Wanderley construiu uma trajetória rápida e bem-sucedida. E com a benção de nomes políticos de peso, como o saquarema Visconde de Uruguai. Por ocasião de sua posse, Uruguai teria dito: “agora o que lhe desejo é que seja senador por muito tempo”¹⁰⁰. Em apenas 15 anos havia conseguido uma carreira política consistente, só não completa ainda porque o cargo de presidente do Conselho de Ministros, ápice da carreira política no regime imperial, ainda estava por vir.

Sua entrada no Senado consagrou sua posição de intelectual, ligado à classe senhorial. Isso porque o Senado no Segundo Reinado, além de haver mantido suas características restritivas de câmara alta, como a vitaliciedade do cargo, previstas na constituição de 1824, havia, principalmente, a partir do sucesso do Regresso conservador, passado a ser o palco de atuação dos principais articuladores desse mesmo Regresso e, em seguida, do tempo saquarema.¹⁰¹ Como aponta Salles, tratava de uma elite dirigente restrita, que, juntamente com o Conselho de Estado, constituía um pré-requisito não oficial para a ocupação da presidência do Gabinete de Ministros.¹⁰²

Em plena ascensão na carreira, no plano pessoal, através do casamento Wanderley se uniu a uma das famílias mais influentes da Bahia. Para os padrões da época, João Maurício Wanderley casou-se tarde. Aos 36 anos fez os votos de matrimônio com Antonia Thereza de Sá Pitta e Argollo, filha do então barão e depois conde de Passé, genuíno representante da agricultura do Recôncavo Baiano, a mais antiga região econômica do país, e cuja posição política foi sempre de destaque no Império. Sua família

⁹⁹ PINHO, op. cit., p. 500.

¹⁰⁰ PINHO, op. cit., p. 502.

¹⁰¹ Escosteguy Filho apud Salles, In: *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Texto apresentado no Fórum da Revista *Almanack*, novembro de 2011, p. 25.

¹⁰² SALLES, idem, p. 26.

havia tido envolvimento no processo de independência e na luta contra a Sabinada. Alianças ricas e heranças vultosas haviam ajudado o conde de Passé a somar uma grande fortuna, uma das maiores de seu tempo. Entremeava o convívio com a sociedade elegante com o trabalho agrícola e atividades políticas provinciais na Bahia. Wanderley se uniu à herdeira mais rica da Bahia que, de acordo com Wanderley Pinho, não era exatamente uma mulher bela, “mas no porte donairoso revelava a raça, e na firmeza inteligente da vontade, a linhagem. Tudo nela era como um transpirar de tradição”¹⁰³.

A união com a família Argollo rendeu a Wanderley bens e prestígio. Herdeiros de uma família abastada, ele já conhecia a propriedade escrava. Seu pai havia lhe deixado 50 escravos como herança. Mas esse montante não se compara ao vulto da riqueza alcançada com o casamento, que marcou sua entrada no ramo açucareiro do Recôncavo¹⁰⁴. Do casamento herdou o Engenho Freguesia¹⁰⁵, com um casarão de quatro andares, constituído por cinquenta e cinco cômodos e uma capela. Das instalações, os moradores e visitantes podiam aproveitar a vista do mar calmo da Baía de Todos os Santos¹⁰⁶.

Após casar-se, Wanderley tomou gosto pela dedicação à família e à vida no campo. De acordo com Wanderley Pinho, durante o período o conservador encantou-se com o ar do Recôncavo, e se dedicou intensamente às propriedades familiares. Chegou a se ausentar por dez anos da vida pública. Durante esse período, mais especificamente em 1858, recusou a nomeação a presidente de Pernambuco enviada por Olinda. Também durante esse período, em 1859, D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina fizeram uma viagem à província da Bahia. O fato constituiu importantíssimo acontecimento na província, tendo Wanderley largado todo e qualquer afazer agrícola para fazer a corte ao monarca. Pouco tempo depois, no ano seguinte, recebia o título de barão de Cotegipe, em 14 de março de 1860.

¹⁰³ PINHO, p. 620 e 621.

¹⁰⁴ Blake e Pinho.

¹⁰⁵ “A Sesmaria, onde mais tarde surgiria o Engenho Freguesia, foi doada em 1560 a Sebastião Álvares. Nesta época, o engenho possuía grandes edifícios. Em 1624 foi incendiado pelos holandeses. A feição que a casa possui hoje é resultado das obras que aconteceram em 1760. Em 1900 o engenho deixa de moer e é desapropriado, em 1968, pelo Governo Estadual para a instalação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, aberto ao público em 1971. Esta casa-grande é um dos raros exemplares, conhecidos no país, de edifício residencial desenvolvido em torno de dois pátios, com capela contígua – com porte de igreja matriz – e planta de corredores laterais e tribunas.” Cf. http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1052

¹⁰⁶ [Revista de História da Biblioteca Nacional](#). (janeiro de 2011). *Engenho de portas fechadas*, ano 6, n. 64.

A reclusão política de Cotegipe coincidiu com o período de domínio político liberal, que se estendeu de 1862 a 1868, quando os conservadores assistiram os liberais emplacarem seis gabinetes, três deles sob o comando de Zacarias de Góis.

Em 1864 veio a viuvez. Complicações no parto causaram a morte da baronesa de Cotegipe. O casal teve duas filhas, Antônia Tereza Wanderley e Maria Luisa Wanderley, que assumiria o sobrenome Araújo Pinho ao casar com o político baiano João Ferreira de Araújo Pinho, correligionário político do barão, e sua ponte com a política baiana durante os períodos em que precisava se radicar na Corte. Da união do casal nasceu José Wanderley de Araújo Pinho, historiador, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e autor da única biografia publicada sobre o barão de Cotegipe, seu avô materno.

A volta de Cotegipe à ativa na vida pública coincidiu com o novo período conservador no poder, instaurado em 1868 por meio da inversão de gabinete deferida pelo imperador. Na ocasião, o barão integrou o gabinete 16 de julho de 1868, presidido pelo visconde de Itaboraá, ocupando as pastas da marinha e de estrangeiros. Mais adiante ocuparia essa mesma pasta no segundo ministério Caxias, de 25 de junho de 1875, assumindo, em 15 de fevereiro de 1877, a pasta da fazenda.

Até a década de 1870, Cotegipe foi capaz de construir uma trajetória política consistente num tempo relativamente curto. Do casamento herdou a ascensão a um patamar econômico diferenciado, assim como as relações sociais e políticas extraídas das construções familiares comuns durante o século XIX. Tornou-se, assim, importante liderança conservadora na Bahia, galgando, a partir do gabinete Paraná, projeção nacional. Estava, dessa forma, apto a se apresentar como liderança partidária de destaque quando do início das discussões sobre questão tão decisiva na organização imperial como fora a Lei do Ventre Livre. No entanto, o rumo da história e seu posicionamento frente à questão não foram exatamente esperados, inclusive e principalmente pelo visconde de Rio Branco.

Cotegipe e a Lei do Ventre Livre

Na ocasião da formação do gabinete Rio Branco, em 7 de março de 1871, era claro que o novo presidente do Conselho de Ministros assumia com a missão de fazer aprovar

a libertação do ventre da mulher escrava. À época, Paranhos havia retornado apressado para o Brasil após um período em missão diplomática logo após a Guerra do Paraguai. Ainda em terras platinas, ele foi chamado de volta com notícias adiantadas de que D. Pedro II havia decidido oferecer-lhe o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Apesar da ousadia da proposta relativa ao elemento servil e da delicadeza da questão, o que Rio Branco talvez não aquilatasse era que muito mais difícil do que garantir a aprovação da lei no parlamento seria levar o Partido Conservador, grande artífice da reforma, unido em prol de um objetivo politicamente tão controverso. Prova disso foi a imediata dificuldade que o presidente do conselho teve para compor seu gabinete, bastante perceptível para qualquer observador mais atento. Nenhum dos conservadores mais antigos, tradicionalmente vinculados às regiões mais organicamente escravistas, queriam se comprometer com a reforma. O próprio visconde de Itaboraí, membro histórico da trindade saquarema, havia resistido às incessantes investidas do imperador no sentido de fazê-lo apresentar o projeto.

Rio Branco, que havia garantido o apoio dos principais líderes conservadores ao seu gabinete antes da entrevista com o imperador, agora encontrava esse apoio ameaçado pelos desejos do monarca. Itaboraí e Muritiba juntaram-se a Caxias, Bom Retiro e Três Barros oferecendo apoio à nova administração, mas deixando claro que não o fariam em relação à questão central em discussão. Eles não apoiariam o projeto da abolição do ventre da mulher escrava, colocando Rio Branco em situação delicada, para dizer o mínimo. Ele aceitou o chamado do imperador com a certeza do apoio das lideranças do seu partido, cuja continuidade no poder ele estava ajudando a garantir aceitando compor novo gabinete conservador. Enquanto o imperador havia indicado que ele fosse numa direção, grandes lideranças conservadoras declaravam que, caso assim fosse, ele estaria sozinho. Sua decisão foi clara: certamente seguir a vontade do monarca.¹⁰⁷ Assim com o imperador, que precipitou as discussões sobre a nova reforma da escravidão de forma antecipatória para encaminhar questão tão delicada e explosiva como a abolição da escravidão, Rio Branco também, a essa altura, acreditava que a libertação do ventre da mulher escrava seria a alternativa mais acertada e prudente a ser tomada. Em carta ao barão de Cotegipe, em março de 1871, ele argumentou:

“A questão do elemento servil não pode ter outra solução senão a da libertação do ventre, com todas as garantias aos presentes proprietários. Isso é o mais

¹⁰⁷ Needell, op. cit., p. 278.

prudente, e eu acredito que possa ser feito sem traumas, assumindo que os proprietários não ofereçam resistência, o que seria ineficiente em conter a corrente da opinião pública e agravaria os inconvenientes dos quais a reforma não está isenta. O *status quo* é impossível, e também ofereceria sérios riscos”

108

Decidido a fazer valer a vontade do monarca, Rio Branco parecia, porém, não ter ideia do potencial oposicionista do seu partido. Todas as grandes lideranças conservadoras, em especial os Saquaremas, eram unânimes em repelir qualquer iniciativa no sentido de uma nova reforma da escravidão. Todos reconheciam e apoiavam o gabinete de Paranhos, deixando claro que seu apoio começaria após as discussões sobre o projeto de lei de 1871. A essa altura, o partido encontrava-se dividido entre aqueles que recusavam terminantemente tal iniciativa e aqueles que não se opunham, mas não estavam dispostos se posicionar politicamente a favor de tal questão. Restava a Rio Branco, em meio ao abandono quase que absoluto, recrutar seus ministros, buscando galgar o apoio de alguns novos conservadores que começavam então a se destacar na Câmara dos Deputados.

Esse foi o conselho dado a ele por Cotegipe. Á época, o político conservador baiano ocupava as fileiras dos conservadores que já podiam ser considerados destacadas lideranças partidárias e que optaram por não se posicionar abertamente sobre a questão.

Lembremos que João Maurício Wanderley constrói sua trajetória política oriundo da parcela econômica escravista ligada ao açúcar do Nordeste. Sua formação, marcada pela experiência das conturbações durante o período da Regência, e pela consequente percepção da necessidade de um governo forte e centralizado na figura do monarca a fim de garantir a ordem escravista, colocaram-no alinhado com os interesses das parcelas mais arraigadas à escravidão, representadas em larga medida nas fileiras conservadoras. Talvez venha daí seu cuidado em empreender um apoio declarado à reforma.

No entanto, ele fez questão de manifestar seu apoio ao novo gabinete, como relata o próprio Rio Branco em carta na qual agradece o apoio do amigo. Enquanto seu partido o deixara a deriva, ele agradecia a Cotegipe pela expressão de amizade que havia recebido, dizendo “que me serviu de grande consolo na delicada situação na qual eles (os conservadores) me colocaram”¹⁰⁹ Seria indispensável para Paranhos conseguir o apoio de

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

um líder como Cotegipe. Sua atuação no gabinete da Conciliação de Paraná, assim como sua entrada para o Senado já o haviam credenciado a lugar de destaque nas fileiras conservadoras. Em 1871, ele já era um estadista, construindo uma trajetória de trânsito entre os conservadores mais moderados, sem, no entanto, se indispor com os saquaremas.

De todo modo, a visão da cúpula dirigente conservadora era a de que não cabia, e mesmo de que não era necessária uma nova reforma da escravidão. Logo após a extinção do tráfico internacional, o próprio Paraná sintetizou a relação da maioria esmagadora do partido com a questão. Em discurso de 26 de maio de 1855 na Câmara dos Deputados, ele afirmou:

“Senhores, está extinto o tráfico, mas não estão revogadas, nem creio que tão cedo serão, as leis que mantêm a escravidão ora existente no país. Os escravos se substituem, a sua população aumenta como aumenta a população dos brancos; hoje, cuida-se muito mais dos escravos. Creio que não é tarefa da geração atual cuidar no remédio a dar, no caso que se tivesse de verificar o pensamento que antevia o visconde de Cairu [o fim da escravidão]; se fosse tarefa da geração atual, os homens do estado tinham muito mais a fazer do que recorrer à divina providência. Mas não tem esta tarefa de ser incumbida à geração atual; o que convém aos interesses da atual sociedade brasileira é manter por longo tempo ainda as leis que sustentam a escravidão dentro do império; as gerações futuras, os seus governos tratarão, chegada a época, dos meios de procurar esse remédio ou antes, quando esse remédio deve ser precedentemente tomado, lentamente executado, de maneira que, quando venha o mal, quando se der o último caso, não estejamos no estado de apelar para a divina providência”.

Era com essa percepção política que Rio Branco rompia ao aceitar encaminhar a reforma proposta pelo imperador, dividindo profundamente os conservadores pela primeira vez na história. Tratava-se de uma divisão em torno da questão da escravidão, daí a organicidade do marco.

As inúmeras investidas de Paranhos em busca do apoio de Cotegipe buscavam não apenas uma adesão velada, conforme o político baiano já havia declarado em carta ao seu correligionário. As várias e insistentes ofertas de pastas a Cotegipe em seu gabinete deixam clara a estratégia de Paranhos. Ele sabia que teria de dominar seu partido em dois meios. Primeiro, era preciso convencer os principais líderes conservadores, como

Cotegipe, a liderarem as reformas políticas do partido, em especial a da escravidão. Segundo, ele buscou jogar com a retórica do medo, destacando o fato de que ou os conservadores o apoiariam, ou escolheriam a radicalização política, permitindo que o poder passasse às mãos de um partido – o liberal- dividido entre radicais, republicanos e liberais.¹¹⁰

Como se já não houvesse resistência suficiente ao projeto, após forçar a discussão da questão, no mesmo ano D. Pedro II embarcou para uma longa viagem para a Europa, deixando em seu lugar como regente sua filha Isabel. Inexperiente nos assuntos políticos, a regência da jovem princesa significava que Paranhos não poderia contar com a intervenção imperial para a aprovação da lei antiescravista.

Apesar de todas as investidas de Rio Branco, Cotegipe recusou-se terminantemente a integrar o novo gabinete. Ao fim, o mistério teve, inevitavelmente, uma cara mais jovem¹¹¹. Com a maioria de ministros inexperientes, apenas um dentre eles alcançaria proeminência política. O ministro em questão era João Alfredo Correia de Oliveira, posteriormente responsável pela aprovação da Lei Áurea.

O projeto de lei para alforriar as crianças nascidas de mulheres escravas foi apresentado na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871. Ele enfrentou uma oposição determinada, que contava com o apoio de cerca de um terço dos deputados e que pretendia organizar a opinião pública contra a medida. De acordo com José Murilo de Carvalho, Rio Branco "teve que usar toda sua energia extraordinária e habilidade de liderança para convencer os deputados", já que havia oposição de membros tanto do Partido Conservador quanto do Liberal. Ele realizou 21 discursos na Câmara e no Senado defendendo a aprovação de legislação. A abolição da escravatura tinha grande oposição nos principais círculos de poder. Até o próprio Rio Branco tinha sido inicialmente contra a proposta, temendo seu impacto na estabilidade nacional, porém ele começou a acreditar depois de 1867 que a medida era necessária.¹¹²

A legislação foi forçada através da Câmara dos Deputados pelo repetido uso de moções de fechamento para agilizar seu processo. O projeto de lei foi finalizado no final de agosto e levado ao Senado para consideração. O Senado finalmente aprovou a medida, que foi sancionada pela princesa Isabel no dia 28 de setembro de 1871.

¹¹⁰ Idem, p. 279.

¹¹¹

¹¹² CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

Se Cotegipe se esquivou de apoiar diretamente Rio Branco integrando seu gabinete, o mesmo não poderia acontecer quando a discussão do projeto chegasse ao Senado. Não foi exatamente assim. Naquela casa onde o apoio do conservador baiano seria muito valioso para Paranhos, sua atuação foi inviabilizada por sua ida ao Paraguai como enviado plenipotenciário em missão diplomática após a guerra. Em meio à discussão tão crucial para a vida política e econômica do Império, seria uma missão diplomática ao Paraguai tão crucial a ponto de recrutar uma das principais lideranças conservadoras exatamente no momento da luta pela aprovação do projeto em ambas as casas sob fortíssima oposição dos dois partidos imperiais? Decerto que não.

Àquela altura não se podia prever os rumos que a política iria tomar caso a lei fosse aprovada. Anos mais tarde, soube-se que a Lei do Ventre Livre trouxe estabilidade em relação à escravidão por quase uma década. No entanto, o que se observava no momento de discussão do projeto era que a escravidão estava sendo capaz de se reproduzir, principalmente nos plantéis do Vale do Paraíba cafeeiro, através da valorização e do incentivo de novas práticas nas relações com os escravos. Dentre elas, a principal foi o incentivo ao crescimento da família cativa, que pôde manter certo crescimento vegetativo dos escravos nas fazendas, minimizando os impactos da lei de 1850 no cotidiano dos fazendeiros. Enquanto já em 1867 o imperador D. Pedro II lançava a discussão sobre a necessidade de se promover nova reforma do trabalho escravo, para os senhores a escravidão continuava sendo plenamente eficaz em abastecer as fazendas do Vale com a mão de obra necessária para movimentar as plantações de café. Para eles, era inconcebível pensar em nova medida que encurtasse ainda mais a sobrevivência da escravidão. A percepção da necessidade de se antecipar às crises que poderiam solapar fatalmente o Império só existia na cabeça do Imperador e de uma reduzida cúpula estadista. No geral, a maioria dos dirigentes imperiais não ousou conceber nova mudança.

Ao negar participação no gabinete Rio Branco e, tempos depois, não participar da discussão e votação do projeto no Senado, Cotegipe parecia se proteger das incertezas da investida. Enquanto político em plena ascensão entre os conservadores e cada vez mais forte candidato a liderança partidária, seu bom trânsito em ambas as parcelas do partido e todo prestígio político construídos ficariam em cheque caso o projeto de lei fracassasse. Não significa que fosse contrário ao projeto. Em suas memórias posteriores, já após chefiar o gabinete de 20 de agosto de 1885, especulando sobre os rumos políticos do Império, especialmente após a queda do seu gabinete e a aprovação da abolição pelos

conservadores, Cotegipe declarou que, se naquele momento estivesse em discussão a libertação do ventre da mulher escrava, ele próprio votaria a favor da lei.¹¹³ Ao fim, na prática, poucos foram os fazendeiros que abriram mão imediatamente dos nascituros. Apenas em 1879 observou-se a recrudescimento do movimento abolicionista e, com ele, a explosão das revoltas e fugas escravas que se potencializariam ao longo da década de 1880. Até aquele momento, nada disso estava dado. Se engajar na luta pela aprovação do projeto, do ponto de vista político, poderia resultar em um grande sucesso, como de fato foi, ou não. Após a aprovação da reforma, o visconde de Rio Branco se tornou uma das figuras mais respeitadas nacional e internacionalmente. Porém, o resultado contrário, e um futuro ostracismo político advindo de uma derrota eram, ali, uma real possibilidade.

¹¹³ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Wanderley Pinho.

Capítulo 3 - O gabinete Cotegipe e as reformas da década de 1880: os conservadores na crise.

Na década de 1880, o Império do Brasil foi marcado por uma importante questão – a abolição da escravidão. Seu impacto foi extensivo a todas as esferas da sociedade, não só transitando pelos âmbitos político e econômico, mas invadindo também os limites do simbólico e do cultural. Tratava-se do início de um período em que mudanças econômicas e sociais, associadas a conturbações políticas, mudariam os rumos e abalariam os alicerces da sociedade imperial.

À época, a escravidão já havia se tornado uma instituição em crise aguda. Com o recrudescimento e fortalecimento gradual do movimento abolicionista, liderado por Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, organizavam-se manifestações em prol da libertação dos escravos, enquanto a imprensa bombardeava os dirigentes com constantes lembretes sobre a crueldade e a ineficiência econômica do sistema escravista. O marco do movimento, que levantava a bandeira da abolição imediata, diferenciando-se do emancipacionismo gradualista, e instaurou a campanha nas ruas e nos espaços públicos, foi a criação, em 1880, da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada por Nabuco, Rebouças, Patrocínio, João Clapp e outros. O movimento contava, ainda, com o jornal *O abolicionista*, editado por alguns dos seus mais importantes líderes. Com o avançar dos anos, à propaganda abolicionista se somaram casos de violência, rebeldia e fugas de escravos, que, até a abolição completa, em 1888, foram se tornando mais constantes em diversas partes do território.

A Corte, principal cidade do Império, e também seu centro político, foi o núcleo do movimento. Ela contava com uma imprensa política diversificada e ativa. Nas ruas, nos teatros e nas igrejas, a atividade abolicionista era promovida por agremiações e clubes, que realizavam atividades e organizavam peças em teatros, quermesses e os famosos *meetings*, meios pelos quais angariavam fundos para emancipar escravos e fazer propaganda abolicionista. O movimento incentivava e acobertava fugas de cativos e atuava como força de pressão sobre a Câmara e o Senado, acompanhando e fiscalizando a política abolicionista no Parlamento. Tribunos, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, destacaram-se por seus discursos e artigos na imprensa. Suas atividades conquistavam crescente apoio popular.

No entanto, o crescimento do abolicionismo não se deu apenas na Corte. Na verdade, suas formas mais radicais ganharam força em outras localidades, especialmente nas cidades de Santos e Campos, respectivamente, nas então províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De acordo com Ricardo Salles¹¹⁴, a combinação entre o crescimento de uma população livre majoritária, cuja maior parte não estava comprometida diretamente com a ordem escravista, a existência de camadas médias e de trabalhadores livres, a intensa vida urbana e facilidades de comunicação criaram um ambiente propício, a partir de fins da década de 1860, à divulgação e à propagação do emancipacionismo e, logo, do abolicionismo. Esse fermento urbano, somado à existência de uma grande população escrava concentrada na área rural, com fortes laços comunitários já estabelecidos no decorrer de um longo período de ocupação da terra, e submetida a um recente ritmo mais intenso de exploração de seu trabalho, levaram a que a luta abolicionista, principalmente em Campos e na província de São Paulo, adquirisse características de uma verdadeira convulsão social.¹¹⁵

Na medida em que o movimento se expandia, as vitórias abolicionistas, sobretudo a do Ceará, onde a escravidão foi abolida em 1884, traduziam-se em insegurança e ameaça econômica para os proprietários rurais e outros setores sociais. Os negócios, a indústria e o crédito diminuam. Com a lavoura ameaçada, o valor das fazendas também caía. Os agricultores das províncias do café atribuíam a baixa dos preços das safras e das terras ao movimento pela libertação dos escravos, passando a atacar violentamente quaisquer dos seus indícios.

¹¹⁴ SALLES, Ricardo. "Resistência escrava e abolição na província do Rio de Janeiro. O Partido do Abolicionismo". In Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg e Daniel Aarão Reis (org.). *Instituições nefandas. O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

¹¹⁵ *Ibidem*. Para diferentes interpretações sobre o movimento abolicionista, cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1987; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987; BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988; COSTA, Emília Viotti da Costa. *A abolição*. 4. ed. São Paulo: Global, 1988; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991; LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010; MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. São Paulo; Ática, 1988; MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986; QUEIROZ, Suelly R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982 e TOPLIN, Robert. T. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

Nesse ambiente, a legislação sobre o escravo começou a sofrer, principalmente a partir de 1880, um novo processo de discussões. Chegadas os debates ao Parlamento, este se dividiu entre uma parcela que articulava resistência às pressões abolicionistas, mostrando-se disposta a protelar ao máximo a extinção do trabalho escravo, encaminhando-a sob condições as menos prejudiciais para a classe senhorial, e os que percebiam a inevitabilidade do seu fim e o desejavam. Na medida em que o movimento abolicionista ganhava força, os constantes rearranjos na correlação de forças nas câmaras tornavam mais difícil distinguir claramente adesões partidárias contra ou a favor da abolição. Para completar o quadro, havia agora um elemento novo e poderoso: a crescente adesão popular ao movimento abolicionista, além da pressão dos próprios escravos. A aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 – cuja principal resolução foi a libertação dos filhos da mulher escrava – colocou, pela primeira vez, o fim da escravidão no horizonte da classe senhorial. É verdade que se tratava de um horizonte ainda distante, o que permitia que ela absorvesse o impacto e se adequasse às novas condições. Entretanto, o cenário começava a mudar.

Dantas e Saraiva: o abolicionismo chega ao Parlamento

Mesmo que, desde 1871, a extinção do trabalho escravo já se estivesse tornando uma realidade no horizonte dos dirigentes imperiais, no início da década de 1880, ainda não era consensual a necessidade de uma nova intervenção na questão e, muito menos, a melhor forma de encaminhá-la. Desde o final da década de 1870, havia começado fora das câmaras a campanha pela abolição total. O movimento abolicionista foi lentamente dominando a imprensa, os recintos fechados, como teatros e sociedades literárias e esportivas, e ganhando as ruas. Até então, os gabinetes liberais no poder desde 1878 haviam temporizado em face da questão. O imperador mantinha sua postura abolicionista, mas mostrava-se menos empenhado do que na ocasião da Lei do Ventre Livre. Diante da pressão crescente, ele decidiu agir.

Entre os liberais, pelo menos desde a criação do “novo partido liberal”, que se articulava a partir da crise de 1868, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre era levantada como uma de suas bandeiras. Propunha a conciliação entre os conservadores moderados e os liberais contra os conservadores arraigados, vermelhos ou *extremes*,

como eram chamados por opositores à época. Possuía uma ala “jovem”, que defendia reformas, entre elas a do elemento servil. Eram expressões dessa ala, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Dantas, cujo filho também fazia parte dessa ala, tinha bom trânsito entre eles. Daí por que os abolicionistas depositaram esperanças nele.¹¹⁶

Sem quebrar a regularidade do Partido Liberal no poder, em 1884, D. Pedro II procurou um dos seus chefes que se dispusesse a levar a questão às câmaras. Com promessa de apoio da Coroa, Manuel Pinto de Sousa Dantas, advogado baiano, e que já havia presidido a província da Bahia entre 1865 e 1866, aceitou a missão de montar o 28º gabinete do Império.

Dantas assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 6 de junho de 1884. A essa altura, a escravidão já era uma instituição condenada pela opinião pública e defendida ativamente apenas por uma pequena parcela da sociedade. Essa parcela, no entanto, estava longe de se dar por derrotada. A subida de Dantas ao poder foi, aparentemente, o reconhecimento do imperador de que, com a evolução do movimento pela abolição, alguma nova reforma concreta precisava ser feita, ainda que se apresentasse, ao final, tolhida ao máximo por escravocratas.

Com a finalidade de cumprir a tarefa de que fora encarregado, o senador não tardou em propor o projeto que levaria seu nome – o Projeto Dantas. Ele propunha que os escravos que alcançassem 60 anos fossem libertados *ipso facto* e obrigava os proprietários a sustentar os libertos que preferissem ficar na sua companhia em troca da prestação de serviços gratuitos. Os escravos transferidos de uma província para outra seriam libertados. Far-se-ia um novo registro nacional de escravos, e aqueles que não fossem registrados no prazo de um ano seriam considerados livres. Ele estabelecia os valores dos escravos em níveis mais baixos do que o projeto que seria posteriormente aprovado. Assim como a lei final, o Projeto Dantas previa, para aumentar o fundo de emancipação, uma sobretaxa em todas as formas de receita do governo, exceto os direitos de exportação. Nesse ponto, o diferencial do projeto original de Dantas era que o dinheiro arrecadado com essas taxas deveria ser totalmente utilizado na libertação de escravos. Na forma como esse item foi aprovado, ao invés de beneficiar os escravos, passou a atender,

¹¹⁶ Sobre o novo Partido Liberal, especificamente sobre as conferências que setores dele organizavam buscando angariar apoio, ver CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e Cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

primordialmente, os interesses dos proprietários. Da mesma forma, não havia no projeto original a cláusula que estipulava multas e a possibilidade de prisão, por até dois anos, para aquele que ajudasse ou abrigasse escravos fugitivos. Refletindo a importância que Dantas conferia ao estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas, o projeto estipulava que os libertos e os ingênuos viriam, eventualmente, a ser donos da terra em que trabalhavam. Por fim, o projeto previa, ainda, que cada escravo emancipado pelo fundo deveria permanecer regularmente empregado por cinco anos no município onde vivia, sob pena de multa, prisão ou trabalho forçado em obras públicas. Os contratos de serviço seriam legais, mas limitados a três anos. O governo central seria autorizado a criar colônias agrícolas para libertos e ingênuos que não encontrassem trabalho em estabelecimentos particulares.¹¹⁷

Do outro lado do jogo, entre os conservadores, a possibilidade de se iniciar a discussão de outra reforma na escravidão causava divergências. Paulino Soares de Sousa Filho, Domingos Andrade Figueira e Antônio Ferreira Viana, importantes lideranças do partido, encabeçavam a frente dos que, nesse momento, opunham-se a novas reformas referentes ao assunto. O primeiro entendia que qualquer plano nesse sentido deveria ser adiado, não importando quão amadurecido estivesse, e pôde contar com Andrade Figueira ao seu lado nesta luta até o fim. O mesmo não aconteceu com Ferreira Viana, que, apesar do inicial tom ameaçador em que acusava o imperador de conspirador e criminoso, mais tarde, em 1888, teria importante atuação na obra da abolição ao lado do conselheiro João Alfredo de Oliveira. Este, por sua vez, inicialmente, não admitia a libertação dos sexagenários sem indenização, passando, no decorrer do gabinete Cotegepe, para uma gradual adesão às medidas abolicionistas, que culminaria na sua escolha, pela princesa regente, para a chefia do gabinete posterior, e na tomada para si da responsabilidade pela extinção imediata do trabalho escravo.

Nesse momento, os liberais podiam ostentar certa continuidade no poder, que se iniciara em 1878, com o gabinete Sinimbu, e que coincidiu com o recrudescimento do movimento abolicionista, no qual depositavam grandes esperanças. No entanto, a postura liberal durante todo o Segundo Reinado, quando seus chefes não se mostraram capazes de implementar nenhuma das reformas que pregavam nos programas do partido, contribuiu para o fortalecimento de um sentimento de descrédito quanto à sua capacidade

¹¹⁷ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 260, 270-272.

de se apresentar como opção à política dos conservadores. Em se tratando daquela que era, em fins do século XIX, a principal questão social e política do Império, não foi diferente. Tanto que, segundo relato de Tobias Monteiro¹¹⁸, ainda em 1884, Dantas teria se empenhado em cooptar o apoio conservador, ou pelo menos de uma parcela do partido, para seu projeto de reforma da escravidão. De acordo com Monteiro, Dantas, imediatamente após organizar seu gabinete, teria procurado atrair a boa vontade de João Alfredo, então líder conservador em ascensão, para o projeto de libertação dos escravos sexagenários que pretendia propor. Certamente, a escolha de João Alfredo para candidato a aliado político não fora aleatória. Nessa ocasião, tendo integrado o gabinete responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre, o político pernambucano, apesar da pouca idade à época, já era tido como um herdeiro político do visconde do Rio Branco, responsável pela mais importante reforma da escravidão feita desde 1850, quando foi abolido o tráfico internacional de escravos.

De qualquer forma, apesar dos esforços empreendidos por Dantas, João Alfredo não parecia disposto a qualquer aliança com o partido de oposição. Para o conselheiro, a questão deveria ser resolvida nas urnas, sendo impossível ceder aos adversários liberais, sob o risco de cindir o Partido Conservador, que desejava encaminhar unido para a solução do problema. Um importante ponto a ser considerado é que, durante o gabinete Dantas, João Alfredo ainda não havia se decidido por um apoio incondicional à reforma da escravidão, considerando perigoso quebrar a garantia da propriedade escrava. De acordo com Monteiro, entre as soluções pensadas pelo estadista, figurava um empréstimo para garantir que fosse feito o pagamento de indenizações aos proprietários de escravos. Contudo, isso implicaria uma cifra de 70.000 ou 140.000 contos, valor muito alto e que assustava os demais políticos. Gradativamente, ele teria se convencido de que a lavoura só poderia ser ajudada por meios indiretos, e que os recursos de que precisava só assim poderiam e deveriam ser fornecidos.¹¹⁹

Com a insistência de Dantas em conquistar o apoio de João Alfredo para a reforma que intencionava encaminhar, D. Pedro II teria chamado o conservador para uma reunião no palácio de São Cristóvão. Tendo ele continuado a sustentar o impasse, negando categoricamente apoio a Dantas, o monarca teria começado a perder as esperanças de que fosse possível executar a reforma, já que não havia entendimento entre as lideranças dos

¹¹⁸ MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

¹¹⁹ Idem, p. 181.

dois partidos. No entanto, demonstrando grande agilidade política, João Alfredo teria se apressado em dizer que haveria um chefe capaz de cessar todas as divisões internas no Partido Conservador, e sob cujas ordens ele e Paulino de Sousa, líder da facção mais à direita e resistente a reformas do Partido Conservador, surgida com a crise de 1871, haveriam de reunir-se. Tratava-se de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. D. Pedro, vendo-se diante de questões internas ao partido, teria se limitado a dizer a João Alfredo que se entendesse com Cotegipe.¹²⁰ Para Manuel Correia de Andrade, a posição de João Alfredo, advogando a entrega do poder a um político mais conservador do que ele e defendendo uma parceria com um político declaradamente escravocrata, como o fluminense Paulino de Sousa, é compreensível, uma vez que lhe parecia, naquele momento, para que fosse possível fazer as tímidas reformas defendidas pelo imperador, ser necessário unir todas as correntes do Partido Conservador.¹²¹

O momento era propício para uma aliança conservadora com o objetivo de encaminhar a reforma. Em poucos dias seria celebrado o banquete anual em que se comemorava a data de 28 de setembro – dia da aprovação da Lei Rio Branco – por iniciativa do senador Manoel Francisco Correa¹²². Segundo consta, o barão de Cotegipe costumava ridicularizar essa cerimônia por seu caráter de culto à obra de 1871. No entanto, no ano de 1884, ele teria se comprometido a comparecer, havendo combinado previamente com João Alfredo uma declaração categórica acerca da questão do dia. Na hora dos discursos, parodiando uma frase de Thiers¹²³ em relação à Comuna de Paris, o velho político proclamou a impactante afirmativa, estremecendo o mundo político nacional: “O Partido Conservador quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil”.¹²⁴

Em resposta, João Alfredo o teria rapidamente coroado com autoridade incontestável, sagrando-o “pontífice magno da grei conservadora”, na intenção de mostrar que o partido acolhia como dogma as palavras do novo “lema”. Da frase de Cotegipe e da atitude de João Alfredo, fica claro que, para os conservadores, tratava-se de derrubar

¹²⁰ Idem, p. 182.

¹²¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988, p. 158.

¹²² Manoel Francisco Correia foi membro do Partido Conservador e integrou o gabinete Rio Branco à frente da pasta dos Negócios Estrangeiros.

¹²³ Thiers foi o dirigente francês encarregado de negociar a rendição aos alemães na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Depois, aliou-se a eles para esmagar a Comuna de Paris.

¹²⁴ MONTEIRO, Tobias. Op. cit., p. 183. Cf. *Anais do Senado Imperial*, 28 de agosto de 1885, p. 125.

a situação liberal e salvaguardar os interesses dos proprietários de escravos, introduzindo a questão da indenização aos proprietários. Isso acabou acontecendo posteriormente, com a adição, ao projeto originalmente proposto por Dantas, da cláusula de prestação de serviços dos escravos favorecidos com a nova lei até os 65 anos. A questão, no fundo, era de princípios: os abolicionistas aceitaram apoiar o projeto Dantas, apesar de seu caráter parcial, porque viam nele a oportunidade de libertar mais cativos, desferir um golpe nos escravistas e fazer avançar ainda mais uma atitude antiescravista na opinião pública; os conservadores, ao introduzir a cláusula da prestação de serviços, buscavam dar o passo de como a questão seria encaminhada, isto é, sem perdas para o direito de propriedade.

A nova diretriz teria sido recebida pelos demais conservadores como uma suprema heresia. Francisco Belisário Soares de Sousa, primo do conselheiro Paulino Soares de Sousa, não teria contido na intimidade a explosão da sua surpresa.¹²⁵ Para a parcela ultraconservadora que se articulava, parecia claro que os liberais não conseguiriam encaminhar a reforma e que seria questão de tempo a ascensão do Partido Conservador ao poder.

Ao ser apresentado à Câmara dos Deputados, o Projeto Dantas encontrou resistência estrondosa. Da mesma forma que, em 1871, foram profusos os ataques ao monarca. O projeto foi derrotado por 59 votos contra 52, e também foi negada confiança ao Ministério, tanto por conservadores quanto por liberais. No dia da votação, Dantas pediu formalmente que D. Pedro II fizesse uso do Poder Moderador para dissolver a Câmara. Tendo que enfrentar a escolha entre a Câmara anti-Dantas e o ministério Dantas, o imperador decidiu apoiar o último, indo contra o parecer do Conselho de Estado, contrário à dissolução, o que o fez crescer aos olhos dos abolicionistas.¹²⁶ A dissolução foi vã. Realizadas as eleições, a composição da nova Câmara teceu oposição ainda mais ferrenha ao projeto, e o governo continuou sendo minoritário em sua defesa.

Com a abertura da sessão especial da Assembleia Geral em março de 1885, os debates em torno da questão da indenização ditaram o ritmo das discussões sobre o projeto. Após calorosos embates, a nova Câmara, mais independente do governo e mais distante da opinião nacional, derrotou novamente o gabinete, agora pela estreita maioria de 52 votos a 50. A fim de salvar seu governo, Dantas apelou novamente para D. Pedro II, pedindo-lhe novo ato dissolutivo. Dessa vez, o imperador aceitou a opinião expressa

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

nas recentes votações. Tendo caído o gabinete Dantas, o monarca chamou ao poder um liberal menos comprometido com a reforma da escravidão, e que representava mais a opinião prevalente na Câmara. A intenção era que ele pudesse formar um novo ministério e tornar o Projeto Dantas mais aceitável para conservadores e liberais dissidentes.

Tratava-se de José Antônio Saraiva. Em 1880, como presidente do Conselho, o chefe liberal já havia encaminhado a Reforma Eleitoral, promulgada em 1881. Dessa vez, aceitou assumir a responsabilidade de montar novo gabinete e conseguir a aprovação do projeto na Câmara e no Senado. Apesar de o Partido Liberal contar com maioria na Câmara dos Deputados, a opinião de que era preciso encaminhar a reforma do elemento servil não era consensual entre seus membros. A proposta de Dantas provocou uma grave divisão no partido, que pode ser comparada à resultante da crise provocada pela inversão de gabinete em 1868, fato que provocou a adesão de uma expressiva parcela de seus integrantes como signatária do Manifesto Republicano, e como integrante do Partido Republicano, fundado em 1870.¹²⁷

Na ala conservadora, em reunião presidida por Paulino Soares de Sousa e João Alfredo, deliberou-se, contra o voto de Andrade Figueira, apoiar o projeto de libertação dos sexagenários e encarregar Antônio Prado de liderar a minoria do partido na Câmara dos Deputados, sob a importante condição de que defendesse a cláusula da prestação de serviços até os 65 anos de idade.¹²⁸

O novo presidente do Conselho de Ministros, que, ao ocupar o mesmo cargo, anteriormente, havia sido contrário a qualquer reforma referente à escravidão, informou na Assembleia que insistiria em que a libertação dos escravos fosse iniciada o mais rapidamente possível. Para tanto, fez que o Projeto Dantas fosse revisto e corrigido radicalmente, ao ponto de que, quando reapresentado à Câmara, fosse recebido com entusiasmo por seus antigos opositores. Para conseguir a aprovação do projeto, Saraiva o descaracterizou, acrescentando cinco anos de trabalho aos quais estariam sujeitos os sexagenários a título de indenização aos proprietários – para gáudio dos conservadores – e garantindo o princípio da indenização.

Mesmo assim, a oposição ao projeto foi forte. Liberais e abolicionistas o acusaram de barrar uma reforma mais radical. Os críticos atacavam aspectos específicos da

¹²⁷ Cf. BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

¹²⁸ MONTEIRO, Tobias. Op. cit.

legislação. Questionavam as razões que justificassem um imposto aplicado a todos os cidadãos para ajudar a emancipar escravos, e que tinha por fim favorecer um número muito pequeno de fazendeiros abastados. Os abolicionistas, por sua vez, revoltaram-se com o parágrafo que tornava crime dar asilo a escravo fugido e não se cansaram de criticar a nova tabela de preços para a libertação de escravos por meio do fundo de emancipação.¹²⁹

Ainda que mais discretas do que em 1871, as diferenças regionais em relação à escravidão também apareceram em 1885. As mais significativas foram as que começaram a se desenvolver entre Rio de Janeiro e São Paulo, resultantes da diferença de situação econômica entre as duas regiões. Com o café em expansão, São Paulo já atraía alguns imigrantes europeus. Mesmo não sendo, ainda, mais rica que a província do Rio de Janeiro, a região vinha ganhando projeção econômica. Enquanto grande parte da cafeicultura fluminense, embora não toda, estava estagnada ou em decadência, a província paulista se encontrava melhor preparada para aceitar a emancipação dos escravos sem indenização, ou mesmo a abolição imediata. No debate de 1885, representantes de ambos os lados encontraram-se na linha de frente da defesa da escravidão, porém, os paulistas mostraram melhor disposição em aceitar a lei do que os representantes do Rio de Janeiro.¹³⁰

A lei de 1885 desmobilizou o abolicionismo por um breve período, mas em pouco tempo o movimento reapareceu com força. De acordo com Robert Conrad, com ela, o abolicionismo provincial, tão eficaz no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, foi detido e regrediu, talvez resultado dos preços máximos dos escravos estabelecidos pela lei, muito mais elevados do que os que os abolicionistas podiam pagar em suas campanhas de emancipação. Contudo, o fator principal foi a derrota moral e o descrédito de uma política de pressões via parlamento. A derrota fortaleceu os mais radicais e radicalizou os moderados.

Essa regressão, no entanto, foi parcial e curta. Pouco depois da promulgação da lei, a imprensa abolicionista renovou seus ataques, denunciando a aliança da Coroa com os interesses da escravatura e criticando a ameaça aos abolicionistas contida na cláusula sobre escravos fugidos.¹³¹

¹²⁹ CONRAD, Robert. Op. cit.

¹³⁰ Idem, p. 277.

¹³¹ Idem, p. 281.

O projeto Saraiva criou um alinhamento totalmente diferente na Câmara dos Deputados. Ao contrário de Dantas, que sofrera oposição da maioria dos conservadores, Saraiva teve apoio da maior parte dos membros do partido oposicionista. Dois pequenos grupos conservadores se opuseram a Saraiva. Incluíam alguns dos que rejeitavam qualquer mudança nas leis que governavam a escravatura – Andrade Figueira, da província do Rio de Janeiro, e Barros Cobra, de Minas Gerais, por exemplo – e uma facção conservadora um pouco maior, predominantemente das províncias do Norte, que considerava o projeto demasiadamente moderado. A maioria dos dissidentes liberais que tinha se oposto a Dantas apoiou Saraiva, enquanto os abolicionistas formaram uma facção antigovernamental, nova e mais ampla dentro do Partido Liberal.¹³²

Contudo, uma vez conseguida a aprovação, os partidos voltaram às suas respectivas fileiras e era o Liberal que estava enfraquecido. A divisão nesse partido, causada pelo encaminhamento do projeto de libertação dos sexagenários, havia tornado essencial o apoio da minoria conservadora para que Saraiva conseguisse aprová-lo na Câmara. Apostando ser impossível reconquistar o apoio da maioria do seu partido, em agosto de 1885, Saraiva reuniu seus ministros para deliberar se, sem apoio, e sob o risco de um voto de desconfiança na Câmara, deveriam continuar à frente do Conselho de Ministros.

Em 15 de agosto, Saraiva entregou ao imperador o pedido de demissão do Ministério, sem indicar seu sucessor, como era de praxe nessas ocasiões. O imperador, então, consultou os presidentes das duas Câmaras e decidiu convidar para formar o novo gabinete o antigo ministro dos Estrangeiros do gabinete Saraiva, João Lustosa da Cunha, o marquês de Paranaguá, que recusou o convite por solidariedade aos colegas demissionários. Os liberais acreditavam que o estado da Câmara não permitia a formação de um ministério forte. Ouvindo novamente os presidentes das duas casas, D. Pedro decidiu indicar o barão de Cotegipe para o cargo. Cotegipe aceitou o convite e declarou ao Parlamento que se empenharia para que o Projeto Saraiva fosse aprovado de vez, o que significava conseguir sua aprovação no Senado, mais conservador. Para desespero dos liberais radicais, foi sob a liderança de um representante da ala mais conservadora dos conservadores – que tinha o apoio de muitos liberais moderados – que o projeto foi

¹³² Idem, p. 273.

aprovado rapidamente, sem emendas, pelo Senado, a tempo de o imperador poder sancioná-lo no décimo quarto aniversário da Lei Rio Branco.

A ascensão de Cotegipe e a aprovação da Lei de 1885

Em 20 de agosto de 1885, subiu ao poder o gabinete Cotegipe. Após a articulação conservadora de 1884, o político baiano teve que esperar por quase um ano o convite do imperador. O trigésimo gabinete imperial imediatamente precisou encaminhar a reforma que os dois gabinetes liberais antecessores haviam fracassado em implementar.

Ao contrário do desejado por João Alfredo àquela época, Paulino Soares de Sousa não participou da composição do Ministério. Surpreendentemente, quem o substituiu na pasta da Fazenda foi seu primo Francisco Belisário Soares de Sousa, que, de acordo com Tobias Monteiro e como já foi referido, teria ficado chocado com as declarações feitas por Cotegipe em 1884 em favor da reforma.¹³³ Por conta da recusa de Paulino a integrar o gabinete, João Alfredo teria resolvido também não participar do ministério. No entanto, após insistentes pedidos de Cotegipe, ele teria concordado que, para demonstrar que o apoiava, aceitaria a presidência da província de São Paulo, que lhe foi concedida.¹³⁴

Na ocasião, Cotegipe resgatava o poder para os conservadores sob uma atmosfera de grave crise. Não somente no âmbito da hegemonia política da classe senhorial o regime enfrentava tempos difíceis. Também no âmbito da política imediata, o gabinete surgia sob forte reação liberal. Com a saída de Saraiva e a recusa do imperador em chamar ao poder um chefe liberal disposto a aceitá-lo, estaria D. Pedro II convencido de que a reforma não poderia, e não deveria, àquela altura, ser encaminhada pelos liberais? De fato, à custa da divisão do seu partido e da total dependência do apoio conservador, Saraiva havia

¹³³ Na composição do gabinete Cotegipe, a pasta do Império foi ocupada por Ambrósio Leitão da Cunha, barão de Mamoré, substituído por Manuel do Nascimento Machado Portela em 21 de julho de 1887, e por Cotegipe, interinamente, em 19 de setembro de 1887. A pasta da Justiça foi ocupada por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, substituído por Samuel Wallace MacDowell em 10 de maio de 1887. A pasta de Estrangeiros foi ocupada pelo próprio Cotegipe, enquanto na da Fazenda esteve Francisco Belisário. A da Marinha foi ocupada por Alfredo Chaves, substituído em 12 de junho de 1886 por MacDowell, que, por sua vez, foi substituído por Carlos Frederico Castrioto em 10 de maio de 1887. A pasta da Guerra coube a João José de Oliveira Junqueira, substituído por Alfredo Chaves no período de 12 de junho de 1886 a 12 de fevereiro de 1887, quando Joaquim Delfino Ribeiro da Luz assumiu o cargo interinamente, tornando-se efetivo em 10 de maio de 1887. Por último, na pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas esteve Antônio da Silva Prado, substituído por Rodrigo Augusto da Silva em 10 de maio de 1887. Cf. TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

¹³⁴ MONTEIRO, Tobias. Op. cit., p. 168.

conseguido, a duras penas, aprovar o projeto na Câmara dos Deputados. No entanto, ficara a impressão de que os liberais não eram capazes de sustentar a situação com suas próprias forças. No Senado, uma casa mais conservadora, tudo indicava que a tarefa seria ainda mais árdua.

Percebendo que o momento era delicado, não só pela ameaça do movimento abolicionista à ordem, mas também pela pressão dos dirigentes do regime no sentido da defesa dos seus interesses econômicos, D. Pedro II optou por delegar a responsabilidade pela superação da crise ao então partido de oposição, o Conservador, por meio da escolha de um dirigente capaz de, ao mesmo tempo, conciliar e atacar. E esse papel Cotegipe desempenharia com maestria, até que a mudança da postura da princesa regente, que assumiria o trono por conta da viagem do imperador em 1886, privasse-o do total apoio da Coroa em fins de 1887.

Por um lado, como vimos, Cotegipe negociou a aprovação da lei de 1885. Por outro, buscou obstar o movimento abolicionista, limitando o seu alcance e agindo de acordo com os interesses da classe dominante. O barão dava início a uma guerra, cujo objetivo era garantir que a obra iniciada por Dantas fosse rapidamente concluída e executada nos moldes e sob o comando de uma parcela específica dos conservadores, mesmo que isso significasse que a garantia da ordem precisaria ser imposta pela força.

Já nos primeiros dias do seu gabinete, as reações vieram de todos os lados. De acordo com Tobias Monteiro, o chefe do Partido Conservador apresentou-se na Câmara cerrado como uma muralha, dando a entender que bastava de concessões à corrente opositora. Em sua apresentação a essa casa, os liberais, já novamente unidos em consequência da perda do poder para os conservadores, receberam-no como intruso. Segundo Monteiro,

Gritavam “dissolva-nos” de todos os lados. Em resposta, o velho chefe conservador, sorrindo de bom humor, tirava os grandes óculos de tartaruga e fitava os adversários em atitude conciliatória: “Para que dissolvê-los, se eu quero viver com os senhores!”. Era admirável de graça, de ironia, de prontidão nas suas réplicas, aquele velho de mais de setenta anos, que espalhava na efervescência daquelas paixões a frescura de sua calma imperturbável.”¹³⁵

Imediatamente, a Câmara, de maioria liberal, negou sua confiança ao novo gabinete. Em 27 de agosto de 1885, o imperador reuniu o Conselho de Estado a fim de examinar o pedido de dissolução daquela casa, apresentado por Cotegipe. Na sessão, o

¹³⁵ Idem, p. 168.

requerimento foi aprovado, tendo podido contar, entre os votos favoráveis, com o apoio do visconde de Paranaguá, que justificou sua posição dizendo acreditar que a maioria liberal não seria forte o bastante para encaminhar a reforma do elemento servil.¹³⁶

Na ocasião, Paulino Soares de Sousa declarou que, independentemente de alguns poucos votos de oposição de conservadores na Câmara, em relação à necessidade da aprovação da reforma, o Partido Conservador caminhava unido. Segundo ele, alguns senadores liberais haviam se manifestado no sentido de que era necessária a aprovação da reforma ainda naquele ano. Para o conselheiro, aqueles que ainda esboçavam resistência veriam, inevitavelmente, suas linhas de defesa se restringirem. Naquele momento, seria urgente restabelecer a serenidade do estado público, perturbada pelo movimento abolicionista, independentemente das ameaças pessoais que as medidas reformistas oferecessem aos fazendeiros. Em relação a estes, Paulino afirmou:

“Os produtores deste país vivem na incerteza do dia de amanhã, não sabem com que elementos de trabalhos contam, nem até onde ser-lhes-á restringido o direito de uma propriedade, de que dimana a riqueza única do Brasil, consideram-se desprotegidos dos poderes públicos, precisam, antes de tudo, ter uma lei em que vivam para voltarem à segurança de ânimo indispensável a quem trabalha.”¹³⁷

No Senado, o rumo dos acontecimentos motivou críticas ferozes dos liberais à Coroa, em especial por parte do senador Silveira Martins, representante do Rio Grande do Sul. Por ocasião da apresentação do gabinete, o senador denunciou o fato de que, segundo o sistema representativo, o primeiro inspirador na decisão do imperador na escolha de um novo chefe de gabinete deveria sempre ser a maioria na Câmara dos Deputados, e que o monarca não poderia governar de acordo com a vontade da nação escolhendo o ministério entre os representantes da minoria. Exaltado, chegou a dizer em seu discurso que o país era então governado por um “velho cansado”. Afirmou que a escolha dos conservadores, sob a justificativa de que não haveria um chefe liberal capaz de assumir o poder naquele momento, teria sido uma farsa. Julgava incompreensível o convite do monarca ao antigo ministro dos Estrangeiros do gabinete Saraiva, o visconde de Paranaguá, uma vez que, segundo o senador, ele encontraria as mesmas, ou ainda maiores, dificuldades que o gabinete demissionário. De acordo com o senador, Paranaguá, evidentemente, teria sido chamado para não aceitar o cargo. A dissolução da

¹³⁶ *Atas do Conselho de Estado*, 27 de agosto de 1885.

¹³⁷ *Ibidem*.

Câmara dos Deputados, que Silveira Martins já previa que seria pedida, segundo ele, deveria constituir somente um meio de resolver conflitos entre a Câmara e o Executivo, e não uma forma de despedir a Câmara quando a minoria fosse feita Ministério.¹³⁸

Sob a liderança de Cotegipe e de seu ministro da Agricultura, Antônio Prado, teve início a ofensiva para fazer que fosse aprovado o projeto. O gabinete lutava contra o relógio, tentando impedir mudanças que fizessem o projeto precisar voltar para nova votação na Câmara, o que dificultaria e retardaria a sua aprovação.

Por ocasião da apresentação dos novos ministros ao Senado, Cotegipe declarou que seu gabinete tinha como principal objetivo a aprovação do orçamento e do projeto de reforma da escravidão. Poucando palavras, o dirigente não emitiu nenhuma opinião sobre o projeto, não se colocando nem contra e nem a favor dos termos da proposta. No decorrer das discussões, em seus discursos, o barão se limitava a afirmar que a reforma era de extrema necessidade e que somente ela poderia manter a ordem, evitando a total anarquia. A falta de uma posição oficial, clara e partidária do Ministério ensejava questionamentos no Senado, dos quais o barão procurava se esquivar, a fim de não criar nenhuma dificuldade no encaminhamento da reforma.¹³⁹

De acordo com o senador liberal Cristiano Ottoni¹⁴⁰, essa postura do gabinete se explicaria pelo fato de o Partido Conservador estar tão ou mais dividido que o Liberal, não podendo contar com sua força máxima no encaminhamento da reforma. Independentemente da retórica política, Ottoni chamava atenção para um ponto de fato importante. Havia uma significativa divergência em meio a importantes lideranças conservadoras. Ao contrário do que Paulino Soares de Sousa havia afirmado durante reunião do Conselho de Estado, seu partido não caminhava unido. No que dizia respeito à forma de trabalho, Andrade Figueira era contra toda e qualquer mudança referente à escravidão, tendo mesmo afirmado que, se pudesse revogar a Lei de 28 de setembro, entregaria todos os ingênuos aos senhores de suas mães.¹⁴¹ Paulino aceitava a Lei do Ventre Livre, argumentando que a missão do Partido Conservador seria a resistência e mais nada, apenas a garantia do *status quo*. João Alfredo, em 1885, iria um pouco além, querendo desenvolver a lei de 28 de setembro nos seus moldes, o que significaria, principalmente, garantir o princípio da indenização. O visconde de Taunay – que, no

¹³⁸ *Anais do Senado Imperial*, 24 de agosto de 1885.

¹³⁹ *Anais do Senado Imperial*, 1885.

¹⁴⁰ *Anais do Senado Imperial*, 28 de agosto de 1885.

¹⁴¹ *Ibidem*.

Partido Conservador, não possuía a mesma importância dos nomes citados – era imigrantista e, assim como outros conservadores, seria mais simpático à abolição. Dessa forma, o Partido Conservador tinha em seu seio todos os matizes, desde o desejo, ou ao menos a afinidade com as ideias e iniciativas abolicionistas, à mais genuína vontade de perpetuar a escravidão. Para Ottoni, estando no centro das divergências, Cotegipe teria julgado conveniente não emitir opinião, mesmo já havendo declarado que o Partido Conservador poderia, deveria e querer fazer a abolição.¹⁴²

De fato, quanto à divisão do partido, a recusa de João Alfredo a integrar o ministério de Cotegipe parece sintomática. A não inclusão de Paulino Soares de Souza, como havia sido anteriormente acertado, poderia ter sido a causa de sua recusa, ou apenas um pretexto para não participar do ministério. É possível que, um ano após os acontecimentos relatados, João Alfredo tenha compreendido que Cotegipe era muito conservador para encarar o problema servil nos níveis então necessários. Sua posição não teria evoluído, como vinha acontecendo com o próprio João Alfredo, e como aconteceria, mais adiante, com Antônio Prado. De qualquer forma, os cuidados de João Alfredo foram tantos que o fizeram permanecer no governo da província de São Paulo até abril de 1886, quando abdicou do cargo alegando a necessidade de participar dos trabalhos no Senado.¹⁴³ Fica a pergunta: seriam esses trabalhos mais importantes do que a administração da província mais rica do Império, ou será que, voltando ele ao Senado, e fazendo uma discreta oposição a Cotegipe, não se credenciaria a seu sucessor na Presidência do Conselho de Ministros? Talvez já percebesse que, no caso da queda de Cotegipe, poderia ser chamado a organizar o Ministério e a fazer a grande reforma que imortalizaria seu nome. É importante que especulações desse tipo, em análises posteriores aos fatos, sejam matizadas, uma vez que se tratava de uma conjuntura de crise, em que, também por causa da rapidez dos prazos em que os acontecimentos se desenrolavam, os eventos muitas vezes se atropelavam, não necessariamente respeitando uma lógica única e contínua. Seja como for, quando Cotegipe caiu, João Alfredo foi chamado a sucedê-lo.

Após muitas reclamações, o barão de Cotegipe e seu ministro da Agricultura resolveram se pronunciar oficialmente no Senado. Em 1º de setembro de 1885, Cotegipe disse que, após muita meditação sobre a questão que então abalava o país, achava mais acertado, e mais conveniente aos interesses públicos, que o projeto fosse aprovado tal

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ MONTEIRO, Tobias. *Op. cit.*, p. 168.

qual viera da Câmara, ainda que não pudesse fazer nada para impedir que o Senado o emendasse. Disse que a postura adotada pelo gabinete se justificava pela gravidade da questão, que já havia derrubado outros dois gabinetes, dissolvido duas Câmaras dos Deputados e provocado forte oposição na casa. Emendar o projeto traria riscos para sua aprovação.¹⁴⁴

Após dezessete meses de controvérsias e debates inflamados, e pouco mais de um mês após a ascensão de Cotegipe, em 28 de setembro de 1885 surgiu, sob a denominação de Lei Saraiva-Cotegipe, uma lei retrógrada em relação às expectativas abolicionistas, sancionada por pressão de uma poderosa facção escravocrata na Assembleia, no 14º aniversário da Lei Rio Branco. Como distorção do projeto original, proposto por Manuel de Sousa Dantas quando chefe do gabinete, a nova versão foi aceita e elogiada pelos representantes pró-escravatura e condenada pelos abolicionistas. Todavia, alterou a correlação de forças, imobilizando, praticamente, o movimento pela abolição no final de 1885 e início de 1886, antes de sua arrancada até a Lei Áurea.¹⁴⁵

Afirmar que o processo de abolição da escravidão esteve no epicentro da crise da monarquia brasileira já é consensual. De qualquer maneira, cabem ainda algumas considerações acerca da sua influência na percepção que os dirigentes do regime desenvolveram sobre o assunto.

Sendo a crise da mão de obra escrava o eixo da questão, os dois principais marcos que conduziram a sua percepção foram de natureza legislativa. Eles acompanham os anos de aprovação das duas leis que antecederam a completa libertação dos escravos: 1871, ano de aprovação da Lei Rio Branco, também conhecida como Lei do Ventre Livre, e 1885, com a Lei Saraiva-Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários. Para além do caráter preventivo da iniciativa em 1871 e da preocupação em se antecipar aos riscos de revoltas escravas incentivadas pela conjuntura internacional antiescravista, o processo de emancipação da massa de cativos no Brasil tinha em seu horizonte a formação de um mercado de trabalho livre que, de imediato, passaria pela manutenção da ligação dos futuros ex-escravos com a terra. Tratava-se de um duplo movimento: fixar os cativos na lavoura, preferencialmente junto a seus antigos senhores, significava, por um lado,

¹⁴⁴ *Anais do Senado Imperial*, 1 de setembro de 1885, p. 13.

¹⁴⁵ CONRAD, Robert. Op. cit., p. 256.

garantir a ordem pública, através da continuidade da vigilância daqueles que não haviam sido educados para a liberdade. Por outro lado, seria uma forma controlada de resolução do problema da mão de obra no Brasil, evitando o colapso da agricultura. Fazer a transição do sistema escravista para o de contratação passava, necessariamente, por treinar, disciplinar e controlar a força de trabalho envolvida nessa mudança.¹⁴⁶

Essas diretrizes, colocadas oficialmente na ordem do dia a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre, marcam uma relação de continuidade entre as leis de 1871 e 1885, na qual a Lei dos Sexagenários pode ser entendida na perspectiva do controle da força de trabalho, assim como em relação à estratégia mais geral de desescravização. Duas questões seriam decisivas para a sua análise: primeiro, ela estaria de acordo com, e derivaria da estratégia de estender a escravidão, estabelecida em 1871; segundo, 1871 e 1885 representariam situações diferentes, cujo principal diferencial seria o papel dos escravos, que agora pressionavam mais decisivamente por mudanças e soluções rápidas.¹⁴⁷ Ao mesmo tempo, 1885 marcou o último momento em que os conservadores caminharam unidos. Para uma parcela cada vez mais significativa da sociedade – e dos conservadores – a Lei dos Sexagenários foi a última aposta na capacidade do regime de equacionar a questão. Tendo os abolicionistas se enfraquecido por pouco tempo, a solução na qual o Império apostara suas fichas, e que representava o último cartucho pró-abolição que os conservadores mais emperrados estavam dispostos a queimar, despertou, principalmente numa parcela progressista paulista, o sentimento de que monarquia e desenvolvimento eram diretamente antagônicos.

Naquele ano, a escala em que se encontravam os protestos e abalos por toda a sociedade indicava que a tática adotada a partir de 1871 – a emancipação lenta e gradual – não poderia mais ser mantida.

Pela primeira vez no Brasil, um movimento social unificava diferentes setores da população no apoio a uma causa que dividia a classe dominante e dirigente. Entretanto, a capacidade mobilizadora do movimento abolicionista não afetou a estratégia da cúpula dirigente, e a reforma aprovada em 1885 continuou seguindo a linha de ação iniciada em 1871, a da emancipação gradual e controlada do processo de abolição. Enquanto em 1871

¹⁴⁶ GEBARA, Ademir. Evolução da legislação civil e o problema da indenização. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

¹⁴⁷ Idem, p. 90.

a estratégia foi bem-sucedida, isto é, protelou a resolução final da questão, em 1885, ela pôs lenha na fogueira. O movimento abolicionista voltou com redobrada força, apoio e radicalização. Para que os proprietários pudessem se preparar para lidar melhor com a crise da mão de obra, seria necessário não apenas atrair novos trabalhadores, como também adaptar os já existentes às novas condições criadas no processo de transição. Essas mudanças deveriam ser conseguidas sem abalos no sistema produtivo e na ordem política.

Acontece que, face às pressões agora existentes, estabeleceu-se uma clara diferenciação de perspectivas. De um lado, havia o grupo dominante, ao nível do Parlamento e do sistema jurídico, pretendendo dar continuidade ao seu projeto de desescravização. Por outro lado, com a emergência de pressões por parte do movimento abolicionista e com o desenvolvimento de forças de protesto e rebelião dos escravos, o processo final de transição começava a ser marcado por turbulências e temores, especialmente porque a generalização das atitudes de resistência e de rebelião dos escravos colocava em risco todo um conjunto jurídico, articulado com o objetivo de organizar e controlar a formação do mercado de trabalho livre¹⁴⁸ no Brasil.¹⁴⁹ A emergência da questão política colocada pelo movimento abolicionista foi o eixo do problema, dividindo profundamente a classe dominante. A própria lei de 1885, diferentemente da de 1871, que não reagia a qualquer pressão direta, mas apenas à antecipação de problemas que poderiam sobrevir no futuro, é uma resposta ao movimento abolicionista. A questão é política, com direta influência na queda do regime. Sua chave explicativa se encontra na relação entre a crise da hegemonia da classe senhorial, deflagrada em 1871, e as crises políticas da década de 1880 – em especial o recrudescimento do movimento abolicionista, mas também a Questão Militar, que conduziu ao golpe de 15 de novembro.

A crise de hegemonia, de classe, não se abre apenas quando o horizonte de fim do trabalho escravo é colocado. Ela é condição necessária, mas não suficiente para entender o processo. A crise de hegemonia política, isto é, a perda da capacidade de dirigir o processo político e de garantir a unidade dos grupos dominantes, é o que é decisivo. Essa crise, tal como ela aconteceu e não como poderia ter acontecido, foi deflagrada pelo

¹⁴⁸ O termo “trabalho livre” está sendo usado genericamente em contraposição à noção de trabalho escravo. Por trabalho livre, podem-se entender diferentes formas de trabalho, como assalariado, em parceria e em regime de colonato.

¹⁴⁹ GEBARA, Ademir. Op. cit., p. 92.

movimento abolicionista e por sua capacidade de mobilização e aglutinação dos grupos sociais subalternos, inclusive e principalmente, mas não exclusivamente, os escravos. Teriam os republicanos conseguido derrubar a monarquia se a abolição tivesse sido encaminhada de forma mais dilatada no tempo e mais pacificamente? Talvez, mas não foi o que aconteceu. Se assim tivesse sido, poderíamos falar de uma lenta transição hegemônica, da Bacia do Paraíba para São Paulo (o que, de resto, também poderia ser uma possibilidade com a monarquia). É fato que, depois do 13 de Maio e da proclamação da República, houve uma recomposição entre os diferentes setores dominantes, agora com os antigos senhores do Vale em situação de decadência.

Quando as crises políticas encontram a crise hegemônica

A crise do Império foi uma crise orgânica iniciada em 1871 com a aprovação da Lei do Ventre Livre, que, pela primeira vez na história do Império, colocou num horizonte próximo o fim da escravidão, sustentáculo do regime. No entanto, seus efeitos só começaram a surgir quando, já na década de 1880, uma série de crises políticas – a radicalização do movimento abolicionista, a Questão Militar e a emancipação dos escravos em São Paulo – se somaram ao processo iniciado em 1871. A partir desse momento, o papel dos dirigentes, que até então vinha sendo o de se antecipar aos desdobramentos da crise internacional do sistema escravista, passa a ser o de efetivamente dirigir o processo, que atinge seu ápice com a explosão do movimento abolicionista. O encaminhamento desse processo, e a busca pelo antídoto eficaz para o mal que afligia a classe dominante dos proprietários de escravos, passa a ser responsabilidade direta, a partir de 1885, do barão de Cotegipe, que, para tanto, pôde naquele momento contar com o apoio de Antônio Prado na pasta da fazenda.

Execução e interpretações da Lei de 1885 – O “Regulamento Negro”

Pouco tempo após a aprovação da lei, com o recrudescimento do movimento abolicionista, que não se contentou com os termos da nova legislação, Cotegipe esqueceu as palavras de 1884 e assumiu o papel de organizador da resistência à abolição imediata. Daí por diante, todo o período do seu gabinete foi uma época de reação e repressão.

Não é possível avaliar com certeza o real alcance de suas palavras quando afirmou, em 1884, que o Partido Conservador queria, poderia e deveria encaminhar a reforma da escravidão. Uma coisa, entretanto, é indiscutível: o barão que assumiu o gabinete em 1885 estava longe de ser abolicionista. Sua disposição se limitava a terminar o trabalho que os liberais haviam começado com Dantas, acreditando ser essa a única forma de impedir que os acontecimentos fugissem ao controle e à ordem. Pouco tempo depois, não hesitou em chamar para si a responsabilidade de frear qualquer medida que considerasse prejudicial à lavoura e aos proprietários de escravos. Para ele, encaminhar a reforma da escravidão significava aprovar a Lei dos Sexagenários, com todas as cláusulas impostas pelos escravocratas, e continuar fiando-se no Fundo de Emancipação, nas alforrias privadas e no curso da Lei do Ventre Livre. Talvez sua avaliação fosse a de que bastava isso para sossegar os ânimos. Ou, simplesmente, ele trabalhava com a ideia de ir levando a situação e ceder novamente só quando não houvesse mais saída.

Os termos da nova lei não foram capazes de satisfazer àqueles que haviam escolhido o abolicionismo como causa e, em pouco tempo, pareceu inflamar ainda mais o movimento. A atitude pró-escravista do ministério Cotegipe – aparente na sua interpretação e execução da nova lei – só fez aumentar e tornar mais poderoso o movimento abolicionista. Sob a direção de Antônio Prado, a lei foi aplicada sem muita preocupação com a opinião pública contrária. A cada nova medida, ficava mais clara a intenção de favorecer os interesses dos proprietários de escravos.

A partir de novembro de 1885, uma série de agressivas interpretações e releituras da Lei Saraiva-Cotegipe começou a ser posta em prática sob a direção de Prado. Em 4 de novembro de 1885, regras acerca do novo registro de escravos passaram a não exigir informações sobre as famílias dos cativos a serem matriculados, o que implicava que os libertos não teriam meios de provar sua liberdade. Prado também enviou instruções aos presidentes das províncias do Amazonas e do Pará, ordenando-lhes que realizassem os registros de escravos nas suas regiões conforme determinava a Lei Saraiva-Cotegipe. De acordo com Robert Conrad, essa ordem foi interpretada pelos abolicionistas como uma tentativa de extensão do sistema de escravatura a áreas onde ele já havia sido considerado permanentemente eliminado.¹⁵⁰

¹⁵⁰ CONRAD, Robert. Op. cit.

No entanto, muito mais incisivos foram os regulamentos emitidos em 12 de junho de 1886, apelidados de “Regulamento Negro” por abolicionistas indignados. Boa parte dessas diretrizes serviu para salientar o caráter retrógrado da lei. Duas cláusulas, no entanto, chamaram atenção em especial. A primeira ampliava a vida da escravidão em mais um ano, ao estabelecer que as diminuições anuais dos valores dos escravos só começariam a contar a partir da data do registro dos cativos, na forma em que ainda estava por ser realizado, e não da data da lei. A segunda dizia respeito ao comércio interprovincial de escravos. De acordo com a lei, os escravos enviados de uma província para outra seriam considerados livres. Mas, de acordo com Antônio Prado, o Município Neutro, no que se referisse à implementação dessa cláusula, seria considerado parte da província do Rio de Janeiro.¹⁵¹ Dessa forma, quase trinta mil escravos do Município Neutro passaram a poder cruzar a fronteira em direção a uma área onde persistia a procura por escravos.¹⁵²

O novo decreto de Prado também regulava uma das mais criticadas partes da lei Saraiva-Cotegipe. Referindo-se à cláusula sobre escravos fugitivos, a diretriz declarava que o castigo para “furto” (até dois anos de prisão) seria aplicado a qualquer pessoa que conscientemente escondesse, empregasse ou aceitasse em sua casa ou estabelecimento um escravo fugido. A população teria a obrigação de informar sobre escravos fugitivos ao juiz local ou inspetor de polícia no prazo de quinze dias. O descumprimento da lei poderia implicar pena de prisão.

Tudo isso fez que o movimento abolicionista, menos articulado desde a aprovação da libertação dos sexagenários, reacendesse como um vulcão em erupção. A fim de protestar contra o “Regulamento Negro”, em especial contra a medida relativa aos escravos do Município Neutro, mais de duas mil pessoas reuniram-se no Teatro Polytheama, no Centro do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1886. A vitória de José do Patrocínio numa corrida eleitoral para vereador na capital, apenas dois dias antes, ofereceu mais provas de que o “Regulamento Negro” havia fortalecido e revitalizado o movimento pela abolição.¹⁵³

Evidência disso foi uma das maiores conquistas do movimento abolicionista nos meses finais de 1886, quando foi aprovada a revogação das partes das várias leis

¹⁵¹ A capital do Império não pertencia, política e administrativamente, à província do Rio de Janeiro desde o Ato Adicional de 1834.

¹⁵² CONRAD, Robert. Op. cit., p. 284.

¹⁵³ Idem, p. 286.

brasileiras que permitiam os açoites como castigo para escravos em estabelecimento público. A medida foi motivada pela morte de dois dos quatro escravos condenados a trezentos açoites por um júri em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. Apesar de incidentes assim serem comuns, este, em particular, foi discutido por Joaquim Nabuco em *O Paiz*, fazendo que a história repercutisse em outros jornais e dentre a população. O caso foi levado ao Senado por Dantas, instaurando-se um intenso debate. Mesmo sob a alegação de que abolir os açoites era o mesmo que abolir a escravidão, pois acabaria com um eficiente mecanismo de controle dos cativos, a Assembleia Geral, mobilizada pelos argumentos de ilustres, e até mesmo surpreendentes, nomes, como o de Antônio Prado, aboliu o castigo corporal.¹⁵⁴

A radicalização do movimento abolicionista e a fuga em massa de escravos

Pouco após a promulgação da lei que suprimia os açoites, o conflito nacional em torno da abolição se radicalizou. Incitados por abolicionistas, escravos começaram a abandonar as fazendas em grande número, principalmente em São Paulo, mas também em Campos, no Rio de Janeiro. Unidades policiais, acusadas pelos abolicionistas de trabalharem como mercenários pagos, foram enviadas para recapturá-los e, no processo, entraram em conflito direto com os fugitivos e seus protetores. O governo e alguns fazendeiros desesperados recorreriam à violência e ao terror, enquanto outros libertavam seus escravos para salvar sua safra e fortuna, tentando negociar a permanência dos libertos em suas propriedades. Os abolicionistas diziam que a Assembleia havia aprovado uma lei inaceitável e, assim, no ano seguinte, os opositores da escravidão recorreram à ação ilegal. Um plano para o abandono simultâneo das fazendas de Campos na noite de Natal em 1886 fracassou, mas, apesar disso, os escravos começaram a abandonar fazendas e nada parecia poder detê-los.¹⁵⁵

Os primeiros atos de violência durante 1886 aconteceram na cidade de Santos, na província de São Paulo. De acordo com Robert Conrad, o porto de Santos, com suas ligações econômicas com a produção das fazendas do interior, seus grandes depósitos de grãos e sua nova estação ferroviária, construída para o transporte do café, não parecia o local indicado para um choque decisivo na luta contra a escravatura. Todavia, foi

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Idem, p. 291.

exatamente ali, num distrito já privado da maioria dos seus escravos, que um dos mais importantes movimentos abolicionistas locais se desenvolveu e foi bem-sucedido, ainda que por pouco tempo – do final de 1886 ao início de 1887 – desencadeando uma série de acontecimentos que do âmbito local passariam ao nacional, de maneira decisiva para o fim da escravidão.¹⁵⁶

Tudo começou quando, alguns dias após a decisão de se abolir o castigo corporal, José do Patrocínio partiu para uma visita a Santos, dando aos abolicionistas locais um pretexto para demonstrarem seu entusiasmo com a nova lei. Deflagrada pela visita do jornalista e pela morte, uma semana antes, do abolicionista paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, em uma semana a cidade foi transformada em ponto estratégico da luta abolicionista. Em apenas cinco dias, os escravos da cidade foram todos libertados pelos revoltados, e os fugitivos de outros municípios, já conhecedores da abolição do açoite, começaram procurando refúgio na região. Durante as semanas que se seguiram, Santos ficou rapidamente conhecida como o paraíso para os escravos fugidos das fazendas do interior, e os policiais locais começaram a servir como caçadores de escravos, remunerados pelos fazendeiros.¹⁵⁷

As tensões não paravam de aumentar, até que em 20 de novembro a confusão se generalizou. No dia anterior, o chefe de polícia de São Paulo, Lopes dos Anjos, havia chegado a Santos com dezoito homens armados, sob ordens, partidas do ministro da Agricultura, de prender os fugitivos. Na manhã seguinte, Lopes dos Anjos, já com quarenta homens armados, conduzia quatro fugitivos recapturados à estação ferroviária quando foi atacado por uma multidão de abolicionistas incitados, segundo alegaram, pelos maus tratos dispensados aos escravos. Em meio à luta, os policiais dispararam suas armas, ferindo várias pessoas. Aproveitando-se da confusão, um escravo escapou para as docas e saltou para as águas da baía, nadando em direção à margem oposta. Aplaudido pelos espectadores no cais, o nadador foi perseguido por dois botes. Um dos barqueiros conseguiu puxá-lo para seu bote, mas para surpresa dos policiais, colocou-se a remar em direção à outra margem, estimulado pelos abolicionistas. Frustrado e impotente, nada restou ao chefe de polícia fazer, senão ordenar que seus homens dispersassem a multidão pela força.¹⁵⁸

¹⁵⁶ *Ibidem.*

¹⁵⁷ *Idem*, p. 292.

¹⁵⁸ *Ibidem.*

A crise em Santos durou mais quatro dias. No dia seguinte ao incidente nas docas, duas dúzias de policiais chegaram de São Paulo, e, três dias depois, boatos sobre um possível ataque à sede do periódico abolicionista *Diário de Santos* – um perigo real à luz da destruição da *Gazeta da Tarde* no ano anterior por cerca de cinquenta capoeiras que a invadiram – reuniu uma multidão de mais de mil pessoas para a sua defesa. Com essa demonstração de determinação popular, a situação distendeu-se, mas ficou claro que a população de Santos estava comprometida com o abolicionismo. Essa informação se espalhou rapidamente pelos escravos do interior, que não tardaram em se dirigir às centenas para as vizinhanças do porto do café.¹⁵⁹

Curiosamente, em 29 de novembro de 1886, Cotegipe, em carta a Araújo Pinho, transmitia-lhe tranquilidade em relação à situação na província de São Paulo. Dizia ele: “A viagem a S. Paulo foi triunfal. O único embaraço que sofremos é proveniente da sede dos empregos. A situação geral é boa”.¹⁶⁰ Entretanto, pouco antes, ainda em outubro daquele ano, D. Pedro II, em carta ao barão, o havia alertado para o potencial dos acontecimentos, afirmando que o que havia observado em São Paulo lhe daria razão de recear que a situação talvez se repetisse.¹⁶¹

As fugas das fazendas, fato que sempre foi comum na vida brasileira, começaram a se intensificar em 1886, passando a apresentar uma velocidade acelerada nos primeiros meses de 1887 e provocando uma ampla crise na província de São Paulo em junho desse ano. Os proprietários de escravos recorreram, primeiramente, ao governo da província, que respondeu com ordem aos funcionários locais no sentido de garantirem o controle dos fazendeiros sobre a propriedade escrava. No início de junho, as autoridades locais pediram auxílio militar ao governo central. A fim de justificar a intervenção do governo, boatos davam conta de que três mil escravos rebeldes marchavam sobre a cidade de São Paulo. De acordo com Conrad, os jornais da cidade referiam-se a levantes maciços em Campinas, a cerca de cem quilômetros da capital, e relatavam com mais exatidão que dois mil fugitivos haviam encontrado refúgio em Santos. Mesmo desmentidos, os boatos fizeram que o governo de Cotegipe enviasse os reforços pedidos para São Paulo. O navio de guerra Primeiro de Março partiu do Rio de Janeiro transportando uma força naval de

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 75. 29 de novembro de 1886.

¹⁶¹ PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 285. Carta datada de 17 de outubro de 1886.

desembarque de cinquenta homens, e cinquenta e quatro oficiais e soldados do 10º Batalhão de Infantaria foram enviados por terra para a agitada área de São Paulo, apesar da aversão que os militares tinham à função de perseguidores de escravos fugidos.¹⁶² As forças nacionais foram colocadas sob o comando do presidente da província, que deveria fazer uso total dos seus poderes para devolver os fugitivos aos seus donos.¹⁶³ Poucas horas depois, uma vasta força de fazendeiros e capangas contratados começou a deter os trens vindos da cidade de Jundiá para a de Santos e, com autoridade concedida pelo presidente provincial, fazia todos os passageiros negros e mulatos descerem da carruagem para inspeção.

Pressões da imprensa e um pedido formal de informações aberto no Senado fizeram o novo ministro da Agricultura de Cotegipe dar algumas explicações. Antônio Prado havia se demitido do gabinete 20 de agosto na metade de 1887, após sua eleição para o Senado. Na ocasião, a posição oficial do ministério foi a de que desejava evitar que seus integrantes acumulassem cargos e, com isso, colocassem-nos numa situação “pouco parlamentar”.¹⁶⁴ O sucessor de Prado, Rodrigo da Silva, informou à Câmara que alguns fazendeiros de São Paulo haviam dado liberdade condicional aos seus escravos, mas que a pacífica transformação do sistema de trabalho fora interrompida subitamente por uma verdadeira greve. Aliciados por abolicionistas, os escravos estariam abandonando as fazendas em massa. Não só o sistema de trabalho estava sendo desorganizado, mas a grande concentração de fugitivos em Santos passava a representar uma grave ameaça para a ordem pública e para a propriedade.¹⁶⁵

Os escravos sempre haviam fugido, mas, de um modo geral, individualmente, ou em pequenos grupos, para se juntarem a grupos maiores nas florestas ou em quilombos. Agora, porém, com uma súbita consciência do novo estado de coisas, trabalhadores das fazendas se evadiam para alguma floresta próxima, para uma cidade distante ou para um destino inteiramente desconhecido. Na medida em que iam fugindo em número maior, ganhavam poder sobre os proprietários, cujos planos dependiam do seu trabalho. Com as fugas em massa das fazendas, e a incapacidade da polícia e das forças armadas para detê-

¹⁶² Em meio à corporação, essa tarefa era tida como desprestigiada. No ano seguinte, oficiais reunidos no recém-criado Clube Militar fariam petição à Regente no sentido de serem eximidos de cumprir o papel de capitão do mato.

¹⁶³ CONRAD, Robert. Op. cit., p. 298.

¹⁶⁴ Cf. *Anais do Senado Imperial*, 16 de maio de 1887, p. 77.

¹⁶⁵ CONRAD, Robert. Op. cit., p. 299.

las, os proprietários não tinham alternativa senão aceitar uma mudança drástica no seu relacionamento com os escravos.¹⁶⁶

A Questão Militar

Com o avançar da década de 1880, à crise da mão de obra escrava se somaria mais uma crise política: a Questão Militar. Alguns dos mais expressivos embates entre parcelas militares e o governo, que contribuiriam para a politização de oficiais militares, desenrolaram-se durante o ministério do barão de Cotegipe.

Este é um tema amplamente debatido e ao qual somos remetidos, quase de imediato, sempre que pensamos nos elementos que deram forma à crise que derrubou o Império em fins do século XIX. Trata-se não apenas de uma Questão Militar, mas de uma série de episódios, denominados como tal à época e pela historiografia, que opuseram setores militares e o Estado imperial durante a década que antecedeu a República.

O fim da Guerra do Paraguai pode ser tomado como o marco inicial da crise no plano das relações entre civis e militares durante o Império, cujo desdobramento final foi o golpe de 15 de novembro de 1889, que catalisou o fim do reinado de D. Pedro II. No entanto, os elementos que nutriam a insatisfação militar se vinham desenhando, pelo menos, desde a década de cinquenta. Com a eclosão da guerra, o Império se deparou com um Exército fraco e mal preparado, que sofria com baixos salários, promoções demoradas e manipuladas, instalações miseráveis nos quartéis, castigos físicos e atrasos no pagamento de pensões. As tropas eram compostas com base numa política de recrutamento forçado, que recolhia para as fileiras da corporação basicamente escravos e elementos socialmente marginalizados. À época, cabia à Guarda Nacional o prestígio da carreira militar, fazendo que, inclusive pelas péssimas condições de vida na caserna, o Exército fosse tido como uma força inferior.¹⁶⁷ Era na “milícia cidadã” que serviam os membros da elite, com exceção de uma parcela da alta oficialidade do Exército e da Marinha.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Idem, p. 300.

¹⁶⁷ Sobre o assunto, ver CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

¹⁶⁸ A oficialidade dessa força foi, desde a sua origem, composta majoritariamente por membros da elite. Uma hipótese que talvez explique tal característica seja o alto custo inicial para o ingresso dos aspirantes a

Dentro das Forças Armadas, a Guerra do Paraguai teve um efeito mobilizador. Foi nesse momento que, pela primeira vez na história política do Brasil, o Exército desenvolveu o que podemos chamar de “espírito de corpo” em torno de questões tanto organizacionais como políticas e sociais. E esse sentimento só seria reforçado com as “questões militares”. Ao retornarem ao país após cerca de cinco anos de conflito, os militares esperavam do governo um tratamento à altura dos esforços empenhados na guerra. Na prática, o que aconteceu foi uma piora em relação à situação anterior. Com os cofres vazios e um montante de dívidas acumuladas em decorrência dos dispêndios de guerra, o governo reduziu ainda mais o orçamento das pastas militares.¹⁶⁹ Além disso, foi dada continuidade a medidas que, entre os oficiais, eram tidas como manifestação de descaso governamental em relação aos interesses das Forças Armadas. As constantes indicações de civis para ocuparem a pasta da Guerra, por exemplo, geravam um sentimento de falta de interlocução entre as partes.¹⁷⁰ Os militares desejavam posição de destaque na sociedade, o que claramente não vinham conseguindo no reinado marcadamente civilista de D. Pedro II.¹⁷¹ Aos poucos, ganhava força a oposição entre parcelas militares e civis que se fortaleceria, até o golpe de 15 de novembro, alimentada por crises específicas, dentre elas a Questão Militar. Uma expressiva parcela da oficialidade se percebia como um todo diferenciado, unido pelo foco em interesses práticos. Ansiava por mudanças internas, que dependiam diretamente da modernização econômica e, por extensão, política da sociedade. Para eles, a escravidão era a causa do atraso do país, o que, conseqüentemente, impedia o desenvolvimento militar. Tal crescimento dependeria da implantação do trabalho livre e da industrialização nacional, em especial do crescimento da indústria de base e da metalurgia, assim como de investimentos em infraestrutura que favorecessem a economia como um todo.¹⁷²

Essa visão de mundo de parcelas militares durante a segunda metade do século XIX se deveu, em grande parte, à penetração de ideias em voga na Europa, que vinham

oficiais. O enxoval inicial, por exemplo, era muito mais caro do que o do Exército, fator que lhe propiciava um caráter “aristocrático”.

¹⁶⁹ Sobre a posição do regime monárquico em relação às forças armadas, ver COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹⁷⁰ No período correspondente ao início da Questão Militar até a Proclamação da República, foram cinco os ministros da Guerra, todos civis: Alfredo Chaves, Joaquim da Luz, Tomás Coelho, Visconde de Maracaju e Cândido de Oliveira.

¹⁷¹ Cf. COELHO, Edmundo Campos. Op. cit.

¹⁷² Por infraestrutura entendem-se investimentos no setor de transportes, por exemplo, a abertura de estradas; no setor de eletricidade etc.

sendo apropriadas pelos meios intelectualizados da sociedade brasileira. Foi principalmente através dos oficiais chamados “científicos” que a crescente onda positivista se disseminou nas Forças Armadas.

Na historiografia da República, tem-se destacado cada vez mais a atuação da “mocidade militar”, termo usado para se referir aos alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro, localizada na Praia Vermelha.¹⁷³ Ao ingressar na Escola Militar, o oficial podia escolher entre terminar todo o percurso acadêmico, tornando-se engenheiro com formação militar completa, ou avançar até certo ponto do currículo¹⁷⁴ e se especializar nas áreas de artilharia e cavalaria. “Científicos” e “tarimbeiros” eram as formas como os próprios militares se referiam aos que possuíam, respectivamente, cada um dos tipos de formação. Os científicos, que supervalorizavam a capacidade intelectual, lançaram mão do termo “tarimbeiro” de forma pejorativa, referindo-se ao militar tradicional, duro, e sem as aptidões superiores do saber.¹⁷⁵

O positivismo de Auguste Comte teve forte poder de mobilização em meio a esses jovens, mesmo que de maneira contraditória. A Religião da Humanidade defendia que toda sociedade, até atingir um estado de desenvolvimento pleno, teria que passar por diversos estágios de evolução, nos quais certos elementos da organização social que não fossem mais necessários seriam abolidos, inclusive as Forças Armadas. O positivismo era, em sua essência, antimilitarista.¹⁷⁶ Porém, o que interessava aos oficiais na doutrina comteana era o destaque dado à matemática e às ciências físicas, assim como seu desprezo pelos “legistas”, associados a formas atrasadas de política. Ressentidos com a forma clientelista pela qual se organizava a sociedade imperial, esses militares vangloriavam-se por serem formados com base numa meritocracia, ao contrário, supunham, dos “casacas”.¹⁷⁷ Por outro lado, grande parte dos alunos da Escola da Praia Vermelha não possuía vocação militar, tendo optado pela carreira como meio de acesso à educação superior. No Brasil oitocentista, grande parte dos filhos da elite agrária se formava em

¹⁷³ Cf. CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹⁷⁴ Um estudo abrangente dos currículos militares no período se encontra em MOTTA, Jehová. *Formação do oficial do exército*. Currículos e regime na Academia Militar, 1810-1914. 1ª. reimp. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

¹⁷⁵ CASTRO, Celso. Op. cit.

¹⁷⁶ Sobre o positivismo, ver BRÉHIER, Emile. *Histoire de la philosophie*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

¹⁷⁷ Termo disseminado entre os militares para se referir aos bacharéis que compunham, em sua maioria, a elite dirigente do Império.

Direito ou Medicina, nas faculdades de Recife, de São Paulo, da Bahia e da Corte, com exceção dos que optavam por fazer seus estudos no exterior, a maioria em Coimbra. Escolhiam a Escola Militar os filhos de militares, os filhos de família pobres e os das províncias decadentes. Para os despossuídos, a Escola Militar era talvez a única opção, o que fazia que o Exército sustentasse uma parcela expressiva de oficiais não vocacionados. Foi o caso, por exemplo, de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e de José Bevilaqua, jovem cearense de família modesta e que viria a ter participação ativa nas movimentações políticas militares na última década do Império.¹⁷⁸ Estavam dadas as condições para que a “mocidade militar”, cuja participação na instauração da República seria decisiva, passasse a se considerar porta-voz da modernização do país, e a reputar os militares como um todo como “homens de ação”, “honestos”, distintos dos “casacas”, “civis corruptos”.

A intensificação do movimento abolicionista, a partir de 1884, e o agravamento da tensão nas relações entre o Estado e as Forças Armadas fizeram da passagem de 1886 para 1887 um período de forte ebulição entre os militares. Os confrontos que compuseram a “Questão Militar” caracterizaram-se pela indisciplina e pela quebra de hierarquia. Durante a crise, a divergência em torno da disciplina e da escravidão foi uma das principais questões em jogo. A grande simpatia com que oficiais, inclusive de alta patente, enxergavam o abolicionismo opunha-se à orientação política do Império escravocrata. Paralelamente, a insatisfação nutrida por militares quanto ao tratamento recebido do governo, juntamente com o desejo de expressão política na imprensa, funcionou como o motor do embate, cujo potencial político de oposição ao regime foi rapidamente reconhecido pelos republicanos, especialmente os da Corte, que não tardaram em estabelecer aproximações com os oficiais envolvidos, e em inflamar os ânimos, principalmente por meio de sua imprensa.¹⁷⁹

Iniciava-se um período em clima de paz armada. Os militares se preparavam para uma guerra de posições, e de longa duração. Para tanto, começaram a se organizar em âmbito nacional. Nesse momento, mais precisamente no dia 26 de junho de 1887, fundou-se o Clube Militar, sob a direção de Sena Madureira, Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Seus fins eram estreitar os laços de união entre oficiais da Marinha e do

¹⁷⁸ José Bevilaqua foi aluno de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, e, posteriormente, seu genro. Cf. LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

¹⁷⁹ Três periódicos fortemente engajados nessa questão foram: *A Federação*, editado pelo republicano gaúcho Júlio de Castilhos, *O País*, de Quintino Bocayuva, e *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa.

Exército e defender, junto aos poderes do Estado e pela imprensa, os direitos e os interesses da categoria militar.¹⁸⁰

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o Clube Militar interveio. Tendo à frente esses oficiais, no dia 25 de outubro, os seus membros encaminharam à princesa Isabel – que atuava como Regente por ocasião da já mencionada viagem do imperador à Europa – uma petição no sentido de que não consentisse em que os militares continuassem sendo obrigados a perseguir “pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.”¹⁸¹ O documento foi publicado n’*O País* e enviado ao ajudante-general do Exército para que o entregasse aos cuidados da princesa. Ela nunca o recebeu, porém, a petição obteve ampla repercussão. Mesmo que continuassem sendo enviados para perseguir escravos fugidos, os militares boicotavam a missão e manifestavam repugnância a ela. Até a queda do regime, a tensão entre militares e governos imperiais não cessaria.

¹⁸⁰ Cf. LEMOS, Renato. Op. cit., p. 339.

¹⁸¹ Idem, p. 342.

Capítulo 4 - Antônio Prado e o emancipacionismo paulista: a cisão conservadora e o fim do Império.

Na segunda metade do século XIX, a exaustão do solo ao longo do Vale do Rio Paraíba, que abrigava então o coração da agricultura cafeeira no Brasil, impulsionou a expansão da cafeicultura paulista. Num movimento crescente, São Paulo começou a se projetar como novo polo produtor nacional de café. Porém, o *boom* cafeeiro paulista tinha à sua frente dois grandes obstáculos às promessas de solo rico e clima ideal oferecidas pela província: a crise do trabalho escravo e a falta de meios de transporte adequados para escoar a produção até o porto mais próximo, o de Santos. Foi nesse contexto, combinando terra, trabalho e capital, que a família Prado se destacou pela construção de um império.

Composta por inúmeros membros ilustres, os Prado se consagraram durante o século XIX como uma das mais tradicionais famílias de São Paulo. Seu membro fundador, Antônio da Silva Prado, o barão de Iguape, foi quem deu o pontapé inicial na construção do poder e da influência política do clã. Foi o primeiro de muitos homônimos na história familiar. Dentre eles, interessa-nos um em especial: seu neto Antônio da Silva Prado, o conselheiro Prado.

Devido à magnitude assumida pela família ao longo dos oitocentos, a trajetória pessoal do conselheiro Prado se confunde e se mistura com a conjectura política do Império durante o Segundo Reinado.

Antônio da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo em 25 de fevereiro de 1840, filho de Martinho da Silva Prado e de Veridiana Valéria da Silva Prado. Seu pai foi deputado provincial em São Paulo em três legislaturas. Sua mãe era filha de Antônio da Silva Prado, o barão de Iguape, que foi vereador em São Paulo de 1853 a 1856. Seus irmãos também ocuparam posições de destaque. Martinho da Silva Prado Júnior, republicano, foi constituinte e deputado federal por São Paulo em 1891; Antônio Caio da Silva Prado foi presidente das províncias de Alagoas (1887-1888) e do Ceará (1888-1889); e Eduardo Paulo da Silva Prado, monarquista convicto, foi jornalista e escritor, membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

Viveu com seus pais na fazenda Campo Alto, no município de Limeira, hoje Araras, mas passou parte da infância na casa do avô materno, na cidade de São Paulo. Em seguida, foi enviado para Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio

Calógeras, e, posteriormente, para a Corte, onde estudou no Colégio Tautphoeus e no Colégio Pedro II, diplomando-se em Ciências e Letras no ano de 1856. Na então capital do Império, morou na casa de Antônio da Costa Pinto e Silva, importante chefe político paulista, e aí travou conhecimento com líderes do Partido Conservador. Antônio da Costa Pinto e Silva, que viria a ser seu sogro, foi deputado geral por São Paulo em sete legislaturas, entre 1857 e 1884, e também presidente das províncias da Paraíba (1855-1857), do Rio de Grande do Sul (1868-1869), de São Paulo (1870-1871) e do Rio de Janeiro (1885-1886).

Retornando a São Paulo, Antônio da Silva Prado se matriculou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1861. Ainda estudante, iniciou-se no jornalismo, na imprensa acadêmica. Antes mesmo de se formar, foi eleito deputado provincial para a legislatura 1860-1861, mas sua eleição foi anulada por não ter a idade mínima exigida. Logo depois de formado, exerceu por alguns meses o cargo de delegado de polícia na capital paulista, mas afastou-se quando resolveu fazer uma longa viagem à Europa em 1862. Visitou vários países e aperfeiçoou seus estudos jurídicos na Faculdade de Direito de Paris. Depois de dois anos ausente, retornou ao Brasil em 1864 e passou a se dedicar à agricultura, administrando as propriedades da família.

Em 15 de outubro de 1865, foi empossado pela primeira vez deputado provincial em São Paulo pelo Partido Conservador. Nos anos seguintes, seria cinco vezes reeleito, permanecendo na Assembleia provincial de 1866 a 1889. Em três legislaturas, teve como colega de parlamento seu irmão Martinho, eleito pelo Partido Republicano e grande defensor da abolição da escravatura. Nesse período, tornou-se também proprietário e redator do *Diário de São Paulo*, órgão do Partido Conservador, e em suas páginas apoiou o irmão Martinho nas críticas ao presidente da província José Tavares Bastos (1866-1867), por recrutar homens para a guerra do Paraguai (1864-1870) na base da força. Foi ainda redator de *O País*, jornal de tendência conservadora fundado em dezembro de 1866, no qual moveu forte oposição à corrente liberal. Na década de 1880, ele se tornou proprietário do *Correio Paulistano*, periódico que se tornou expoente do movimento dos fazendeiros paulistas pela emancipação dos escravos e pela imigração.

Estava em viagem de lua de mel em Portugal quando os conservadores assumiram o poder no Brasil, com o visconde de Itaboraí presidindo o Conselho de Ministros. Seu avô e seu pai resolveram lançar sua candidatura a deputado geral, e, mesmo ausente, foi

eleito pelo 3º distrito eleitoral da província, demonstrando a influência de sua família. De volta ao Brasil, como a legislação permitia, além de ocupar uma cadeira na Assembleia provincial, passou a representar São Paulo na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, nas legislaturas 1869-1872 e 1872-1875.

Na história, os Prado costumam ser lembrados por sua ligação com o café. Porém, essa nunca foi a única atividade da família. De fato, antes do *boom* cafeeiro paulista, seus primeiros passos rumo ao enriquecimento estiveram associados a outras atividades econômicas.

O barão de Iguape, patriarca da família, chegou ao Brasil ainda no século XVIII e concentrou suas atividades no comércio do açúcar e na coleta de impostos. Pôde, dessa forma, criar condições para os investimentos futuros da família no café, tão logo esses parecessem atrativos. Até então, ele havia usado sua fortuna e os laços com a Corte para ganhar a indicação como principal acionista do ramo paulista do Banco do Brasil. No total, os Prado possuíam 226 ações das 1.000 inicialmente disponibilizadas pelo banco. Famílias relacionadas a eles possuíam outras 256 ações. Assim, em 1858, quase metade das ações do banco, que à época servia a uma limitada clientela de barões do café, estava em poder ou sob influência dos Prado.¹⁸² Mesmo antes de se estabelecer na cafeicultura, o barão de Iguape participava do financiamento da lavoura cafeeira e criava condições para fornecer o capital necessitado pelos Prado para sua ascensão ao poder econômico.

O pioneirismo das fazendas de café da família ficou por conta da segunda geração. Essa responsabilidade recaiu sobre Martinho Prado, que, com poucos recursos próprios, contou com o grande dote obtido com o casamento com Veridiana Prado, sua prima e filha do barão de Iguape. Em 1839, em sociedade com Joaquim Prado, o casal adquiriu uma fazenda de açúcar de 3.800 alqueires, a “Campo Alto”, no distrito de Mogi-Mirim. Com o fim da sociedade, em 1849, as terras foram convertidas em fazenda de café. Com um crescimento rápido, os negócios permitiram que Martinho adquirisse sua segunda fazenda, a “Santa Cruz”, em 1864.¹⁸³ Além da renda com as fazendas, Martinho Prado se fiava no lucro obtido com empréstimos, o que o protegia das vicissitudes da economia do café. Aos poucos, à medida que os lucros do café cresciam, as dívidas eram finalizadas e

¹⁸² DARRELL, Levi. *A família Prado*. Cultura 70: São Paulo, 1974, p. 160.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 162.

os negócios prosperavam. Sua fortuna não parou de crescer durante a vida, chegando a ser avaliada em 22.000 contos à época de sua morte, em 1891.¹⁸⁴

Durante a década de 1860, Martinho começou a compartilhar a administração das terras com seus filhos mais velhos, Antônio Prado – futuro conselheiro Prado – e Martinico Prado. No mesmo período, ele comprou terras virgens na região que se estendia de Mogi Guaçu a Casa Branca. Com a ajuda de seu filho Antônio, e utilizando trabalho escravo, plantou 60.000 sementes de café na nova terra. Como presente de casamento, Antônio se tornou dono da “Santa Veridiana” em 1868.¹⁸⁵

Como fazendeiro, Antônio Prado formou-se com um perfil mais arrojado em comparação às áreas mais tradicionais de produção agrícola no Brasil até então. Ainda na década de 1860, junto com seu pai, supervisionou a instalação de máquinas de processamento de café norte-americanas, que produziam um tipo de café mais vendável internacionalmente. Na literatura sobre o conselheiro¹⁸⁶, nota-se o destaque dado a sua relação com seus escravos, caracterizada como uma relação mais humana. Caso realmente o fosse, talvez isso se explique não por convicções humanitárias, mas sim pela percepção de que do bom trabalho do escravo dependia a potencialização de sua produção. Vale lembrar que Antônio Prado despontou nos negócios da família num período em que, após a proibição do tráfico internacional de escravos, em 1850, a oferta dessa mão de obra já estava bastante limitada. Em um diário da mocidade, Prado descreve acordos com seus escravos para a concessão de pequenas terras para plantio e salários aos cativos em troca de empenho máximo na produção de suas fazendas.¹⁸⁷ Seguindo essa filosofia, levou a fazenda “Santa Veridiana” a se tornar, pelo começo da década de 1880, “uma das fazendas mais famosas do Brasil”¹⁸⁸. De acordo com Darrell Levi,

Conquanto fosse difícil provar a reivindicação de Antônio de ter alcançado o dobro da média da produção regional, há pouca dúvida de que Santa Veridiana foi uma plantação modelo. De quarenta e três fazendas em São Paulo e Rio de Janeiro estudadas pelo perito holandês em café C.F. van Delden Laerne, em 1853, ela teve a sétima mais alta produção total; de doze fazendas paulistas, era a terceira mais produtiva. A média da produção de café de 1876 a 1883 foi de 275.4000 quilos, o bastante para dar anualmente receitas brutas mínimas de 100 contos. A força de trabalho consistia em sessenta escravos de campo,

¹⁸⁴ Ibidem, p.163.

¹⁸⁵ Ibidem, p.164.

¹⁸⁶ Cf. LEVI, Op.cit., PRADO, Nazareth. *Antonio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1929.

¹⁸⁷ Diário de Antônio Prado, dezembro de 1867. Arquivo pessoal de Caio Prado Junior apud LEVI, Op. cit. p. 164.

¹⁸⁸ LEVI, op. cit., p. 164.

cinquenta escravos de feitoria, e quarenta e nove famílias imigrantes que trabalhavam em base de contrato. Portanto, cinco anos antes da abolição, cerca de um terço da força de trabalho de Antônio Prado era constituída de escravos livres.¹⁸⁹

Enquanto prosperava como fazendeiro proprietário de escravos, aumentando e firmando sua produção de café sobre bases modernas, Antônio Prado não escapava do contexto de crise do trabalho escravo. O crescimento das evidências do fim irremediável da escravidão o colocou, pouco a pouco, num papel preponderante na promoção da imigração europeia e, a longo prazo, na abolição da escravidão.

O interesse da família Prado na imigração data da década de 1860. Já em 1871, a recém-criada Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração foi autorizada, por decreto imperial, a subsidiar a imigração europeia, e Antônio Prado tornou-se seu vice-presidente. Não demorou muito e seu pai, Martinho, conseguiu com a associação a vinda de dez famílias alemãs para suas fazendas¹⁹⁰. Esse foi o início de posteriores realizações, no tema da imigração, da família, cuja relação com o tipo de mão de obra era bem pragmática. Antônio Prado acreditava ele próprio na sua maior produtividade em relação ao escravo.

Para solucionar o problema da falta de mão de obra nas fazendas de São Paulo, foi aprovada pela Assembleia paulista a Lei Provincial de 30 de março de 1871, que autorizou a imigração de trabalhadores. Em agosto, enquanto o governo da província era autorizado por decreto imperial a subsidiar a imigração europeia, Antônio da Costa Pinto e Silva, então presidente de São Paulo, reuniu vários financistas e fazendeiros para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, com o propósito de “facilitar para nossos fazendeiros a aquisição de trabalhadores livres”. Antônio Prado, genro de Costa Pinto, tornou-se vice-presidente da entidade. Em 5 de setembro de 1876, foi empossado presidente do conselho administrativo da Caixa Econômica e Monte de Socorros em São Paulo, hoje Caixa Econômica Federal, cargo em que permaneceria até 12 de junho de 1878, quando pediu exoneração e foi nomeado inspetor especial de terras e colonização da província de São Paulo. Ainda em 1876, foi eleito vereador da Câmara Municipal de São Paulo, chegando a presidi-la de 7 de janeiro de 1877 a 7 de janeiro de 1881. Conforme preceito legal, concomitantemente, assumiu a chefia do Poder Executivo Municipal. De 1880 a 1881, foi também diretor da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, a

¹⁸⁹ Idem, p.165.

¹⁹⁰ Idem, p.170.

primeira estrada de ferro de capital exclusivamente brasileiro, fundada anos antes por seu pai e outros grandes proprietários rurais paulistas para transportar o café que produziam até o porto de Santos.

Não foi à toa que, em 1886, Martinho Prado e outros fazendeiros influentes, muitos dos quais ligados aos Prado por relações de casamento, tiveram a iniciativa de criar uma sociedade de imigração não lucrativa, com o objetivo de fazer contrato com o governo provincial para levantar subsídios para a imigração.¹⁹¹ Em abril do mesmo ano, Martinico Prado, irmão do conselheiro Prado, anunciou a criação da Sociedade Promotora de Imigração e pediu aos fazendeiros para lhe enviar pedidos por famílias imigrantes juntamente com as vantagens que ofereceriam aos colonos. Ele advertia que “os colonos introduzidos não se sujeitam a contratos de locação de serviço e chegam ao seu destino livres de toda dívida”.¹⁹² Em 30 de junho, a convite de Antônio Queiroz Teles, o barão do Parnaíba, a Sociedade promotora realizou nova reunião. O barão era primo dos Prado, vice-presidente provincial e profundamente interessado na imigração. Ele propôs que a Sociedade se tornasse o único agente contratante junto ao governo provincial. Na mesma ocasião, Martinico Prado foi eleito presidente da Sociedade Protetora.¹⁹³ Em 3 de julho, um contrato foi assinado entre a sociedade e o governo provincial para a importação de 6.000 imigrantes nos anos de 1886-1887.¹⁹⁴ Essa meta relativamente modesta mostrava a vontade da Sociedade de não repetir erros passados, quando entre 40 e 60 mil imigrantes foram trazidos de uma só vez, permitindo abusos por parte de recrutadores e criando problema no controle de contratos de mão de obra. O próprio Martinico embarcou para a Itália para controlar o recrutamento de trabalhadores.¹⁹⁵ A Sociedade Promotora funcionou até 1895, quando sua função foi transferida para o governo do estado de São Paulo. Até lá, importou 126.415 trabalhadores¹⁹⁶, permitindo que seus membros fazendeiros equacionassem os abalos à lavoura provocados pelo movimento abolicionista e que se adequassem às transformações posteriores à Lei Áurea.

A questão aqui não se limitava a conseguir angariar trabalhadores na Europa. Pensar em investimentos que pudessem arcar com a vinda de imigrantes para trabalhar nas fazendas de café significava disputar em âmbito nacional recursos que bancassem tal

¹⁹¹ Idem, p.172.

¹⁹² *Correio Paulistano*, 9 de abril de 1886, p. 3 e 4.

¹⁹³ Idem, 1 de julho de 1886, p.3.

¹⁹⁴ Idem, 4 de julho de 1886, p. 2 e3.

¹⁹⁵ LEVI, Op.cit., p. 172.

¹⁹⁶ Ibidem, p.173.

iniciativa. Isso, dentro de uma estrutura política controlada por setores cujo maior interesse naquele momento era salvaguardar a lavoura escravista dos transtornos causados, principalmente, pelos abolicionistas. Tratava-se de uma disputa entre poderes regionais e poder central, dentro de um Império organizado em torno da Corte e da cafeicultura fluminense. Isso colocava na ordem do dia, ainda que não declaradamente, a questão do federalismo e da demanda por maior autonomia local. Principalmente na província de São Paulo, onde os recursos produzidos e absorvidos pelo poder central vinham num movimento crescente constante.

Nesse contexto, tendo o poder voltado às mãos dos liberais em 1878, Antônio Prado fundou a União Conservadora e voltou a se candidatar a deputado geral em 1881, empatando em número de votos com o candidato liberal Laurindo Abelardo de Brito, que, por ser mais velho, ficou com a vaga. Em 4 de janeiro de 1882, tornou-se o único proprietário do jornal *Correio Paulistano*, então órgão do Partido Conservador, em cujas páginas, juntamente com seu irmão Caio Prado, passou a combater os liberais. No pleito realizado em 31 de dezembro de 1884, conseguiu eleger-se deputado geral, mas a legislatura iniciada em maio de 1885 foi dissolvida em 26 de outubro do mesmo ano. Enquanto esteve na Câmara, tornou-se líder da maioria conservadora, que apoiou o gabinete liberal do conselheiro José Antônio Saraiva. Este durou de 6 de maio a 20 de agosto de 1885, por ocasião da votação da emancipação dos escravos.

Com a posse do gabinete Cotegipe, Antônio Prado foi nomeado ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, substituindo João Ferreira de Moura. Enquanto suas fazendas prosperavam e a família ganhava destaque nas organizações paulistas pela imigração, à frente do Ministério da Agricultura, coube-lhe referendar a Lei dos Sexagenários. Também apoiou e fiscalizou o cumprimento de uma nova lei de imigração, que permitiu a vinda maciça de milhares de imigrantes europeus e beneficiou especialmente os fazendeiros e cafeicultores paulistas. Com isso, conseguiu quebrar a resistência dos proprietários rurais de São Paulo à libertação dos escravos. Sua atitude em prol do fim da escravatura recebeu o elogio público do líder abolicionista e liberal Joaquim Nabuco.

Reeleito deputado geral para a legislatura 1886-1889, mas ainda no Ministério da Agricultura, em 2 de julho de 1886, juntamente com seu irmão Martinho e outros grandes fazendeiros, criou a Sociedade Promotora de Imigração. A empreitada estava amparada pela lei provincial de 28 de outubro de 1885 e tinha como divisa “Trabalho livre na pátria

livre”. No início de 1887, em nome da Sociedade de Imigração, Martinho embarcava para a Itália, após acordo com o governo daquele país, para cuidar pessoalmente da vinda de trabalhadores italianos para São Paulo. Para receber os novos trabalhadores estrangeiros, seria criada pelo governo provincial a Hospedaria dos Imigrantes. Com o falecimento, em outubro de 1886, do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, senador por São Paulo, Antônio Prado candidatou-se à vaga aberta no Senado. Foi o mais votado na lista tríplice e teve seu nome escolhido por Dom Pedro II, que o nomeou para o Senado do Império em 26 de fevereiro de 1887. Renunciou então ao mandato de deputado geral, sendo substituído na Câmara por Elias Antônio Pacheco e Chaves, seu cunhado. Permaneceu no Ministério da Agricultura até 10 de maio de 1887, quando se demitiu após romper com Cotegipe, irredutivelmente contrário à libertação dos escravos. Com sua saída do ministério, onde foi substituído por Rodrigo Augusto da Silva, passou a exercer o mandato no Senado.

Sua figura ficou politicamente marcada pela conversão de última hora ao abolicionismo, em 1887, combinada a sua aliança com José Alfredo Correia de Oliveira contra os interesses da ala *extreme* dos conservadores. Os dois fatos, que levaram à aprovação da Lei Áurea em 1888, impossibilitaram definitivamente uma reconfiguração da direção conservadora que pudesse amortecer e encaminhar os impactos dos acontecimentos sobre o poder imperial.

Com a nova mudança de gabinete em 10 de março de 1888, João Alfredo Correia de Oliveira assumiu a chefia do governo e convidou Antônio Prado para o Ministério dos Estrangeiros. Antônio se tornou então grande aliado do novo presidente do Conselho de Ministros, a primeira autoridade por ele consultada sobre a proposta de lei que abolia a escravidão no país. Foi, na verdade, incumbido de redigir o projeto do governo, que inicialmente previa que os escravos libertos seriam obrigados a permanecer nas fazendas, ou nos municípios em que estivessem matriculados, por três anos, recebendo remuneração por seu trabalho. A justificativa de tal proposta era evitar a desorganização do trabalho. Como relator do projeto, Antônio Prado também negou indenização aos proprietários dos escravos. Por ele ter se afastado do ministério por motivo de doença, coube a Rodrigo Augusto da Silva, ministro da Agricultura e interino dos Estrangeiros, assinar a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, promulgada pela princesa Isabel, declarando extinta a escravidão no Brasil. Em 27 de junho, questões políticas levaram João Alfredo a fazer uma inversão no comando das pastas da Agricultura e dos

Estrangeiros, trocando Antônio Prado e Rodrigo Augusto da Silva de lugar. Como ministro da Agricultura em dois gabinetes, Antônio Prado determinou que fossem realizados os primeiros estudos para a ligação ferroviária entre São Paulo e o sul do Brasil, iniciou a construção da estrada de ferro entre São Paulo e Mato Grosso e construiu outras ferrovias em várias regiões do país. Quando deixou o ministério, estavam em andamento contratos de execução de 6.600 quilômetros de vias férreas. Outras preocupações foram o aproveitamento dos rios brasileiros para a navegação comercial e a construção de estradas de rodagem. Deu também andamento à determinação do decreto de 12 de junho de 1888, que autorizou e regulamentou a construção do porto de Santos através da Companhia Docas. Foram ainda criados núcleos coloniais com imigrantes europeus em Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Apesar de monarquista, Antônio Prado declinou o título nobiliárquico de visconde de São Paulo, que lhe foi oferecido pela princesa Isabel. Não pôde fazer o mesmo, porém, em relação à carta imperial de dom Pedro II, que lhe concedeu a titularidade de conselheiro do Império, em 1888, por ser esta obrigatória para todos os membros do ministério. Doente, licenciou-se do ministério em 5 de janeiro de 1889, em seguida, exonerou-se e voltou para São Paulo para repousar e cuidar da saúde. Criou novas fazendas no interior, entre elas, em sociedade com seu pai, a São Martinho, que em 1905 seria considerada a segunda maior plantação de café do mundo. Capitalista de renome, em 28 de outubro de 1889 incorporou às suas várias empresas o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que presidiria até outubro de 1920.

Os Prado e o Império

A ascensão dos Prado à proeminência regional no século XIX foi ajudada por suas ligações com a monarquia. À época da independência, o barão de Iguape hospedou D. Pedro I, recebendo em seguida indicações a cargos locais e sendo recebido pelo imperador na Corte nos últimos anos da década de 1820. Em 1842, o barão apoiou as forças imperiais do conservadorismo contra a revolta liberal em São Paulo. Em 1852, ele foi novamente chamado a assegurar a aderência de São Paulo ao controle nacional.¹⁹⁷ Os Prado da geração do barão de Iguape consideravam monarquia forte um elemento necessário para

¹⁹⁷ Idem, p.193.

manter a estabilidade, que esteve ameaçada durante o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Império.

Para as posteriores gerações da família, esse cenário de instabilidade era mais remoto e, depois de 1850, o dominante conservadorismo continuou se manifestando em Antônio Prado e em seus irmãos mais novos, Caio e Eduardo Prado. Porém, a lealdade ao estandarte do Partido Conservador perdia aos poucos as tradicionais motivações, à medida que São Paulo sentia os efeitos da centralização monárquica. A adesão ao conservadorismo dos Prado, em especial do conselheiro Antônio Prado, foi condicionada, com o avançar do século XIX, às negligências oficiais quanto às necessidades do desenvolvimento econômico em São Paulo.

No campo das ideias políticas, Antônio Prado não era simpatizante da monarquia do direito divino. Ele colocava sua fé no clássico liberalismo do indivíduo. Possuía uma filosofia política coerente com a orientação econômica da empresa privada, que havia observado na sua forma clássica quando esteve na Inglaterra, no auge do liberalismo, na década de 1860. Também era adepto da ideia da democracia liberal, a qual advogaria mais tarde em sua carreira.¹⁹⁸ A aplicação de seus pontos de vista ao Brasil contemporâneo induziu o conselheiro Prado a graves dúvidas, chegando ele a ponderar sobre a carreira política traçada para si pelos familiares. Em carta a seu irmão Martinico, ele afirmou que:

Quando se tem verdadeiras crenças, o sacrifício delas às exigências mesquinhas dos interesses do partido torna-se difícil ou seja o impossível. Acreditar que a religião da ideia, ou que a honestidade das convicções possa jamais elevar um moço entre nós – é a mais simples de todas as ilusões; transações e mais transações, compromissos e mais compromissos, tais são os espinhos que nos caminhos da política despedaçam a túnica da inocência que revestem as convicções sinceras.¹⁹⁹

Apesar de uma intranquilidade harmônica com o sistema e de adquirir bastante poder político, Antônio nunca perdeu seu ceticismo. Diferentemente de Cotegipe, o chefe político conservador não se caracterizou como um “homem da monarquia”. Pertencente a uma segunda geração Saquarema, Prado não viveu a experiência dos levantes regenciais e de toda a instabilidade política desse período. Não fundamentou sua fortuna na escravidão, apesar de ter sido escravista. Da viagem feita à Europa na década de 1860, trouxe consigo as ideias que circulavam por lá, as mesmas que se chocavam

¹⁹⁸ Idem, p. 195.

¹⁹⁹ Carta de Antônio a Martinico Prado. Paris, 8 de março de 1864 apud LEVI, op. cit.

terminantemente contra o Império, que, a essa altura, aos seus olhos, parecia tolher irrevogavelmente o movimento da humanidade rumo ao progresso. Antônio Prado se formou enquanto fazendeiro, capitalista e defensor dos interesses econômicos de seus pares, que passaram a se antagonizar com os dos tradicionais barões do café ligados à Bacia do Paraíba. Enquanto político, assumiu compromisso com o progresso, com o capital e com todas as questões imediatas ligadas a esses dois pilares, colocando sua província de origem no epicentro dessas transformações, o que fica evidente nas iniciativas paulistas pelo federalismo e pela imigração. Ambas podem ser entendidas como marcos de um descompromisso com as bases imperiais e com o próprio sistema político. Em discussão sobre a escravidão no Senado, em 1887, o conselheiro Prado evidenciou esse estado de espírito, censurando conservadores e liberais pelo o que acreditava ser sua ineficácia na resolução da questão, mostrando preocupação com os efeitos do sectarismo no sistema político:

Já é mais do que tempo de se iniciar uma política de horizontes mais vastos, e que se inspire no patriotismo.

... A batalha pelo poder corrompeu todos os estados com negócios, ideias confusas, princípios falsificantes, caracteres enfraquecedores.

Os partidos não têm mais divisas, e, se as têm, são divisas sem princípios.²⁰⁰

De fato, esse sentimento pôde construir-se a partir de sua própria experiência. Ele próprio modificou princípios para ganhar poder, como no episódio de seu apoio e promoção da lei de 1885. Anos antes, Prado se colocou ao lado dos que se opunham terminantemente à aprovação da Lei Rio Branco, primeira grande reforma da escravidão desde o fim do tráfico internacional em 1850. Nos últimos anos da monarquia, as divergências colocaram em cheque a centralização política do Império, aproximando-o cautelosamente da ideia federalista, guinada aplaudida por uns como realismo político e condenada por outros como oportunismo ou traição ao Partido Conservador.

Por trás da evolução de Antônio Prado, de escravocrata e monarquista, em 1871, a abolicionista e profederalista, em 1888-1889, havia manifestações em São Paulo, onde o sectarismo era usualmente posto de lado quando se colocava a questão do desenvolvimento econômico. Na sua percepção,

²⁰⁰ PRADO, Antônio. Discurso no Senado em 19 de setembro de 1887, republicado em PRADO, Nazareth. Op. cit., p. 236.

(...) uma das razões, senão a razão principal da prosperidade da minha província é que o paulista não politica em se tratando de melhoramentos materiais. Há ali estradas de ferro, empresas de navegação e outras organizadas por iniciativa de conservadores, liberais e republicanos, os quais esquecem dissentimentos quando o seu concurso é exigido a bem da província.²⁰¹

O fato de a monarquia não compartilhar, pelo menos não na visão do conselheiro, dos preceitos paulistas, valorizando mais a “política de aldeia” do que os melhoramentos nacionais, justificaria seu ceticismo político e até mesmo desencanto. Seu investimento em ferrovias, na imigração e, finalmente, na abolição, caracterizavam elementos do liberalismo brasileiro do século XIX que, especialmente em São Paulo, transcendia filiações partidárias formais.

Nesse contexto, na década de 1880, enquanto os fazendeiros levavam a cabo um bem-sucedido programa de imigração em São Paulo, os Prado abandonavam gradualmente sua oposição à abolição, abrindo diálogo com um líder abolicionista e liberal, Joaquim Nabuco. No começo da década de 1880, Martinico Prado escreveu a Nabuco dizendo compartilhar de seus pontos de vista em relação à abolição, não só em bases humanitárias, mas também porque “rendo-me, acima de tudo, a uma convicção econômica de que este país só será verdadeiramente rico no dia em que não houverem mais escravos”.²⁰² Mais tarde, em 1887, quando se tornou evidente a falência da passagem gradualista à abolição, que os Prado haviam defendido, e as fugas em massa de escravos das plantações paulistas começaram a ocorrer, os Prados ingressaram em uma associação de fazendeiros, a Associação Libertadora, que apoiava as crescentes petições pela abolição. Logo após, Eduardo Prado escreveu a Nabuco informando-o dos planos de Associação Libertadora e tentando obter o apoio do abolicionista para a empresa dos plantadores paulistas:

Se puder acontecer que a grande maioria dos fazendeiros na província de São Paulo prometa libertar todos os seus escravos no fim de 89, ficará o seu partido (os liberais abolicionistas) satisfeito?
Pode ele se limitar a exercer pressão sobre os proprietários de escravos do Rio de Janeiro para que imitem o exemplo dos paulistas?²⁰³

De acordo com Levi, Nabuco simpatizava com esta maneira de tratar o assunto, já que ele dividia a sólida oposição dos plantadores de café sulistas à abolição e escavava

²⁰¹ Discurso no senado a 2 de setembro de 1886, republicado em PRADO, op. cit., p. 123-125.

²⁰² LEVI, op. cit, p. 204.

²⁰³ Idem, p. 205.

uma brecha entre Antônio Prado e os mais retrógrados líderes conservadores, tais como João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Em sua audiência com o Papa Leão XIII, Nabuco levantou a questão de que o abolicionismo havia se tornado um movimento “proeminente da própria classe dos proprietários de terra”, citando a posição recém-adotada de Antônio Prado como uma prova.

O emancipacionismo paulista

Concomitantemente às agitações militares, no início de junho de 1887 recrudesciu a violência emancipadora de escravos em São Paulo. O abandono das fazendas na região causou uma mudança fundamental no sistema de mão de obra. Enfrentando a perda de seus escravos e sentindo que a escravidão não duraria muito mais, fazendeiros paulistas resolveram seguir o exemplo dos gaúchos e conceder liberdade provisória aos seus escravos através de contratos de trabalho. Em junho e julho houve uma verdadeira onda de alforrias desse tipo em São Paulo.²⁰⁴

Os fazendeiros de Campinas, que não se mostraram dispostos a aderir ao movimento de libertação até que muitos dos seus escravos começassem a abandoná-los, reuniram-se, entre o final de agosto e o início de setembro, para discutir a questão. Esse encontro resultou em uma declaração pública que incitava à libertação provisória de escravos. A declaração dizia que o problema do fim da escravatura seria mais bem resolvido pelos fazendeiros. A essa altura dos acontecimentos, a estabilidade da força de trabalho era a maior preocupação da agricultura, que estava sendo rapidamente destituída dos seus escravos, induzidos a fugir. Os proprietários paulistas começavam a perceber que, caso concessões não fossem feitas imediatamente, escravos e libertos continuariam abandonando em massa o trabalho, incentivados pela mudança do clima moral da repressão, já que a polícia vinha falhando em detê-los. A isso, somava-se a falta de apoio da opinião pública à escravidão e a crescente indiferença que aqueles que não possuíam escravos vinham desenvolvendo em relação às fugas. Com isso, os proprietários passaram a apostar que, se os escravos fossem libertados com a condição de trabalharem por mais algum tempo, seria possível contar com as autoridades para fazê-los trabalhar. De acordo

²⁰⁴ CONRAD, Robert. Op. cit, p. 301.

com Conrad, um espírito de ordem pública não permitiria que se induzisse “homens livres” a fugir.²⁰⁵ Convencidos, os fazendeiros de Campinas resolveram, em 4 de setembro, conceder a liberdade condicional a seus escravos, com a obrigação de que estes os servissem até 1890, um período de mais de três anos. Além disso, redigiram uma petição à Câmara Municipal, requerendo que fossem legislados termos de prisão de um ou dois meses a pessoas que induzissem os libertos a esquecerem suas obrigações de trabalho.²⁰⁶

Enquanto os fazendeiros de toda a província iam se convertendo ao emancipacionismo condicional dos cativos, e os escravos insistiam em buscar a liberdade total, alguns dos principais líderes políticos paulistas convertiam-se subitamente ao abolicionismo, percebendo a crise da escravidão como uma ameaça à propriedade e a qualquer regime de trabalho.

Em 13 de setembro de 1887, Antônio Prado apresentou no Senado uma petição assinada pelos fazendeiros de Campinas, pedindo medidas enérgicas para forçar o regresso de muitos dos escravos da comunidade que haviam se refugiado em Santos. Uma semana antes, havia prometido libertar todos os seus escravos até o final de 1889, o que o distingue do movimento abolicionista. Nesta altura, os abolicionistas não aceitavam nada diferente da abolição imediata. Em seu discurso, Prado comparou as dificuldades de alguns fazendeiros de Campinas, que haviam relutado em libertar seus escravos, com a situação, de acordo com ele muito melhor, de fazendeiros da província que já o haviam feito e estavam contratando trabalhadores livres, concluindo que a agitação na sua província só poderia terminar com a manumissão provisória.²⁰⁷

No entanto, o emancipacionismo dos fazendeiros parecia não satisfazer os escravos, que continuaram abandonando as fazendas em busca de uma liberdade imediata. Uma fuga massiva em Itu serviu para que mais um poderoso grupo de pressão retirasse seu apoio ao sistema escravocrata. Como já foi dito anteriormente, como primeiro pronunciamento do recém-fundado Clube Militar, uma parcela do Exército, chefiada pelo marechal Deodoro da Fonseca, recusou-se a perseguir escravos fugidos. Uma petição, dirigida à princesa Isabel, e publicada no jornal *O Paiz*, pedia que a corporação fosse poupada da “humilhante” tarefa. O documento salientava a boa vontade

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Idem, p. 302.

²⁰⁷ Idem, p. 303.

do Exército em manter a ordem em caso de revoltas de escravos, mas pedia que os soldados não fossem destacados para a tarefa de capitão do mato, colocando-se atrás de escravos cuja fuga havia sido pacífica. A simpatia ao abolicionismo não atingia toda a corporação. No entanto, o papel de caçador de escravos era considerado perigoso e inglório.

No final de novembro e início de dezembro de 1887, a agitação parecia aumentar em São Paulo. Os jornais não cessavam de publicar relatos de escravos abandonando fazendas, algum deles armados, saqueando e assaltando passantes nas estradas. As unidades do Exército enviadas para controlá-los nada faziam.²⁰⁸

Em resposta às crescentes agitações, os políticos paulistas começaram a estudar e planejar, durante os últimos meses de 1887, uma total reformulação no sistema de trabalho. As mudanças previam melhorias nas condições de vida e trabalho, e até salários para os escravos, tudo na esperança de mantê-los trabalhando. Cerca de 20 plantadores de café, incluindo representantes dos três partidos políticos, donos de um total de 2.500 cativos, concordaram em estabelecer uma sociedade de fazendeiros com o propósito específico de promover a emancipação de todos os escravos da província até dezembro de 1890. Reunidos na capital, nomearam uma comissão de cinco membros, incluindo Antônio Prado, para que preparassem os estatutos da nova organização e marcassem um comício público para 15 de dezembro, com o objetivo de consagrar o estabelecimento definitivo da associação libertadora da província.²⁰⁹

Conforme o programado, em 15 de dezembro, mais de 50 fazendeiros e os representantes de outros 156 proprietários de quase 7 mil escravos se reuniram em São Paulo. O jornal *Correio Paulistano*, propriedade de Antônio Prado, deu os nomes de 199 pessoas que assinaram a lista de inscrições para membros da sociedade. A lista incluía representantes das poderosas famílias Souza Queiroz, Prado e Barros. O principal objetivo do comício era tornar público, e talvez até conscientizar os escravos, que os proprietários estavam reunidos para discutir a emancipação e, assim, as conferências foram abertas.²¹⁰

A única divergência entre os proprietários presentes se verificava em torno do caráter da emancipação, se deveria ser total e imediata ou provisória. Campos Sales –

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Idem, p. 307.

²¹⁰ CONRAD, Robert. Op. cit.

proprietário de terras e de escravos, e um dos principais dirigentes do Partido Republicano Paulista, o mais forte do país – e alguns de seus seguidores defendiam a emancipação imediata. Antonio Prado, por sua vez, ponderava, defendendo que obrigar os escravos a trabalharem por um tempo adicional constituiria uma política flexível. Se as circunstâncias econômicas, ou imprevistos de outra ordem, exigissem um período mais curto, ou até a emancipação imediata e sem condições, seus esforços poderiam convergir nesse sentido.²¹¹

A associação visava promover a emancipação de todos os escravos da província por meio da propaganda organizada. Seu maior objetivo era manter os libertos nas fazendas e garantir a ordem pública, que, no entender dos proprietários, poderia ser gravemente ameaçada pela presença massiva de libertos desempregados vagando pelas estradas. Apenas a libertação não resolveria, por si só, os problemas econômicos dos escravos, de acordo com Prado. Eram necessárias concessões adicionais. Começavam, portanto, a cogitar conceder-lhes “direitos de homens livres”, ou seja, de cidadania, que muitos escravos reivindicavam por meio de suas fugas.²¹²

Uma pequena parcela de fazendeiros, chefiada por Campos Sales, declinou do apoio à associação com base na reivindicação da abolição imediata. No entanto, a maioria dos fazendeiros presentes na reunião aderiu, colocando a província mais rica do Império no caminho de uma rápida solução para o problema da mão de obra.²¹³

A reunião teve efeito instantâneo. Imediatamente depois, vários fazendeiros paulistas começaram a tomar providências para viabilizar a transição para a mão de obra livre. A família Souza Queiroz libertou todos os seus escravos dois dias após a reunião, como já havia feito Campos Sales. A associação atraiu, também, o apoio de fazendeiros do Oeste paulista. No dia seguinte à reunião, os jornais do Rio de Janeiro publicaram muitos telegramas de São Paulo que relatavam o rápido movimento de libertação.²¹⁴

Mesmo tendo as medidas de emancipação provocado divisões no Partido Conservador paulista, a ala capitaneada por Antônio Prado conseguiu estabelecer importantes alianças. Como os escravos continuavam abandonando as fazendas, os proprietários passaram a instruir seus capatazes no sentido de permitir que os agora trabalhadores livres, e escravos de outras fazendas, famintos e cansados de caminhar,

²¹¹ Idem.

²¹² Idem.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem, p. 309.

aparecessem em busca de emprego remunerado. Nas semanas seguintes à reunião de 15 de dezembro, os trens continuavam sendo detidos e revistados à procura de escravos fugidos, mas agora apenas para lhes oferecerem emprego remunerado.²¹⁵

Segundo consta, na data da Abolição, mais de um terço das fazendas da província de São Paulo já utilizava o trabalho de escravos que haviam abandonado outras propriedades e agora eram remunerados. De acordo com Robert Conrad, esse arranjo era vantajoso para os plantadores de café, uma vez que, mesmo em escala temporária de trabalho, quatrocentos réis diários, em uma renda anual de trabalho, equivalia ao valor de três sacas de café, talvez um oitavo da capacidade produtiva do trabalhador.²¹⁶

Em fevereiro de 1888, já se podia afirmar que a política do emancipacionismo havia sido um sucesso em São Paulo. Muitos dos libertos e fugitivos regressavam ao trabalho ou encontravam emprego assalariado em outras fazendas. Na sua maioria, os fazendeiros haviam aceitado a solução de Prado, e aqueles que não o fizeram encontravam suas roças desertas.²¹⁷

Para Robert Conrad, a libertação de mais de cem mil escravos na província de São Paulo foi marcada por certa violência. Um importante levante social transformou o sistema de trabalho da província, em poucos meses, com pouca perda de vidas e de propriedades, em parte devido à oportuna chegada dos imigrantes italianos. Sua vinda, contudo, foi menos importante como uma causa do emancipacionismo dos fazendeiros do que como uma solução para a súbita crise de mão de obra, que não se esperava que ocorresse antes de uns cinco ou seis anos. Mesmo com os dois acontecimentos estando ligados entre si, foi a fuga dos escravos que finalmente convenceu os senhores de São Paulo de que o momento da libertação havia chegado. Os proprietários ainda não estavam prontos para efetuar uma rápida transição para o trabalho livre. Hesitaram ou concederam liberdade condicional, ao mesmo tempo em que pediam a ajuda do governo central para a restauração da ordem e do sistema de trabalho. Apenas quando, muito relutantemente, compreenderam que nada, a não ser a libertação total, solucionaria seu problema, é que se converteram ao abolicionismo. Esse tipo de abolição foi bem diferente da sonhada por líderes abolicionistas históricos, como Luiz Gama e Joaquim Nabuco. O emancipacionismo dos fazendeiros paulistas não foi um ato de generosidade, e sim uma

²¹⁵ Idem, p. 310.

²¹⁶ Idem, p. 311.

²¹⁷ Ibidem.

tentativa de defender interesses econômicos ameaçados, um esforço de recolher as migalhas de um sistema que se desintegrava.²¹⁸

Com o sucesso de sua experiência, os dirigentes paulistas apressaram-se a acabar com a escravatura por meio de uma ação legislativa e a instigar a abolição em todo o Império. Em 25 de fevereiro, aniversário de Antônio Prado, a capital provincial foi declarada livre de escravos. Dois dias mais tarde, um projeto para aplicar um imposto de 400 mil-réis sobre cada escravo ainda existente na província foi introduzido na Assembleia Provincial, debatido e rapidamente aprovado em 7 de março, mas nunca chegou a ser sancionado pelo então presidente provincial Rodrigues Alves. Contudo, em menos de uma semana, a Assembleia paulista decidiu, unanimemente, submeter uma petição à Assembleia Geral para que esta agisse rapidamente, por razões sociais, morais e econômicas, no sentido de abolir a escravatura no país inteiro.²¹⁹

Com o fim da escravidão em São Paulo, restavam poucos obstáculos significativos à abolição total. Os únicos importantes defensores da escravatura eram o gabinete Cotegipe e os fazendeiros da província do Rio de Janeiro, apoiados por alguns proprietários de distritos vizinhos, nas fazendas de São Paulo e Minas Gerais, e mais alguns retardatários espalhados por grande parte do país. Para eles, a principal questão era a da indenização, porque não abriam mão do seu direito à propriedade escrava.²²⁰

Quando a ordem é garantida pela força: o caráter repressivo do ministério Cotegipe

Em fins de junho de 1887, por ocasião da partida do imperador para a Europa para tratar-se de problemas de saúde, a princesa Isabel assumiu a regência. Na ocasião, com o gabinete abalado pelas crises políticas, Cotegipe pediu demissão, que foi negada pela princesa. Em um documento escrito em dezembro de 1888, após a queda do Ministério, a princesa explicaria as razões que a fizeram conservar o barão no poder:

O Barão de Cotegipe parecia-me poder sustentar a situação e eu conhecia-lhes as tendências firmes no que diz respeito à religião, tendências infelizmente raras. Além disso, não gostando de choques, não havendo razão então que me

²¹⁸ Idem, p. 313.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Idem, p. 320.

fizesse pensar menos bem do ministério, estimei conservá-lo, e assim vivemos em muito boa harmonia bastante tempo.²²¹

Como vimos, durante todo o ano de 1887, as fugas e violências de escravos aumentaram em proporções alarmantes na província de São Paulo. Pouco tempo após o Exército se recusar a perseguir escravos fugidos, e os chefes de ambos os partidos monarquistas de São Paulo anunciarem que libertariam todos os seus escravos até o final de 1890, no Nordeste, a maioria de seus líderes adotava uma política neutra ou abolicionista. João Alfredo, líder do Partido Conservador de Pernambuco, libertou seus escravos em junho do mesmo ano, marcando definitivamente sua adesão à abolição.²²²

Desde a aprovação dos termos que proibiam os castigos físicos, o gabinete Cotegipe optara por uma postura primordialmente pautada na repressão. Tendo à frente o chefe de polícia do Rio de Janeiro, João Coelho Bastos, o governo passou a investir contra o movimento abolicionista e os escravos fugidos. Recusando-se a revogar o “Regulamento Negro”, o governo não hesitou em enviar, da capital, fugitivos capturados para os senhores na província. Em agosto de 1887, o então ministro da Agricultura, Rodrigo da Silva, chegou a uma decisão sobre os registros de escravos, que, segundo os abolicionistas, reescravizaram treze mil pessoas na região de Campos, provocando uma onda de protestos que causou a proibição das reuniões públicas e violências nas ruas e praças da Corte. Pouco após o público ter tomado conhecimento dessas medidas, um comício de protesto foi marcado no Teatro Polytheama, mas foi impedido por bombas e capoeiras contratados e vestidos com camisas da polícia. No dia seguinte, Coelho Bastos publicou uma ordem policial, proibindo reuniões e comícios em edifícios públicos e à noite, ameaçando impedi-las à força.²²³

Cerca de um ano antes, em carta ao barão de Cotegipe que também versava sobre protestos na cidade de Campos, ainda que em menores proporções, D. Pedro II havia dado instruções no sentido de que a atuação da polícia se limitasse à manutenção da ordem.²²⁴ No entanto, meses mais tarde, os rumos tomados pela situação haviam tornado o aparato repressivo do ministério Cotegipe não só excessivo como ineficiente, fato que contribuía ainda mais para o desgaste moral do gabinete perante a opinião pública.

²²¹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 32.

²²² SCHULZ, John. Op. cit, p. 115.

²²³ CONRAD, Robert. Op. cit., p. 320.

²²⁴ PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 271. Carta de 30 de janeiro de 1886.

Um dia depois dos confrontos em Campos, deu-se um embate entre abolicionistas e polícia no Campo da Aclamação, na Corte, quando as autoridades tentavam impedir um comício que tinha por objetivo denunciar a ordem do governo de reescravização de treze mil ex-cativos em Campos. Nessa mesma noite, outro choque ocorreu diante da redação da *Gazeta da Tarde* e vários outros atos de brutalidade da polícia foram registrados em vários pontos da cidade. Apesar da oposição do Senado à medida, o ministério Cotegipe não se deixou abalar e fez o necessário para conseguir o apoio da Câmara.²²⁵

No final de agosto, cerca de dois mil abolicionistas desafiaram de novo a proibição de comícios públicos com outra reunião no Teatro Polytheama, quando o regime escravista foi denunciado. Mesmo já abandonado por parte expressiva da opinião pública e por importantes membros do seu partido, o gabinete Cotegipe continuou desafiador. De acordo com Conrad, o mais sério abuso de direitos públicos verificou-se em outubro e novembro na região açucareira de Campos, onde atos de violência e terror foram levados a cabo com a aparente aprovação do governo central. No período, greves de escravos e fugas maciças para a cidade fizeram que, para impedir as paralisações e o abandono das fazendas, uma grande força policial fosse enviada para as propriedades em meados de outubro, a fim de acompanhar os cativos durante todas as atividades do dia.²²⁶

Pouco depois, em 25 de outubro, a polícia iniciou um movimento de repressão ao movimento abolicionista local, através de um ataque à redação do jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março*, editado por Carlos de Lacerda. Por ordem do chefe de polícia local, homens encapuzados invadiram a sede do periódico, destruindo móveis e equipamentos de impressão. Vários abolicionistas foram presos em suas casas, ficando incomunicáveis. De acordo com Robert Conrad, Carlos de Lacerda se escondeu e apareceu depois no Rio de Janeiro, mas a polícia provincial não desistiu de procurá-lo, ameaçando a sua vida.²²⁷

Na manhã de 26 de outubro, a redação do *Vinte e Cinco de Março*, demolida e abandonada, foi cercada por uma força de cavalaria, por capangas e policiais com a intenção de levantar o assoalho em busca de escravos fugidos. Na manhã seguinte, policiais apareceram diante do jornal republicano *Gazeta do Povo* para provocar os ocupantes do edifício. Elas invadiram a oficina do jornal, destruindo sua impressora.²²⁸

²²⁵ CONRAD, Robert. Op. cit., p. 320.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem, p. 321.

²²⁸ Idem.

Até o final de novembro, episódios de fuga e repressão policial não cessaram na província de Campos. Esses e outros atos, incluindo o quase envio simultâneo de unidades navais e policiais para São Paulo, impopularizavam o gabinete, e criavam, na opinião pública, uma imagem do governo de Cotegipe como repressivo e de obstáculo aos anseios nacionais abolicionistas.

Cotegipe e a crise do Império

Como já foi mencionado, a conjuntura de 1871 permitiu que, ainda que às custas de dissensões e conturbações parlamentares, a reforma da escravidão pudesse ser aprovada sem pressões que ameaçassem a ordem no Império, diferentemente do que se daria em 1885. Em carta a Cotegipe, Rio Branco enfatizou o compromisso conservador com a estratégia derogatória que a lei de 1871 inaugurara. A partir de então, o processo de discussão da lei e as opiniões dos dois líderes passaram a ter alguns pontos em comum: o controle da possibilidade de liberdade, o controle e o reforço do caminho reformista legal e, acima de tudo, o controle dos efeitos políticos e sociais da lei.²²⁹

A tarefa de Cotegipe, chamado ao poder em 1885, era aprovar outra medida derogatória, só que, agora, diferentemente de em 1871, diante de uma pressão direta pelo fim da escravidão e de ameaças de ruptura da ordem institucional. Contudo, sua disposição para reformas e transformações terminava ali. Ele se opunha terminantemente a qualquer mudança de enfoque fora dos parâmetros estabelecidos pela legislação aprovada durante a sua chefia. Em consequência, com as crescentes pressões externa – por parte do movimento abolicionista – e interna – resultante da divisão da classe dirigente – a política de Cotegipe precisou basear-se na repressão intensa e constante, não apenas aos escravos, mas também aos abolicionistas, e, naturalmente, para implementar tal política, foi necessária a manutenção de um aparelho policial “linha dura”.

Cotegipe demonstrava entender o momento peculiar em que se colocava à frente do poder. A quebra do consenso entre a classe dirigente, o avanço de movimentos contestatórios – o abolicionismo e o republicanismo – e a incapacidade demonstrada pelos liberais para encaminhar as reformas necessárias o motivaram a, no papel de um

²²⁹ GEBARA, Ademir. Op. cit., p. 84.

intelectual dirigente, formular diretrizes para a defesa do regime, diretrizes estas que deveriam ser postas em prática por iniciativa do Partido Conservador. E era exatamente a situação que o partido vivia uma de suas principais preocupações.

Cotegipe temia que o arrefecimento do Partido Conservador, segundo ele o verdadeiro responsável pela manutenção e conservação da ordem, expusesse as instituições a sérios perigos. Acreditava que, em face da crescente massa de descontentes, a monarquia constitucional não se poderia manter senão às custas de uma forte vigilância e resistência aos avanços da “democracia”.²³⁰ Sua noção de “democracia”, provavelmente, tinha relação com a onda de mudanças que, durante o período da década de 1880, fez que a população das cidades, em especial a do Rio de Janeiro, aprendesse a reivindicar nas ruas e pela imprensa. Como nos mostra Maria Tereza Chaves de Mello, nesse período a rua foi ressignificada, adquirindo um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. Ela passou a disputar, e com vantagem no fim da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político.²³¹ Em tais circunstâncias, Cotegipe creditava o perigo eminente não ao desempenho dos liberais, mas àquilo que acreditava que eles não poderiam conter – os movimentos abolicionista e republicano, fortemente representados nesse espaço público ampliado e remodelado.

Cotegipe percebia que a política do dia a dia vinha atropelando as instituições e seus fundamentos morais e, em consequência, a necessidade da articulação de uma resistência. Pensava, no entanto, que uma resistência apenas materialmente atrelada ao governo, ou a algum grande órgão de imprensa, seria ineficiente. Ela deveria estar associada moralmente ao governo e ser apoiada por um conjunto de “amigos sinceros das instituições”.²³² Para tanto, entendia que o trabalho da imprensa, por meio da propaganda, era essencial. Porém, não o da grande imprensa, que, de acordo com ele, precisaria, eventualmente, sacrificar-se, abrindo mão de seus interesses particulares. Para Cotegipe:

A imprensa é sem contestação o elemento mais poderoso para dirigir o espírito público, e arredá-lo das seduções dos inovadores e anarquistas, porém, seria em vão reclamar da grande imprensa o sacrifício de seus interesses pela defesa longa, e até certo ponto problemática de instituições sem dúvida capazes de fazer a felicidade da nação, mas estremecidas por abusos e abandonadas por ceticismo.²³³

²³⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²³¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., p. 29.

²³² Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²³³ Idem.

O ataque ideal deveria partir da atuação da pequena imprensa, que

pela multiplicidade de seus órgãos, modicidade de seu preço, e energia de sua linguagem difunde-se pelas camadas menos refletidas da população, incita suas paixões, e desvaria o seu entendimento. A propaganda feita assim produz efeitos incalculáveis, e que nós já vamos sentindo.²³⁴

A citação acima indica um importante elemento para captar o dilema de Cotegipe, retomando a questão do consenso que se perdia. Trata-se da perda do consenso passivo das massas, fruto da ação da “democracia” e da “anarquia” – nas palavras do próprio Cotegipe²³⁵ –, e a formação do que se poderia chamar de um dissenso ativo, o qual os liberais vinham se mostrando incapazes de deter. De tabela, ela explicita qual era a concepção do barão acerca da função dos liberais dentro do sistema: conter, controlar e encaminhar o dissenso.

Moral, imprensa, consenso e opinião pública eram elementos que orientavam Cotegipe. E os efeitos da pequena imprensa a que ele se refere certamente têm relação com a ação dos periódicos do período, principalmente na Corte, que desempenhavam o papel de ator político. Na oposição – tanto ao regime, quanto ao governo – órgãos oficialmente partidários, como os jornais republicanos *A República* e *A Província de São Paulo*, e vários de filiação não oficial, proliferavam, ganhando destaque em meio à população, divulgando causas de força, como a abolicionista, ferozmente defendida pela *Revista Illustrada*, por exemplo, que chegou a ser considerada por José do Patrocínio como “a bíblia da abolição”.²³⁶

Sendo assim, já havia-se tornado claro para Cotegipe que a manutenção das instituições dependia da articulação de um contra-ataque com a finalidade de restaurar o consenso que se quebrava – pelo movimento abolicionista, pela mobilização popular e, principalmente, pela ação dos escravos neste quadro político específico –, tanto no interior do Partido Conservador, citado por ele como o único capaz de garantir a ordem, quanto na sociedade, e de impedir que a ordem precisasse ser mantida essencialmente através da força, expondo o regime a sérios riscos. A forma ideal de ataque não tardou a ser notada. Tratava-se da propaganda. Segundo Cotegipe, ela vinha sendo desprezada até

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Sobre a história e o papel da imprensa no período, cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1966.

então pelas classes dominantes, que, da mesma forma, não estariam também engajadas na manutenção das instituições.²³⁷

Seu ressentimento quanto ao “descaso” da classe dominante com as instituições certamente é fundamentado na atitude da parcela paulista de fazendeiros, capitaneados por Antônio Prado, que, desde 1887, vinha encaminhando a emancipação dos escravos da província, mesmo contra as diretrizes do gabinete chefiado pelo barão. Em carta a Araújo Pinho, Cotegipe discutiu os acontecimentos em São Paulo:

Não lhe dou notícia das façanhas do Prado em S. Paulo, porque dos jornais constam. Os conservadores poupam o trabalho aos liberais. Em Minas reina a discórdia, como se contassem com grande maioria. Por toda a parte reina a anarquia e a loucura. Não me surpreende, pois, o que vai por aí.²³⁸

Poucos dias depois, em nova carta, Cotegipe acrescentou:

Aquilo por S. Paulo não vai bem. Agora os libertos é que estão fugindo e abandonando as fazendas em massa! O Prado faz grande fiasco: só consegue retalhar o partido.

A reunião do Paulino tem um fim, e é mostrar que não convém precipitar, e sim dar tempo a que a Prov^a se prepare. Tudo isto não passa de cataplasma emoliente – desde que os conservadores enfraquecem, supondo que continuarão no poder. Engano! O que os justificaria? Se não fosse o mal geral – eu os ajudaria – para rir-me depois.²³⁹

A menção a uma reunião com Paulino Soares de Sousa com o fim de mostrar a conveniência de dar tempo para que a província do Rio de Janeiro se preparasse para a abolição reforça o argumento de que, a essa altura, mesmo com todas as pressões externas, Cotegipe se mantinha firme na proposta de transição iniciada com a lei de 1871. Lembremos que o Rio de Janeiro era o local de maior concentração das fazendas de café e escravos do Vale do Paraíba, em decadência.

Do outro lado, Prado investia nas ofensivas abolicionistas, defendendo que:

as novas condições do trabalho agrícola, já tão modificadas pela benéfica imigração, exigem a pronta extinção da árvore secular da escravidão que, com a sua sombra esterilizadora, não deixa medrar num solo livre o trabalho livre, que fecunda e nobilita o homem, engrandecendo as nações. Felizmente em São Paulo, querer é poder – e isso está provado pela gloriosa campanha da libertação da província, na qual ricos e pobres formando um só exército,

²³⁷ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²³⁸ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 25 de novembro de 1887.

²³⁹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 11 de dezembro de 1887. Grifos no original.

caminhando sob a mesma bandeira, de vitória, proclamam a libertação dos municípios.²⁴⁰

De volta à questão da imprensa, Cotegipe, coincidentemente ou não, sistematizou tais ideias, em especial o valor que creditava à propaganda, exatamente no momento em que, por meio do trabalho propagandístico exercido pelo jornal *Correio Paulistano*, de propriedade de Antônio Prado, vários dos principais proprietários ligados à lavoura de São Paulo ingressaram no movimento de transição que vinha se fortalecendo nessa província. É provável que, após acompanhar o desenvolvimento da imprensa republicana e abolicionista, e ver o potencial e a projeção das realizações de seus opositores partidários alcançadas, em parte, por meio do mesmo veículo, Cotegipe tenha concluído ser essa a arma mais eficaz para articular sua ofensiva.

Para o barão, era clara a relação entre a atuação da imprensa do período e a crise atravessada pelo regime. No seu modo de ver, quando os grandes órgãos de imprensa passavam a tratar de política, isso significava que estava em curso uma crise iminente, uma vez que a abstenção de seus interesses particulares revelaria o “acontecimento do patriotismo” e a preponderância dos interesses materiais.

Certo de que as instituições imperiais não poderiam ser garantidas e defendidas com os conservadores divididos e enfraquecidos, mais do que um instrumento de reflexão, ao sistematizar essas ideias em um documento com caráter de manifesto²⁴¹, Cotegipe buscava divulgar suas percepções dentro do Partido Conservador, na esperança de convencê-lo da eficácia da forma de ação que acreditava ser a mais adequada para reagrupar seus dirigentes. Educar o partido seria a única forma de fortalecê-lo, para então educar as massas e restabelecer o consenso, estando assim preparado para encarar o momento de crise, preservando as instituições e salvaguardando o regime.

Novamente em carta a Araújo Pinho, o dirigente baiano deixava claros seus objetivos:

(...) Muito me apraz, que SS. houvesse aprovado a minha resolução sobre a imprensa, e que esteja de acordo com e disposto a sustentá-la. Nós precisamos educar o partido, reunidos, e expurgá-lo. O meio é esse.

²⁴⁰ Antônio Prado apud RIBEIRO, Antonio Sergio. Verbete Antônio Prado. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 – 1930)*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>. Acesso em 7 de abril de 2019.

²⁴¹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

Sei, que alguns não gostarão; mas isso mesmo prova que o golpe doeu. Aqui a oposição é geral, e apesar disso o governo viverá com ou sem mais modificação. É o que nos convém- para que mostrem as aptidões, embora sofra o país por algum tempo.²⁴²

A ideia de sacrifício temporário do país, de inevitabilidade de certo “sofrimento” indica consciência de que a coerção, ainda que momentânea, se fazia necessária como única forma de controle. Tratava-se de dominar até que o consenso e a hegemonia fossem restabelecidos. Por isso mesmo, a imprensa e a propaganda se faziam tão importantes para Cotegeipe. Veiculada em pequenos órgãos, que não precisariam viver o conflito entre os interesses da empresa e os da ideia, a propaganda era o meio de ação. Para ele:

Na imprensa há dois interesses que dificilmente se conciliam, principalmente em um país em que os partidos não são fortes pelo número de seus aderentes, e pelo vigor das convicções. Estes dois interesses são: os da ideia e os da empresa. Entre abandonar o órgão, ou sacrificar a empresa em seus resultados, a escolha seria indiferente, porque sem o órgão a ideia não teria ação. Nestas circunstâncias a ideia reclama um órgão que não lhe imponha sacrifícios, que a não constranja, e que pelo contrário seja por ela dominado. Este resultado é inatingível quando a empresa constitui o patrimônio de seus proprietários, que nela veem a garantia de seu presente, e a esperança do futuro de suas famílias. Nesta hipótese a empresa pretere sempre a ideias, e as sacrifica muitas vezes, porque em momentos de luta abstenção é o maior auxiliar da propaganda.²⁴³

Essa imprensa, polarizada entre a ideia e a empresa, seria um indício importante da mudança das condições sociais, econômicas e intelectuais em que se estaria fazendo política no país a partir da década de 1880. Com empresários que buscavam viver de suas empresas e jornalistas, de seu ofício, essa imprensa era um indício de um novo ambiente urbano, mais encorpado, complexo e diversificado, formado por profissionais liberais, trabalhadores livres, funcionários, engenheiros, técnicos e empregados do comércio e do setor de serviços, descomprometidos com a escravidão e com o restrito espaço público imperial anterior, canalizado para o Estado e para o governo. Essa nova sociedade civil é fundamental para explicar o surgimento do movimento abolicionista. No caso específico da imprensa, trata-se, ao menos, de um esboço do surgimento de uma comunicação de massas, muito distinta da velha imprensa dos períodos anteriores, e na qual empresários e jornalistas, como um novo tipo de intelectual, eram fundamentais. Convivendo com a

²⁴² Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Araújo Pinho. Lata 548, pasta 68.

²⁴³ *Ibidem*.

velha imprensa, patrocinada diretamente por partidos, grupos e pelo governo, a nova aparece como um elemento fora do controle. Essa é a questão de Cotegipe.²⁴⁴

Em relação ao Partido Conservador, Cotegipe seguia uma linha tradicional, caracterizando sua índole como defensiva. De acordo com João Camillo de Oliveira Torres²⁴⁵, o conceito de conservadorismo significa uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições, e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar as continuidades com o passado. O conservador acha condenável toda reforma que não esteja baseada em condições preexistentes. Pode-se reformar, por meio de um processo cauteloso, mas nunca mudar radicalmente. Sobre os conservadores, Cotegipe desenvolve uma ideia interessante, contrapondo o que acredita ser a índole do partido ao seu papel na política concreta. Se, por um lado, em todos os lugares e em todos os tempos, o papel dos conservadores é o da defesa, naquele momento de crise era preciso contra-atacar. Ele conclama o partido a atuar na política imediata, fazendo frente à “audácia” e às “arrojadas temeridades” de seus adversários.²⁴⁶ A verdadeira prova seria a de que em um país de liberdade de imprensa, nem a monarquia e nem a religião poderiam se sustentar sem uma defesa vigilante e corajosa. Cotegipe acreditava, em sendo inevitáveis mudanças, que elas fossem feitas controladamente e incorporadas sem abalos à ordem estabelecida. Sem constantes contra-ataques, as instituições se tornariam fracas. Parecia claro para ele que o trabalho de manutenção do consenso não termina nunca, e que seu maior objetivo seria evitar revoluções políticas e abalos à ordem. Esse plano demandaria inúmeros sacrifícios, mas que trariam ótimos frutos. Caso contrário, seria de presumir que, ao primeiro choque, as instituições cairiam, deixando todos admirados da sua fraqueza.

No entanto, mesmo depois de trabalhada a sociedade pela propaganda, de excitados os ideais, não seria provável a vitória dos “bons princípios”, senão após grandes provações. Seria hora de tocar o alarme contra os elementos que diariamente alimentavam

²⁴⁴ Cf. GRAHAM, Sandra L. Op. cit.; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Op. cit.; SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Abolição e modernidade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 429, 2005; MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultural no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Doutorado em história. Universidade Federal Fluminense, 2008; ALONSO, Ângela. Op. cit., MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit.

²⁴⁵ TORRES, João Camillo de Oliveira op. cit.

²⁴⁶ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

a subversão por meio de sentimentos de fácil combustão. Para Cotegipe, o governo não dispunha de força, e nem seria prudente confiar apenas a ela a solução do problema que se agitava.²⁴⁷ Ele deixou claro que percebia que força material não funcionava sem consenso, e que o Partido Conservador deveria ser o responsável por uma ofensiva ideológica. Percebia que, brevemente, se não já despedaçado pelas dissensões internas, os conservadores precisariam enfrentar o Partido Republicano, centro para o qual gravitavam todos os descontentamentos. Ainda que o fim do regime viesse a ser acelerado por um golpe militar, o papel dos republicanos, articulando redes de apoio e precipitando os acontecimentos, seria essencial para o desfecho do 15 de Novembro e a instauração de um novo regime. Cotegipe os percebia como os verdadeiros inimigos, que os liberais se mostravam incapazes de enfrentar.²⁴⁸

Cotegipe acreditava que a força dos republicanos derivava de alguns fatores conjunturais. Em meio às demais repúblicas na América, a monarquia estaria isolada, em território favorável àquela forma de governo. Internamente, o descontentamento dos proprietários, a inexistência de uma nobreza de verdade e o fato de o clero e a magistratura não serem garantidamente independentes faziam com que as ideias republicanas, que em circunstâncias normais, ou seja, quando o consenso estivesse plenamente estabelecido, seriam inofensivas, tornassem-se fortes e temíveis.²⁴⁹ Cotegipe percebia o momento de crise. De acordo com ele,

As ideias republicanas, em circunstâncias normais seriam inofensivas, porém na crise que se prepara podem surpreender a sociedade como aconteceu em França, na memorável revolução de 1848. O desgosto do Partido Conservador contribuiu mais do que qualquer outra coisa para aquela revolução.²⁵⁰

Era preciso evitar que as desavenças e a desunião do Partido Conservador no Brasil levassem o Império para o mesmo caminho. Para tanto, seria urgente construir um órgão de propaganda apoiado em uma associação forte e numerosa, não preocupada com questões de empresa, capaz de “dirigir a opinião nacional no sentido de consolidar as instituições contra-minando o trabalho da propaganda revolucionária”.²⁵¹ Seria de extrema necessidade que, além do apoio moral, esse órgão dispusesse de recursos para

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Idem.

fazer frente a todas as eventualidades, convencendo os adversários de que a luta não o desarmaria, nem seria interrompida.²⁵²

Para Cotegipe, as instituições no Brasil ainda seriam as únicas garantias da unidade do Império. Mesmo que afirmasse o contrário, é possível especular que o barão estivesse preocupado com problemas de caráter separatista provenientes dos rumos que a província de São Paulo vinha tomando. A essa altura, ela se encontrava em plena expansão econômica. A província vinha conseguindo encaminhar a transição da mão de obra investindo na vinda de trabalhadores imigrantes europeus e apostando na política de emancipação dos escravos por contrato de trabalho. Sobre o assunto, num relato sobre um encontro com a princesa e o conde D'Eu, seu esposo, Cotegipe teria afirmado:

Disse-me logo que parece que o ministério está perdendo prestígio. Perguntei em que e por quê. Sua Alteza respondeu que refere-se à questão da abolição da escravidão, a qual, em São Paulo, tomava caráter muito sério e mostrou receio de que a província, nada esperando do centro, aderisse às tendências separatistas, e por isso desejava saber o que faria o ministério. Observei que a separação da província de São Paulo não era de temer-se (com dois ministros paulistas), tanto mais quanto o gabinete tem feito por ela em relação à imigração (mais do que por qualquer outra); que nós não púnhamos obstáculos nem desejávamos abater o que ali ia se fazer por iniciativa particular, apesar de reconhecermos que os resultados não correspondiam aos interesses dos proprietários e antes dificultariam a substituição do trabalho; que o ministério estudava a questão e em abril daria sua opinião, fazendo alguma coisa ou não, porém ficando ou retirando-se, pois não queremos o poder pelo poder e sim para o bem geral. Sua alteza parece inspirada pelo conde D'Eu, pois este ou aprovou o que ela dizia ou acrescentava algumas considerações (...).²⁵³

Em resposta à consideração da princesa, Cotegipe teria retrucado:

Disse que minha lealdade exigia que eu aconselhasse a Sua Alteza que deixasse essa e as questões políticas aos partidos, como fazia a Rainha Vitória. Nesse ponto reclamou pelo seu direito, que não contestei, senão pelo uso que dele fizesse em questões que dividiram os partidos. Tanto Sua Alteza como o conde observaram que a Rainha já ia perdendo ou tinha perdido por essa neutralidade! Em vista disso, pareceu-me que Sua Alteza está influenciada, pois nunca falou tão clara e positivamente. Mostrava desejo de que alguma coisa fizesse, mas nunca pôs na balança a sorte do ministério como agora.²⁵⁴

Uma comparação entre as origens, as filiações, os campos de atuação e os posicionamentos de Cotegipe e Antônio Prado explicita as dissensões no seio dos conservadores. Em meio ao contexto político, esse fator foi crucial para a já debilitada

²⁵² Idem.

²⁵³ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 28, 14 de janeiro de 1888.

²⁵⁴ Idem.

hegemonia da classe senhorial, e marcaria de maneira definitiva os rumos que levariam ao fim do regime. Cotegipe e Prado eram fazendeiros. Ambos eram ligados a famílias tradicionais. Ambos eram escravistas e políticos conservadores.

Cotegipe, no entanto, foi fundamentalmente um estadista dirigente. O que a narrativa nos sugere é seu compromisso com a monarquia, as instituições, o partido, a ordem imperial e a ordem social. Seus negócios privados desempenham pequeno papel em sua atuação política mais geral, ainda que isso não estivesse ausente de suas preocupações. Ele também não se desprende de seu compromisso com a escravidão no coração do Império, mesmo que no Norte, já bem menos dependente desse sistema de produção, muitos estivessem fazendo exatamente isso, como João Alfredo em Pernambuco. É possível que ele não se desprendesse dos compromissos escravistas por seus próprios interesses particulares. De tudo o que foi analisado, porém, entende-se que seu compromisso era com a ordem imperial, e que ele tinha plena noção de que esta dependia da Bacia do Paraíba. Isso o torna um homem, ainda que improvável, de uma terceira geração saquarema. Mais saquarema que os próprios herdeiros dos saquaremas, como Paulino e Andrade Figueira, que acabaram transitando para a República e, de uma maneira ou de outra, desafeiçoando-se da monarquia. Talvez Cotegipe também o fizesse, se não tivesse morrido.

Antônio Prado, por sua vez, era também ligado diretamente ao coração do Império e ao mundo da produção. Mas vinha de uma região, se comparada com o Rio de Janeiro e com a Bahia, secundária politicamente. Era monarquista. No começo, aceitou e participou da política protelatória de Cotegipe. Mas tinha um pé firme onde as novas condições de produção se estavam dando. E tinha o outro, não tão firme, no centro do turbilhão abolicionista. Tudo isso na província de São Paulo. Entre essas duas bases, talvez fosse o futuro que mais o movia, os novos negócios, o desenvolvimento do café em bases mais modernas. Esta é a sua organicidade. Se a escravidão e a monarquia se tornassem fardos para os negócios, perderiam a importância, como parece ter acontecido. De ambos os lados, o regime se deslegitimava.

Cotegipe e Prado são exemplos dos dois extremos que se configuram com a dissensão interna que se dá nesse momento no Partido Conservador. A crise orgânica do regime, nascida com a crise da escravidão, finalmente atingia o “Partido da Ordem”, que, diferentemente do que acontecera em 1871, dessa vez não conseguiu rearticular-se. Caso Cotegipe tivesse conseguido executar o esforço de educação do partido que julgava

necessário, suas ações teriam caminhado no sentido de impedir que os dirigentes se colocassem em lados opostos, ou seja, que o dissenso atingisse sua parcela intelectual. Cotegipe percebia muito bem o contexto em que vivia. Sua percepção da crise e do meio de saná-la era colocada com clareza. No entanto, a força exercida por elementos externos contra a política de gabinete impediu, no processo histórico, que o barão conseguisse efetivamente dirigir tal processo. Como consequência, dar-se-ia a abolição imediata da escravidão em 1888, sem indenização para os proprietários de escravos e, a reboque, o fim do regime em 1889, ocasionado por uma “parada militar”, à qual nenhum dos representantes da monarquia ofereceria resistência. O desfecho das crises políticas da década de 1880, especialmente a forma como foi colocado o fim a escravidão, faria que o desamor pelas instituições as quais Cotegipe tanto se empenhava em defender impedisse que os dirigentes de outrora se dispusessem a por elas lutar.

A queda do gabinete Cotegipe

Não se sabe ao certo se Cotegipe pôde divulgar suas ideias no partido antes do fim do seu gabinete. Datado de 1888²⁵⁵, é provável que Cotegipe não tenha tido tempo de tornar público seu manifesto²⁵⁶ – no qual se dedicou a pensar o papel da imprensa e do Partido Conservador – enquanto ainda era chefe de gabinete, já que, logo no começo do ano, no rastro da desordem provocada pelo que ficou conhecido como “caso Leite Lobo”, Cotegipe entregou à regente a sua carta de demissão.

O caso teve início na madrugada de 27 para 28 de fevereiro de 1888, quando o oficial reformado da Marinha Leite Lobo invadiu a casa de uma senhora e tentou matá-la, tendo também jogado garrafas na rua e espancado seu filho. Levado a socos e pontapés por passantes a uma repartição de polícia, lá chegando, o oficial, que apresentava sinais de desequilíbrio mental, foi agredido por um alferes, responsável pela estação, e seu subalterno na hierarquia militar. Começava assim o “caso Leite Lobo”.

²⁵⁵ O documento original não possui data. No entanto, no inventário do arquivo do barão de Cotegipe consta ser de 1888. Cf. Arquivo do Barão de Cotegipe. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Volume 290, janeiro-março de 1971. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

²⁵⁶ O manifesto aqui referido foi citado e trabalhado no item anterior. Numa leitura do documento, fica a impressão de que Cotegipe o redigiu com a intenção de divulgá-lo no seio do Partido Conservador, desempenhando um papel pedagógico.

No dia 29, o tenente-coronel do Exército Beaurepaire Rohan esteve na delegacia de polícia para livrar Leite Lobo, que vinha a ser seu sobrinho. Lá, também teria sido desrespeitado pelo alferes Batista, que passou a somar contra si duas acusações de insubordinação. Na noite do mesmo dia, oficiais da Marinha marcaram uma reunião no Clube Naval para tomarem uma posição sobre o caso, em especial sobre os atos de desacato que teriam sido praticados pelo alferes. Nessa reunião foi formada a Comissão dos Treze, composta por oficiais do Exército e da Armada com a finalidade de “reparar a honra” das duas forças.

A imprensa da Corte não perdeu tempo em anunciar a reunião como um ato de indisciplina, prevendo a queda instantânea do gabinete Cotegipe. Falava-se numa continuação da “Questão Militar”, agora estendida à Armada. No dia 2 de março, em uma reunião dos membros do Clube Militar, decidiu-se pelo apoio aos colegas da Marinha.²⁵⁷

Nos dias 1º e 2 de março, o estado de violência foi levado ao clímax. Marinheiros do Batalhão Naval entraram em confronto com policiais pelas ruas da cidade, que foram transformadas em campo de batalha. Durante esses dias, observou-se um movimento anormal de desembarque de marinheiros das ilhas e dos navios na cidade, fato que só poderia acontecer com a convivência de oficiais navais. Cenas desse tipo se repetiram durante dias, deixando a Corte entregue a capoeiras, marinheiros e manifestantes. Mesmo com a diminuição dos conflitos, o clima de incerteza dominou a cidade por vários dias.²⁵⁸

Esses episódios, tecnicamente burocrático-administrativos, têm uma importância decisiva, enquanto indicadores da correlação de forças dentro do poder. Afinal de contas, essa talvez tenha sido a primeira vez que um funcionário público seria demitido por utilizar e exercer a repressão. Como e por que isso se tornou possível?

Em Petrópolis, a princesa era informada dos fatos. Muito se falava na imprensa, e as notícias que chegavam oficialmente do gabinete pareciam desencontradas. Em resposta a uma carta do ministro da Justiça, Samuel Wallace MacDowell, relatando os acontecimentos, a princesa expressou falta de confiança na atuação do governo:

Falam os jornais igualmente de marinheiro morto que teria sido sepultado ocultamente pela polícia. Não será esta que poderá dar todas as informações sobre o fato!

²⁵⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e indisciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 109.

²⁵⁸ Idem.

Sempre e, sobretudo em épocas de crise como esta pela qual passamos, é absolutamente necessário ler tudo quanto aparece. Poderá haver muita invenção, mas será também o meio de descobrir muita verdade.²⁵⁹

Diferentemente de quando assumiu a Regência, a essa altura a princesa já havia se tornado abolicionista. Se não por princípio, pelo menos por ter se convencido da necessidade e inevitabilidade da implantação da reforma. Sua nova opinião criou pressão sobre o barão de Cotegipe.

Logo após a troca de correspondência, a princesa desceu de Petrópolis para a Corte. Em notas posteriores à demissão do Gabinete, ela relata que, no mesmo dia, o barão quis lhe falar em particular antes do despacho, como, de acordo com ela, muitas vezes o fazia. Ele teria começado a relatar-lhe os fatos e teria proposto a demissão do comandante da polícia, coronel Lago, e do alferes Baptista. A isto Isabel teria respondido que sim, mas que exigia também a do chefe de polícia. O barão teria tentado salvá-lo, mas, não o conseguindo, teria puxado do bolso a carta de demissão do Ministério, que já trazia pronta, mas que, para a princesa, não teria sido apresentada se ela o tivesse deixado manter Coelho Bastos no cargo.²⁶⁰ Dizia o documento:

O meu colega Ministro da Justiça comunicou-me e eu apresentei ao Conselho de Ministros a carta que N. A. I. lhe dirigiu em data de 4 do corrente sobre os distúrbios ocorridos nestes últimos dias.

Resultando do seu contexto, que a N. A. I. provem merecer mais crédito outras informações, que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionais, não resta ao gabinete outra atitude, senão a de pedir, como pede respeitosamente a N. A. I., a sua demissão coletiva, sentindo contudo ter de tomar esta resolução atualmente, quando temos a consciência de que nem nos falta o apoio da opinião pública, nem os recursos necessários para manter a ordem.

Julgo não dever entrar em justificação e explicação, pois não tenho por fim permanecer numa função, que aceitei unicamente por dedicação a causa pública e obediência a S. M. o Imperador.²⁶¹

Após a aceitação da princesa, independentemente de ser costume o chefe do gabinete deposto indicar seu sucessor, Cotegipe lhe perguntou: “A quem quer V.A. que eu chame?” A princesa respondeu-lhe: “O Sr. João Alfredo”.²⁶²

²⁵⁹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 31.

²⁶⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 32.

²⁶¹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 31.

²⁶² Idem.

O barão teria ponderado que demitir o Gabinete antes da reabertura das Câmaras, chamando um representante da oposição conservadora, e praticamente anunciando a abolição, poderia pôr a Coroa a descoberto. Cotegipe teria afirmado que a princesa encontraria uma boa ocasião de despedi-los assim que acontecesse a abertura das Câmaras, quando, de acordo com ele, o Ministério apresentaria um manifesto, já preparado, no qual declararia não poder fazer mais nada em favor da emancipação. Cotegipe teria lembrado também que seria melhor que as combinações ministeriais fossem feitas com todo o segredo, porque, não estando as Câmaras reunidas, e saindo o atual Gabinete após fortes desordens, poderia ser difícil compor novo Ministério, e garantir a tranquilidade nas ruas. A princesa teria pedido que ele mesmo contatasse João Alfredo.²⁶³

Em suas memórias, Isabel questionou a conveniência de sua decisão. Ponto significativo é sua consciência de que dois meses, naquela conjuntura dinâmica e explosiva, eram muito tempo. De acordo com a princesa:

Teria sido melhor deixar continuar as coisas até a época da abertura das Câmaras, em que, visto o emperramento do Ministério, eu o teria obrigado a pedir sua demissão? Não o creio. Não sei como o país teria suportado os dois meses que faltavam, e, além disso, tinha tanta consciência do jeito tradicional do Sr. Barão de Cotegipe, que não temo confessá-lo, receei que ainda dessa vez me enrodilhasse e não achasse eu meio da dar o golpe que achava necessário.²⁶⁴

Para Cotegipe, antes dos episódios na Corte referentes ao caso Leite Lobo, a princesa Isabel já estaria prevenida contra o chefe de polícia, por conta de acontecimentos anteriores. Provavelmente, pensava nas atitudes repressivas contra abolicionistas, que vinham despertando a antipatia da princesa. Mesmo antes desses episódios, ela já estaria descontente com a tendência repressiva do gabinete. Se é verdade que, durante a “Questão Militar”, a postura do ministério teria merecido objeções da princesa,²⁶⁵ que parecia esperar do governo uma postura mais enérgica, agora, em relação à repressão contra abolicionistas e à atitude do governo nas ocasiões de fugas em massa de cativos – nas quais este se mostrou muitas vezes ineficiente – ela vinha demonstrando uma incompatibilidade ideológica com o gabinete. De acordo com ela, “a questão da abolição caminhava, suas ideias ganhavam-me cada dia mais, não havia publicações a respeito que

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Idem.

não lesse e cada vez mais me convencia que era necessário fazer alguma coisa nesse sentido”.²⁶⁶

Nesse ínterim, duas eleições senatoriais deram evidências de que o gabinete Cotegipe e a ala mais conservadora do Partido Conservador estavam em situação desfavorável na correlação de forças. A princesa Isabel, que já vinha dando provas de seu abolicionismo, nas duas ocasiões escolheu nomes de conservadores moderados no lugar de figuras como a do escravista declarado Andrade Figueira, contrariando as expectativas da parcela conservadora vinculada a Paulino de Sousa, a quem também se ligava o Gabinete Cotegipe. O primeiro dos senadores escolhidos pela princesa foi Tomás Coelho, seguido por Pereira da Silva. Este último era um abolicionista moderado e desbancou Alfredo Chaves, ferrenho seguidor de Paulino, e que, como já mencionado, havia sido figura de destaque na atuação do governo durante a “Questão Militar” como ministro da Guerra. Para a princesa, “a tudo isso o barão mostrou-se cego e surdo, e cada dia mais me capacitava que nada obteria”.²⁶⁷

Pressionado pela princesa, o barão teria respondido que não iria de encontro à lei Saraiva-Cotegipe, porque ele também a fizera, mas que poderia interpretá-la de modo que o prazo da libertação ficasse muito diminuído. Ele garantiria um prazo de três a quatro anos para que tudo ficasse resolvido. Com o encerramento das reuniões da Câmara e do Senado em 1887, Cotegipe teria passado a estudar a questão no interstício. No entanto, a cada dia que passava, Isabel se convencia de que ele nada faria.²⁶⁸

Poucos dias depois, receosa de que Cotegipe fosse guardar para si as inclinações abolicionistas que lhe havia exposto, a princesa reuniu o ministério para dizer-lhes que julgava que o Gabinete não poderia continuar se não fizesse qualquer coisa a favor da emancipação; que seria um mal se o Partido Conservador se cindisse, e que julgava que deveriam aceitar as ideias de João Alfredo e Antônio Prado. A isto ela diz não ter certeza se teria sido Cotegipe ou Belisário que teria respondido “não ter de ir atrás destes senhores”.²⁶⁹

Cotegipe poderia não estar disposto a encaminhar a questão da forma como a princesa havia passado a desejar, mas em nenhum momento se colocou fora de combate. Nesse período, ele formulou um projeto de emancipação escrava, que não teve a chance

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 32.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

de apresentar às câmaras, no qual propunha um programa conservador frente ao inevitável, preocupando-se essencialmente com as garantias dos proprietários, sendo suas ideias de ordem a indenização e o trabalho compulsório do cativo como forma de pagamento ao senhor pela liberdade. Ao contrário de Antônio Prado, que em suas movimentações emancipacionistas em São Paulo já havia reconhecido a necessidade de atender também às reivindicações dos escravos por direitos, Cotegipe se mantinha preocupado apenas em amenizar as revoltas e garantir os interesses dos proprietários. Voltado apenas para as instâncias econômicas e financeiras do problema, tratava de assim despolitizar a questão, desconsiderando qualquer medida referente a direitos políticos, cidadania e inclusão social dos escravos.²⁷⁰

Desde dezembro de 1887, por conta da quase total falta de apoio de que dispunha seu governo tanto em meio à opinião pública quanto na própria Coroa, Cotegipe já manifestava o desejo de largar o ministério. Nessa mesma época, já previa ser João Alfredo o seu sucessor. Não cansava de lamentar, porém, a atitude do abolicionista em relação ao Partido Conservador. Para Cotegipe, era preferível que a abolição, já que inevitável, fosse feita pelos liberais, impedindo que as desavenças internas arruinassem a força política dos conservadores. Em dezembro de 1887, confessou a Araújo Pinho que andava tão aborrecido por conta dos rumos políticos que suspirava por um motivo que justificasse a sua aposentadoria.²⁷¹

Seja como for, o fato é que, em março de 1888, com a demissão do gabinete, tinha consciência do seu verdadeiro motivo: a “batalha de flores”. Em pleno clímax da campanha abolicionista, a princesa Isabel promoveu em Petrópolis – cidade imperial – festas inspiradas em comemorações francesas, a Batalha das Flores. Seu objetivo era mobilizar a alta sociedade local e arrecadar fundos para a Confederação Abolicionista. Tornava, assim, cada vez mais explícita a sua adesão ao movimento abolicionista, como Cotegipe observou novamente a Araújo Pinho.²⁷² A desordem na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do caso Leite Lobo, havia sido o empurrão que faltava para motivar a inclinação que a princesa regente já vinha desenvolvendo há algum tempo. Com a continuidade dos conservadores no poder, mas agora de sua ala abolicionista, perguntou-

²⁷⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 30, 17 de fevereiro de 1888.

²⁷¹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 11 de dezembro de 1887.

²⁷² Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 83. 19 de março de 1888.

se à custa de quais sacrifícios se sustentaria tal situação. Sem dúvida, tratava-se do sacrifício dos interesses da classe senhorial, e da própria sorte do regime.

A queda de Cotegipe privou os fazendeiros ainda escravocratas de sua principal proteção. A província do Rio de Janeiro resistiu mais do que qualquer outra à abolição pelo fato de os escravos nessa região ainda serem em grande número e, também, porque os fazendeiros tinham empobrecido. De acordo com Robert Conrad, os 162.421 escravos registrados na província do Rio de Janeiro em 1887 representavam mais do que um quinto de todos os que haviam sido registrados em todo o país. Seu valor contábil (baseado na escala artificial de idades da Lei Saraiva-Cotegipe) era de quase 106 contos (equivalente nessa época a dez milhões e seiscentas mil libras esterlinas), o que representava quase o total de dívidas dos fazendeiros da província, calculadas em 120 mil contos. Na realidade, o valor nominal dos escravos excedia o valor das terras, o que ameaçava os fazendeiros, em particular os do Vale do Paraíba, de ruína financeira. Em defesa das suas atitudes pró-escravistas, os fazendeiros afirmavam que os escravos pertenciam mais aos bancos do que a si próprios.²⁷³

Apesar de alguns proprietários terem mantido seus escravos até o fim, os fazendeiros da maioria das províncias já começavam a seguir o exemplo de São Paulo no início de 1888.²⁷⁴ O colapso progressivo da escravidão havia se espalhado nacionalmente.

Em meados de março, partes até mesmo da província do Rio de Janeiro já haviam sido afetadas. Um movimento de fazendeiros emancipacionistas aparecera na atormentada região de Campos e depressa tivera ótimos resultados em todas as cidades da área. Em 17 de março, alguns importantes fazendeiros começaram concedendo liberdade incondicional em São Fidélis, município cafeeiro localizado na parte leste da província, e a cidade foi descrita como em estado de “indescritível regozijo”. Uma reunião de fazendeiros para a libertação da vizinha cidade de Macaé, notória como um ponto de desembarque até quarenta anos antes, foi convocada para 22 de março. Cinco dias depois, metade dos 6 mil escravos de Campos já havia sido libertada, e uma vasta parte do nordeste da província do Rio de Janeiro encontrava-se em revolta aberta contra a liderança

²⁷³ CONRAD, Robert. Op. cit., p. 326.

²⁷⁴ Idem, p. 324.

pró-escravidão de Paulino de Sousa. Durante março e abril de 1887, cerca de 25 mil escravos, segundo foi noticiado, já haviam sido libertados.²⁷⁵

À medida que se aproximava a data de abertura da Assembleia Geral, a escravatura ia sendo abandonada num número crescente de lugares. Numa rápida sucessão, cidades e municípios iam sendo declarados sem escravos, incluindo as capitais de Minas Gerais e Santa Catarina e a cidade imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro, residência de verão da família imperial, onde o movimento de libertação era capitaneado pela princesa Isabel. No começo de abril, uma Liga de Redenção foi estabelecida na capital do Pará.²⁷⁶

No início de março, o estado da nação era crítico. Em grande parte do país, tanto ao Norte quanto ao Sul, os escravos encaminhavam-se para os centros urbanos e, embora, em vários os pontos, os senhores se fossem rendendo às suas exigências, ainda havia perigo de confrontos abertos. Em Minas, Rio e certas províncias do Norte, a economia deteriorava-se rapidamente.²⁷⁷

Cotegipe e o fim de seu tempo

Ao ter seu ministério deposto, o barão de Cotegipe deixava o poder acusado, por uns, de estar precipitando, por conta dos seus erros, a solução da questão da abolição e, por outros, de enfraquecer aqueles que a promoviam. Parecia não haver dúvidas de que, naquele momento, não existia figura mais impopular do que o barão.

Cumprindo a última incumbência delegada pela princesa, Cotegipe se apressou em informar a João Alfredo dos últimos acontecimentos, dirigindo-lhe, em 7 de março de 1888, as seguintes palavras:

S.A.I. Regente ordena-me de comunicação a V. Ex. que ela deseja entender-se com V. Ex. hoje às 7 e meia da noite.

Julgo dever comunicar a V. Ex. que o gabinete pediu demissão a S.A., e convindo que se organize com urgência o novo gabinete, V. Ex. pense como o fará antes da sua entrevista com S.A.²⁷⁸

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem, p. 327.

²⁷⁸ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 31.

Atendendo ao chamado da princesa, o líder pernambucano teria respondido pedindo um pouco de tempo para compor o novo ministério, especialmente para que pudesse ouvir o conselheiro Antônio Prado, que, na ocasião, se encontrava em São Paulo, doente. Segundo João Alfredo, ele “não poderia deixar de repartir com aquele ilustre amigo a responsabilidade que juntos haviam assumido no ano anterior nas dissensões do Senado”.²⁷⁹ Tratava-se da responsabilidade de encaminhar a questão servil diferentemente da forma como viera fazendo Cotegipe. Em concordância com a Fala do Trono de 1888, João Alfredo assumiu a abolição do trabalho escravo como programa de governo.

Nesse ínterim, tratou de estabelecer alianças até mesmo entre os opositores mais extremados. De acordo com Tobias Monteiro, o ministro teria se dirigido à casa de Cotegipe, questionando-o diretamente acerca dos melindres da sua missão com as seguintes palavras: “Meu amigo, ponhamos as cartas na mesa. Eu sou chamado a organizar o ministério. O senhor conhece as minhas ideias em relação à escravidão. Diga-me que auxílio me presta”. Cotegipe teria respondido com firmeza: “Organize e conte com os meus amigos”.²⁸⁰

Uma informação extraída por Tobias Monteiro das memórias de João Alfredo ajuda a entender o apoio oferecido por Cotegipe ao ministro na ocasião, independentemente das restrições que o político baiano vinha desenvolvendo com relação ao líder pernambucano. De acordo com Monteiro, Alberto Bezamat, jornalista e, àquela época, deputado fluminense ligado a Paulino de Sousa, teria escrito, em fins de fevereiro de 1888, que Cotegipe já esperava ter de demitir-se mais dia menos dia. Com tal previsão, Bezamat, Alfredo Chaves e Rocha Leão, então presidente da província do Rio de Janeiro, teriam incumbido o desembargador Abel Graça de saber de João Alfredo, o sucessor que todos já esperavam, qual seria o seu programa de governo, caso fosse chamado a organizar gabinete. Graça teria trazido como resposta que o conselheiro proporia manter a escravidão por cinco anos, findos os quais se iniciaria um processo de aprendizado por mais três, consistindo esses na permanência obrigatória do liberto para prestação de serviços, mediante salário módico, no estabelecimento ou lugar em que se encontrasse à

²⁷⁹ Anais do Senado Imperial, 7 de maio de 1888.

²⁸⁰ MONTEIRO, Op. cit., p. 187. Trecho retirado de um depoimento de João Alfredo a Tobias Monteiro já durante a República.

época da abolição. Paulino Soares de Sousa teria considerado o programa digno de franco apoio, e o seu pensamento teria sido comunicado a João Alfredo, que teria acrescentado que, se a princesa achasse o prazo de sobrevivência da escravidão muito longo, poderia inverter os tempos do programa: três anos mais de cativo e cinco de aprendizado.²⁸¹ A essa altura, uma proposta desse tipo estava longe de representar um total desastre para os dirigentes, em especial para aqueles que representavam os proprietários de escravos ligados à parcela do Vale do Paraíba em dificuldades. Em vista da situação que afligia, principalmente, as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, para Cotegipe, Paulino Soares de Sousa e o restante da parcela ultraconservadora do Partido Conservador, a oferta de João Alfredo pode ter soado como um interessante “termo de rendição”.

Acontece que a abertura das câmaras, a rapidez com que a questão da abolição tomava todos os espíritos e o fato de ter ficado claro que o gabinete Cotegipe havia caído por conta das inclinações abolicionistas da Coroa na pessoa da princesa regente fizeram com que bastassem duas reuniões para que ficasse decidido o que seria a lei que extinguiria imediatamente a escravidão no país. Antônio Prado, que também ocupou a pasta da Agricultura no gabinete João Alfredo, enviou de São Paulo, pouco antes de 13 de Maio, um projeto de libertação dos escravos com apenas dois artigos. No primeiro, determinava a abolição imediata; no segundo, obrigava os libertos a trabalharem para os antigos senhores, mediante paga, e a residir durante dois anos no município onde se achassem quando da promulgação da lei. O dirigente paulista disse só fazer questão do primeiro artigo. Assim, de fato, consagrou-se aquela que ficaria consagrada na história do país como Lei Áurea, sancionada pela princesa regente em 13 de Maio de 1888.

A essa altura, era claro para Cotegipe que a situação a que o país havia chegado em 1888 havia sido potencializada e catalisada pela ação dos emancipadores paulistas chefiados por Antônio Prado. Após o dirigente paulista declarar não poder a Força Pública apreender escravos fugidos, e que as autoridades não deviam prestar apoio aos proprietários, para o barão teria sido feita a abolição. Ela não seria mais do que um fato

²⁸¹ *Ibidem*.

existente, cuja vantagem seria acabar com o estado de desordem generalizada em que se encontrava o país.

Em discurso no Senado durante o encaminhamento da lei, Cotegipe declarou publicamente o que já havia expressado em correspondências a seu genro, Araújo Pinho: que, já que era inevitável a abolição naquele momento, achava que o poder deveria passar aos liberais. Ele justificou sua posição alegando que a lei da abolição iria transformar os partidos. Se a abolição fosse feita pelos liberais, seus membros contrários à reforma deixariam suas fileiras para engrossar as do Partido Conservador. Com a abolição vindo por iniciativa do gabinete João Alfredo, Cotegipe previa que muitos conservadores mudariam para o campo liberal. Apesar da indiferença de muitos outros, o Partido Conservador, enfraquecido, teria que se reorganizar sob outro ponto de vista, provavelmente o republicano. Para Cotegipe, apenas os conservadores poderiam garantir o regime.²⁸²

Sendo a abolição da propriedade escrava feita abruptamente, colocar-se-ia em risco a propriedade privada em geral, inclusive a da terra. Cotegipe argumentava que se abriria o caminho para que não houvesse propriedade no país, para que tudo pudesse ser destruído a partir de uma lei, sem atenção nem a direitos adquiridos nem a inconvenientes futuros. Numa retórica oposicionista talvez um pouco exaltada em vista do rumo dos acontecimentos, afirmava que as consequências não seriam segredo: acreditava que em pouco tempo pedir-se-ia a divisão das terras, podendo o Estado decretar sua expropriação sem indenização. Esse seria o inconveniente que acreditava resultar da forma como se queria resolver a questão da propriedade escrava.

Em conjunto, o barão previa grandes perturbações e prejuízos à lavoura, o que resultaria numa grave crise. Da mesma forma, questionou a sorte do regime quando a festa pela abolição terminasse e, de acordo com ele, restassem apenas os inconvenientes causados pela medida. Ele temia pelas instituições, perante a irritação de uns e a indiferença de outros. Um ato como esse criaria muitos descontentes, e seriam as instituições as principais prejudicadas.²⁸³

Desconsiderando-se afirmações que eram, até certo ponto, fruto do ressentimento, Cotegipe acertou em quase toda a sua análise e em quase todas as suas previsões. Uma importante chave explicativa para a crise do Império, sem dúvida alguma, diz respeito às

²⁸² Anais do Senado Imperial, 12 de maio de 1888.

²⁸³ Idem.

divergências entre os intelectuais dirigentes conservadores e à consequente cisão do Partido Conservador.

Em quase três anos de governo, Cotegipe combateu importantes inimigos. O mais expressivo deles foi, sem dúvida alguma, o movimento abolicionista. A ele somaram-se, e dele resultaram, outros não menos decisivos. Com a pressão abolicionista, que motivava mais e mais o caos por meio das crescentes fugas de escravos, e a “Questão Militar”, a crise hegemônica, desencadeada em 1871, quando ainda não se fazia sensível, finalmente encontrou as crises políticas, já durante a década de 1880. Em face da gradativa perda de apoio da Coroa, pela conversão da princesa regente ao abolicionismo, e da cisão do Partido Conservador, a partir do movimento de emancipação paulista e da mudança do posicionamento de Antônio Prado e João Alfredo contra os interesses de grande parte da classe senhorial, ainda assim Cotegipe não pensou em concessões, e agiu coerentemente com as diretrizes sobre a reforma traçadas com a Lei do Ventre Livre até a queda do seu gabinete. Ele demonstrava perceber exatamente o potencial dos acontecimentos, e suas avaliações sobre o futuro mostraram-se exatas.

Cotegipe morreu pouco após a abolição e pouco antes da República. Desde a exoneração do seu gabinete, até o fim de sua vida, viveu desgostoso da política e insatisfeito com os rumos que as coisas haviam tomado. Silva Jardim, importante propagandista republicano, narra em suas memórias a ocasião em que conheceu o chefe conservador no Rio de Janeiro, e a curiosa declaração de Cotegipe em resposta a uma provocação que lhe fez. O diálogo foi travado no início de 1889, no hotel Paineiras, no Corcovado, que era encarado como programa de montanha, onde Silva Jardim convalescia de uma grave doença. Segundo Jardim:

Foi aí que conheci um dos homens que mais havia preocupado a direção do *Paiz*, o barão de Cotegipe. Vivia retirado da política, e desgostoso com a situação; dizia-se que o Imperador procurara o seu apoio, duvidoso desde que a Princesa Regente lhe revelara má vontade, demitindo-lhe o ministério. Foi Madame Barros Barreto, que lhe estimava bastante, que me apresentou ao velho estadista.

Conversamos sobre política. Que outra coisa poderiam dizer-se dois homens cuja preocupação quase exclusiva eram os negócios públicos, embora a diferença de idade.

– Seria para nós um prazer tê-lo no nosso partido. Seria um chefe, disse-lhe eu.

– Estou velho. Mas – e sorria, pode estar tranquilo que eu não lhe faço oposição.

E não trepidou mesmo em revelar o desgosto que lhe causava a marcha que levava a política.²⁸⁴

O diálogo entre essas duas importantes figuras da história política do Segundo Reinado é especialmente relevante pelo que revela do estado de espírito, naquele momento, poucos meses antes do golpe republicano, de um dos maiores defensores do regime imperial. Era como se a convicção de suas previsões lhe provocasse uma desafeição, ou melhor, um desinteresse decorrente dos rumos das coisas. Cotegipe foi um visionário quando percebeu e declarou que da propriedade escrava dependia a sorte do Império, que ruiu – sem que surgisse quem se mostrasse disposto a defendê-lo – ao primeiro ataque às instituições, tal como havia previsto.

Em grande parte, esse desfecho se deve ao seu fracasso como dirigente do processo. Houve um abismo entre sua intenção inicial, declarada ainda durante o gabinete Dantas, de que o Partido Conservador poderia, deveria e queria fazer a abolição, e as coisas como foram encaminhadas. Cotegipe foi atropelado pelos fatos. Não aquilidou a gravidade da crise militar e seu potencial de ruptura. Aferrou-se até o último minuto à escravidão. Iniciou seu gabinete declarando que o partido estava unido, contando, além do seu próprio apoio, também com o de Prado, Belisário, de Paulino Soares de Souza, de João Alfredo e, mais importante, com a confiança da Coroa. Terminou com a dissidência de Prado, a retirada discreta, mas crescente, de João Alfredo e com a perda de confiança da princesa. Em 4 de janeiro de 1888, pouco antes da demissão do seu gabinete, a respeito da situação política do Império e do Partido Conservador, Cotegipe não hesitou em confessar a Araújo Pinho: “estou me convencendo de que não sou para a época, e farei bem em cuidar da vida futura”²⁸⁵. Velho, cansado e desiludido, viu que seu tempo já havia passado. E com ele, o do Império. A direção não dirigiu nada.

²⁸⁴ LEÃO, José. Op. cit., p. 259.

²⁸⁵ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 82, 4 de janeiro de 1888.

Considerações Finais

O tema desse trabalho é a crise do Império. Nossa análise buscou a atuação do Partido Conservador na crise da monarquia e seu papel na queda do regime. Para tanto, tentamos reconstituir e avaliar a percepção dos dirigentes do regime acerca do processo político que viveram e encaminharam. Encontramos, assim, uma valiosa possibilidade explicativa, perseguindo como esses estadistas pensaram a crise da monarquia, se foram capazes de aquilatar-la e em que medida sua atuação nesse processo foi decisiva para o desfecho da história da monarquia no Brasil. Especificamente no tocante ao Partido Conservador, examinamos como duas lideranças antagônicas – Antônio da Silva Prado e o barão de Cotegipe – buscaram equacionar os elementos da crise e formular políticas para enfrentá-la de forma a preservar, ou não, o regime monárquico, contribuindo assim para a dinâmica da crise do Império e para o seu desfecho sem resistência.

Em nossa análise, privilegiamos o período de maior ebulição política da crise, no qual os conservadores atuaram diretamente, por meio do gabinete de 20 de agosto de 1885, presidido pelo barão de Cotegipe. Nesses anos, pressionados pelo recrudescimento do movimento abolicionista, pela expansão do movimento republicano e pela crescente oposição entre governo e parcelas militares, os conservadores precisaram equacionar politicamente tais questões num contexto de crise hegemônica da sociedade escravista, crise essa instaurada desde 1871 com a aprovação da lei que garantia a libertação dos filhos de escravas nascidos a partir de então, colocando no horizonte o fim da escravidão. Para tanto, buscamos nos aproximar ao máximo da justa medida entre os episódios orgânicos da crise, relacionados ao contexto de aprovação de Lei do Ventre Livre e posteriores, componentes das crises políticas que assolaram o Império na década de 1880. Buscamos reconstruir a narrativa da crise do Império partindo do momento em que o imperador e parte dos dirigentes buscam se antecipar para encaminhar a crise da escravidão de forma controlada. Entendendo a crise da monarquia como uma crise de hegemonia da classe senhorial, buscamos lançar luz sobre como, nesse momento, uma reforma da escravidão, entendida por muitos como desnecessária, incidiu sobre a solidez do edifício imperial, colocando em xeque a capacidade de direção conservadora. Os ruídos dessa reforma, sensíveis ainda na sociedade e na organização política imperial durante a década final do regime, permitiram que uma série de acontecimentos

conjunturais pusessem fim à monarquia, que, abandonada pela classe forjada na dependência da exploração do trabalho escravo, foi derrubada sem oferecer resistência.

Procuramos demonstrar como, durante o período de crise do Império, um grupo social dominante se separou de seu partido tradicional – no caso, o Partido Conservador – que o representava e dirigia, fazendo com que ele não mais fosse reconhecido como sua expressão por parte de sua classe. Os abalos na hegemonia escravista foram responsáveis pelo afastamento entre representantes e representados, o que, a partir do terreno dos partidos, refletiu-se em todo o organismo estatal. O fim da monarquia começou a se construir quando o Partido Conservador perdeu a condição de dirigente dos demais estratos da classe, e, ainda mais importante, quando foi incapaz de garantir a sua unidade no que dizia respeito ao encaminhamento da crise da escravidão, epicentro da crise orgânica do regime, tornando-se, assim, aquilo que Gramsci chamou de um partido anacrônico, ou seja, que deixa de representar sua classe de origem. Enquanto importante aspecto explicativo da desafeição ao regime, esse anacronismo conservador, somado à cisão em meio às lideranças partidárias, permitiu que o Império caísse sem oferecer resistência a um golpe militar, fruto de uma crise política e de forças externas “ao mundo político” que foram capazes de derrubar a monarquia porque sua base se encontrava abalada e descrente na capacidade do sistema monárquico de garantir seus interesses políticos e econômicos.

Essa cisão no seio das lideranças conservadoras fez que o partido deixasse de exercer os papéis de unificador da classe e de formador de uma vontade nacional. Isso acontecia num momento crucial para a sorte do regime, quando o movimento republicano e, principalmente, o movimento abolicionista ganhavam cada vez mais consistência e alcance.

Para demonstrar tudo o que foi dito acima, escolhemos como objeto de estudo Antônio da Silva Prado, o conselheiro Prado, e João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Intelectuais do regime, ambos personificam a divisão conservadora em torno da questão da escravidão. Cotegipe atuou como presidente do Conselho de Ministros entre 1885 e 1888, período crítico para o Império em decorrência do recrudescimento do movimento abolicionista. Prado integrou o gabinete Cotegipe, inicialmente alinhado com a parcela mais arraigada à escravidão. Entretanto, à medida que o movimento abolicionista incidia sobre a província de São Paulo, seus interesses foram se distanciando dos de Cotegipe.

Os documentos pessoais do barão de Cotegipe (cartas, memorandos e rascunhos), que compõem seu arquivo privado, depositado no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), permitiram que perseguíssemos seu olhar sobre a questão. Valorizando a espontaneidade e a autenticidade que as cartas e os documentos pessoais podem transmitir, buscamos nos manter atentos à armadilha que é aceitar como verdade absoluta o que está narrado nos registros. Tendo isso em mente, mergulhamos nas inquietudes de um Cotegipe plenamente consciente do momento histórico que vivia e de seu papel na trama política. Em seus alfarrábios, pensava o momento de sua classe, de seu partido, do regime, que podemos mesmo apresentar como sinônimo do seu tempo. Agia como intelectual, procurando dirigir sua classe. Porém, a confluência de diversos fatores de crise numa conjuntura deveras conturbada exerceu influência determinante para o rumo da história. Fez que sua tentativa de direção da crise do Império fracassasse. Nesse processo, o que sacramentou a sorte política do regime foi a cisão do Partido Conservador. Cotegipe percebia com precisão que a união do partido era condição para que os conservadores conseguissem reverter o dissenso político que se instaurava por meio da ação do movimento republicano, de parcelas militares que se opunham ao governo e, primordialmente, do movimento abolicionista, que aglutinava em torno da questão da abolição da escravidão diferentes segmentos da sociedade, configurando um momento de ebulição política particular na história do Brasil. Esse momento de enorme contestação só poderia ser contido, ainda que a duras penas, acreditava Cotegipe, se os conservadores se mantivessem unidos.

De imediato, sua postura foi uma só: escolheu a repressão. Num claro exemplo de quebra da hegemonia da classe senhorial, tornou-se preciso que a força se impusesse à falta de consenso. O gabinete Cotegipe ficou marcado como um período majoritariamente coercitivo. No entanto, a força aplicada nas ruas, principalmente contra as fugas de escravos e as demais ações do movimento abolicionista, não poderia ser imposta aos pares conservadores, igualmente atingidos pelo dissenso que minava a hegemonia da classe senhorial. Configurava-se uma divisão entre os intelectuais do regime, dentre uma importante parcela daqueles que o dirigiam politicamente.

Cada vez mais, uma importante parcela desses homens, ligados a regiões de pujança e prosperidade econômica, basicamente o Oeste Paulista, e que vinham conseguindo se adequar diante do caos que rapidamente se alastrava durante a década de 1880, com a pressão pelo fim da escravidão, se tornava indiferente à sorte do regime. Essa

parcela, ligada majoritariamente à cafeicultura paulista, tinha em Antônio Prado sua grande liderança. Se o sistema político e o modelo de sociedade imperial, personificados na Coroa, na figura do imperador, no *ethos* senhorial e nas instituições que os sustentavam se configurava como um empecilho ao desenvolvimento de seus negócios, em caso de sacrifício, então, ele que ficasse para trás.

A atuação do conselheiro foi pesquisada em publicações sobre a família Prado, discursos nos anais do parlamento e do Conselho de Estado, assim como em periódicos e em uma bibliografia secundária. Essas fontes nos ajudaram a reconstruir a sua percepção do contexto de crise da monarquia. Trata-se da reconstrução do mesmo momento pela ótica divergente de duas das lideranças mais proeminentes do Partido Conservador. Aqui residem a originalidade do trabalho e a nossa tentativa de avançar nas análises e explicações sobre a crise que pôs fim ao regime imperial.

O desenvolvimento do trabalho explicitou a riqueza do tema. Terminamos convencidos de que a percepção dos dirigentes do regime acerca do período de crise que viviam se coloca como uma rica chave explicativa para o processo. Em relação a isso, muito ainda há para ser feito. Podemos dizer que as trajetórias do barão de Cotegipe e de Antônio Prado, enquanto personificações do Partido Conservador, são elementos bastante substanciais em meio ao conjunto de estadistas que viveram e buscaram encaminhar o processo. Porém, há ainda muitos outros cuja atuação poderia, certamente, enriquecer a análise. A própria projeção política de Antônio Prado, por si, segue ainda necessitante de um estudo especial. Da mesma forma, um exame da atuação liberal na crise do regime, desde a perda de poder por ocasião das disputas em torno da aprovação da Lei dos Sexagenários, ainda sob o gabinete Dantas, seria, sem sombra de dúvidas, um importante contraponto a este trabalho. Encerramos assim essa empreitada com o estimulante entendimento de que ainda há bastante o que pensar e analisar.

Referências bibliográficas

Fontes:

1. INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

Coleção Araújo Pinho – Lata 548, pastas 67, 68, 72, 73, 75,77, 80, 81, 82 e 83.

Coleção Barão de Cotegipe – Lata 960, pastas 21, 30, 31 e 32.

2. SITE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (www2.camara.gov.br)

Anais da Câmara dos Deputados (1885-1888)

3. SITE DO SENADO (www.senado.gov.br)

Anais do Senado Imperial (1885-1888)

Atas do Conselho de Estado (1885-1888)

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 2ª ed. São Paulo: Edições L. B., 1963, 3 v.

BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. A era regencial (1831-1840)*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, v.II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRÉHIER, Emile. *Histoire de la philosophie*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*, v.4. Reimp. de Off.set. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1898].

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998

BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas: estudos de gênese política*. São Paulo: Edaglit, 1962.

CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade imperial*. 2t. In: *História Social do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *História Social do Brasil*. t. 2. Espírito da sociedade imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. *In: Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

_____. (Org.). *Nação e Cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____ e NEVES, [Lucia Maria Bastos Pereira das](#); (Org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CELSO, Afonso. *O Imperador no exílio*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *A abolição*. 4. ed. São Paulo: Global, 1988

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército e a Guerra do Paraguai na Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. 6. ed. Porto: Livreros Lello Irmãos Editores, 1905.

CUNHA, Rui Vieira. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

D'ARAÚJO, Oscar. *L'idée républicaine au Brésil*. Paris: Perrin, 1893.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. *Tráfico de escravos e direção saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira de, GOTLIB, Nádia Batella (orgs.). *Prezado Senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras.

GEBARA, Ademir. Evolução da legislação civil e o problema da indenização. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José Roberto do Amaral. (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GRAHAM, Sandra L. O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro 1880. *Revista Brasileira de História*, Vol. 10, n.º 20, mar.91/ago91.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRIMBERG, Keila. *A Sabinada e a politização da cor na década de 1830*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial*, v.II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. t. 2, v.7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEÃO, Carneiro A. *À margem da história da República*. Ideais, crenças e afirmações. Inquirido por escritores nascidos com a República. Rio de Janeiro: Edição do “Anuário do Brasil”, 1924.

LEÃO José. *Silva Jardim. Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895

LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942.

LEMOS, Renato. Apresentação. In: *Dom Pedro II. Viagens pelo Brasil. Bahia, Sergipe e Alagoas, 1859*. Prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Bom Texto, 2003

_____. (org.). *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

_____. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

LIRA, Heitor. *História da queda do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 2v.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultural no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Doutorado em história. Universidade Federal Fluminense, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. São Paulo; Ática, 1988.

MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, 3ª ed. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1936.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e indisciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Carla, LEMOS, Renato. Apresentação do Manifesto de Fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

NEEDEL, Jeffrey. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford:Stanford University Press, 2006

NORMANO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

OURO PRETO, Visconde de. *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Imprimerie F. Pichon 1891.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, 1906. v.10.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949.

PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1902.

PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila, ____ (org.). *Coleção Brasil Imperial*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Texto apresentado no Fórum da Revista *Almanack*, novembro de 2011.

_____. *Resistência escrava e abolição da escravidão no Brasil* (texto inédito).

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos . Abolição e modernidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 429, 2005.

SCHULZ, John, *O Exército na política: origens da intervenção militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SUETÔNIO. *O antigo regimem: homens e cousas da capital Federal*. Rio de Janeiro, 1896.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOPLIN, Robert. T. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

VIANNA, Oliveira. *O império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos. s/d.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.